

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE CENTRO DE
EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO NÍVEL DE MESTRADO/PPGE ÁREA DE
CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO**

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE ASSIS
CHATEAUBRIAND: CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA E POSSIBILIDADES
EDUCATIVAS**

SOLANGE RODRIGUES TOMIM

CASCVEL

2019

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE CENTRO DE
EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO NÍVEL DE MESTRADO/PPGE ÁREA DE
CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO**

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE ASSIS
CHATEAUBRIAND: CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA E POSSIBILIDADES
EDUCATIVAS**

SOLANGE RODRIGUES TOMIM

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, área de concentração Sociedade, Estado e Educação, linha de pesquisa: Educação, Políticas Sociais e Estado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE – Campus de Cascavel, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Adrian Alvarez Estrada

CASCADEL

2019

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Tomim, Solange Rodrigues
A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE ASSIS CHATEAUBRIAND : CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA E POSSIBILIDADES EDUCATIVAS / Solange Rodrigues Tomim; orientador(a), Adrian Alvarez Estrada, 2019.
178 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Cascavel, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Graduação em Pedagogia Programa de Pós-Graduação em Educação Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 2019.

1. História da Educação. 2. Educação de Jovens e Adultos. 3. CEEBJA Assis Chateaubriand. 4. Políticas Educacionais. I. Alvarez Estrada, Adrian. II. Título.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Cascavel CNPJ 78680337/0002-65
Rua Universitária, 2069 - Jardim Universitário - Cx. P. 000711 - CEP 85819-110
Fone:(45) 3220-3000 - Fax:(45) 3324-4566 - Cascavel - Paraná



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

SOLANGE RODRIGUES TOMIM

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE ASSIS CHATEAUBRIAND: CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA E POSSIBILIDADES EDUCATIVAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestra em Educação, área de concentração Sociedade, Estado e Educação, linha de pesquisa Educação, Políticas Sociais e Estado, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:

Orientador(a) - Adrian Alvarez Estrada

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

Valdecir Soligo

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

Marco Antonio Batista Carvalho

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

Luiz Carlos Eckstein

Instituto Federal do Paraná - Cascavel (IFPR)

Cascavel, 28 de agosto de 2019

Dedico este trabalho por primário a Deus, por ser essencial em minha vida, autor do meu destino, minha inspiração e meu socorro nos momentos de angústia.

Ao meu marido, companheiro e amor da minha vida Valter Tomim, minhas filhas Mylena e Miriane por me concederem a dádiva da maternidade, ao neto amado Davi, esperança, amor incondicional e alegria dos meus dias.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família e amigos pelo apoio, incentivo, confiança e compreensão, àqueles que de um modo ou de outro contribuíram e foram decisivos para que eu conseguisse chegar ao final de mais um desafio.

Ao meu marido Valter Tomim, grande e único amor da minha vida, maior incentivador em todas minhas conquistas pessoais e profissionais. Também pela paciência, em compreender minhas ausências e angústias, por sofrer e principalmente comemorar comigo cada dia desse processo de aprendizagem.

Às minhas filhas Mylena e Miriane presentes de Deus em nossa vida as quais acompanharam e incentivaram incessantemente nos momentos de dúvidas.

Ao Davi, neto amado que nos dá forças para viver e alegria nossos dias, que com seu sorriso de menino me fortalece para conquistar esse grande sonho.

A todos os professores que ajudaram na construção desse conhecimento. De forma particular, ao professor doutor Adrian Alvarez Estrada, meu orientador e, grande amigo, que nessa fase de construção do conhecimento foi essencial nas tomadas de decisões, pela paciência incontestável, com palavras de incentivo e sabedoria nos momentos difíceis que enfrentei. Sua dedicação e ensinamentos, possibilitaram que eu concluísse este trabalho que julgo ser uma das maiores conquistas profissionais.

Agradeço a banca de qualificação, por aceitarem o convite para compor a banca de defesa. Ao professor doutor Marco Antonio Batista Carvalho grande e admirável ser humano, que acreditou em meu potencial, como meu orientador no Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), e tanto me incentivou para continuar meus estudos como pesquisadora no mestrado. Aos professores e também membros da banca, professor doutor Valdecir Soligo e professor doutor Luiz Carlos Eckstein por suas valiosas contribuições e direcionamentos da pesquisa.

Ao Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Assis Chateaubriand, minha segunda família, por ter aberto suas portas para a realização da pesquisa de campo e pesquisa documental, bem como, aos professores que se dedicaram em contribuir respondendo ao questionário e participando das entre
Em especial, àqueles que buscaram em seus arquivos pessoais, documentos e que tanto enriqueceram esta pesquisa.

*Estudos comprovam que nesse vai e vem, somos poesias no livro de
alguém!
Somos versos ou reversos, lidos e relidos também!*

*Somos a história em andamento, somos memória e sentimento...
Somos calma...
Somos um conto...
Reticências ou um ponto...
Somos noite e dia!*

*Somos A ...
Somos Z ...
Assim sou eu, assim é você...
Fazendo parte de uma página ou o livro inteiro...
Preenchendo o início ou o derradeiro...*

*Nesse instante, somos vogal ou consoante que alguém está lendo...
A "gente" faz cara de paisagem, segura firme a bagagem...
E no meio da rua, cada um continua,
Sobre(vivendo) ...*

Por Fernando Silveira - Assis Chat. - 2019.

TOMIM, Solange Rodrigues. **A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE ASSIS CHATEAUBRIAND: CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA E POSSIBILIDADES EDUCATIVAS**. 178 folhas. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de concentração: sociedade, Estado e Educação. Linha de Pesquisa: Educação, Políticas Sociais e Estado – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Orientador: Professor Doutor Adrian Alvarez Estrada. Cascavel, 2019.

RESUMO

Considerando as produções elaboradas nacionalmente que retratam a história da Educação de Jovens e Adultos, o presente trabalho aborda essa modalidade de ensino em cidade interiorana do Estado do Paraná, como possibilidade educativa para adolescentes, jovens e adultos que não conseguiram concluir a escolarização básica em tempo e idade próprias. O presente trabalho de pesquisa tem como objetivo conhecer e compreender os principais fatos históricos da educação de jovens e adultos no cenário educacional brasileiro e, em paralelo ao âmbito nacional; como foi consolidada essa modalidade de ensino em Assis Chateaubriand. Analisar os principais programas educativos voltados para a Educação de Jovens e Adultos nessa localidade e como podem contribuir com a formação integral das pessoas, através do processo da escolarização básica. A metodologia utilizada para a efetivação da pesquisa foi a documentais, a bibliográfica e de campo com aplicação de questionários e entrevistas, para alunos e professores da Educação de Jovens e Adultos, no Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Assis Chateaubriand (CEEBJA). Obtivemos ainda, resultados e informações inquietantes quanto a forma em que foi concebida esse modelo de educação e atendimento ao jovem e ao adulto, morador desse município visto que, foram inúmeras tentativas de ações educativas tendo em vista a realidade educacional específica para esse tipo de alunado bem como, a quantidade expressiva de pessoas residentes no município de Assis chateaubriand que ainda necessitam da etapa básica da alfabetização. Consideramos ao final dessa pesquisa que ainda há necessidade de ir mais profundamente nas questões metodológicas de ensino para os jovens e adultos, bem como a formação continuada de professores para atuação nessa modalidade de ensino.

Palavras-Chave: História da Educação; Educação Popular; Educação de Jovens e Adultos; Políticas Educacionais; CEEBJA.

TOMIM, Solange Rodrigues. **YOUTH AND ADULT EDUCATION IN THE ASSIS CHATEAUBRIAND CITY: HISTORICAL CONSTITUTION AND EDUCATIONAL POSSIBILITIES**. 178 sheets. Dissertation (Master in Education). Graduate Program in Education. Concentration area: society, state and education. Research Line: Education, Social Policy and State - State University of Western Paraná - UNIOESTE. Advisor: Professor Doctor Adrian Alvarez Estrada. Rattlesnake, 2019.

ABSTRACT

Considering the nationally produced productions that portray the history of youth and adult education, the present work deals with this modality of education in the inner city of the State of Paraná, as an educational possibility for adolescents, youths and adults who could not complete basic schooling in time and age. The present research aims to know and understand the main historical facts of the education of young people and adults in the Brazilian educational scenario and parallel to the national scope, as this teaching modality in Assis Chateaubriand was consolidated. To faithfully analyze the main educational programs aimed at youth and adult education in this locality and how they can contribute to the integral formation of people through the process of basic schooling. The methodologies used to carry out the research were documentaries, bibliographies and field interviews with questionnaires and interviews, for students and teachers of Youth and Adult Education, at the State Center for Basic Education for Young and Adult Assis chateaubriand. With this mote of information, the produced text became robust as to the important information that related the historical constitution of this modality of education in that city and region. We also obtained results and disturbing information about the way in which this form of education and care was designed for the young person and the adult, who lived in this municipality, since there were numerous attempts at educational actions in view of the educational reality specific to this type of student as well as the significant number of people residing in the municipality of Assis chateaubriand who still need the basic stage of literacy. We consider at the end of this research that there is still a need to go deeper into the methodological issues of education for young people and adults, as well as the ongoing training of teachers to work in this type of teaching.

Keywords: History of Education; Popular Education; Youth and Adult Education; Educational Policies; CEEBJA;

LISTA DE DOCUMENTOS

DOC 1: Projeções do PNE para o período de 2001 – 2010 -----	55
DOC 2: Levantamento da faixa etária da população Chateaubriandense e nível de escolarização -----	59
DOC 3: Taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais no município de Assis Chateaubriand -----	60
DOC 4: Oferta da Educação de Jovens e Adultos para o município de Assis Chateaubriand -----	63
DOC 5: Mapa Político do Estado do Paraná – Delimitação Geográfica do Município de Assis Chateaubriand -----	65
DOC 6: Escola Municipal em Assis Chateaubriand década de 1960 -----	67
DOC 7: Primeira Prefeitura de Assis Chateaubriand -----	68
DOC 8: Sala de aula do pré-escolar criada pelo MOBREAL -----	74
DOC 9: Formação de Professores que trabalhavam no Mobral -----	75
DOC 10: Previsão de Acadêmicos para atender adultos analfabetos -----	83
DOC 11: Demonstrativo do número de monitores e alunos/2002 -----	84
DOC 12: Recorte do jornal de circulação na cidade de Assis Chateaubriand sobre a capacitação dos professores do Programa Brasil Alfabetizado -----	86
DOC 13: CRONOGRAMA DAS APEDS DO ANO DE 2018 -----	92
DOC 14: CRONOGRAMA DE OFERTA DAS DISCIPLINAS DO ENSINO MÉDIO DO CEEBJA 2018 -----	94
DOC 15: CRONOGRAMA DE OFERTA DAS DISCIPLINAS DO ENSINO FUNDAMENTAL DO CEEBJA 2018 -----	95
DOC 16: CRONOGRAMA DE OFERTA DAS DISCIPLINAS DO ATENDIMENTO INDIVIDUAL – ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DO CEEBJA 2018 -----	96
DOC 18: Ficha de Acompanhamento do Atendimento do Ensino Fundamental – Fase II -----	98
DOC 19: Ficha de Acompanhamento do Atendimento Individual no Ensino Médio ---- -----	98
DOC 20: Carga Horária por Disciplina Ensino Fundamental – Fase II -----	99
DOC 21: Carga Horária por Disciplina - Ensino Médio -----	100
DOC 22: Modelo do panfleto utilizado no CEEBJA -----	103

DOC 23: Matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) Segundo a Modalidade de Ensino e Dependência Administrativa – 2018 -----	103
DOC 24: Número de Professores Participantes da Pesquisa no CEEBJA -----	106
DOC 25: Disciplina de Formação Profissional dos professores do CEEBJA -----	107
DOC 26: Especialização Profissional -----	108
DOC 27: Disciplina que o Professor Trabalha no CEEBJA -----	109
DOC 28: Forma de atendimento ao aluno que o professor realiza no CEEBJA 2019 -- -----	111
DOC 29: Tempo de Trabalho do Professor no CEEBJA -----	112
DOC 30: Possíveis Limitações Relatadas pelo Professor que Trabalha com a EJA --- -----	113
DOC 31: Tempo que o aluno ficou sem estudar -----	120
DOC 32: Faixa etária dos alunos do CEEBJA Assis Chateaubriand entre os anos de 2017 e 2018 -----	121
DOC 33: Nível de Ensino que o Aluno Frequenta no CEEBJA -----	125
DOC 34: Disciplina que os alunos escolheram para estudar no Ensino Médio no CEEBJA Assis Chateaubriand -----	126
DOC 35: Disciplinas concluídas pelos alunos entrevistados que cursam o Ensino Médio -----	127
DOC 36: Disciplinas escolhidas pelos alunos do Ensino Fundamental no 1º Semestre de 2018 -----	128
DOC 37: Disciplinas concluídas por alunos do Ensino Fundamental do CEEBJA Assis Chateaubriand -----	130
DOC 38: Forma de Atendimento em que o Aluno Estuda no CEEBJA Assis Chateaubriand -----	131
DOC 39: Primeiro prédio do CEEBJA em Assis Chateaubriand -----	136
DOC 40: Segundo endereço do CEEBJA em Assis Chateaubriand -----	137
DOC 41: Prédio do antigo hospital onde funcionava o CEEBJA em 2005 -----	137
DOC 42: Prédio do atual endereço do CEEBJA -----	138
DOC 43: Secretaria do CEEBJA -----	139
DOC 44: Laboratório de Informática do CEEBJA Assis Chateaubriand -----	139
DOC 45: Laboratório De Ciências: Química, Física e Biologia -----	140
DOC 46: Biblioteca do CEEBJA -----	140
DOC 47: Refeitório do CEEBJA-----	141

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- APED – Ações Pedagógicas Descentralizadas
- CEAD – Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância
- CEE – Conselho Estadual de Educação
- CEEBJA – Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos
- CES – Centro de Estudos Supletivos
- CELEM – Centro Estadual de Língua Estrangeira Moderna
- CF – Constituição Federal
- CONAE – Conferência Nacional de Educação
- CONFINTEA – Conferência Internacional de Educação de Adultos
- DCN/EJA – Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação de Jovens e Adultos
- DEB – Departamento da Educação Básica
- DESU – Departamento de Estudos Supletivos
- DNE – Departamento Nacional de Educação
- DOE – Diário Oficial do Estado
- EaD – Educação à Distância
- EJA – Educação de Jovens e Adultos
- EPT – Educação para Todos
- FNEP – Fundo Nacional de Ensino Primário
- FUNDEB – Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério
- FUNDEF – Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
- ICE – Internatinal Council for Adult Education
- INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
- LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- LIFE - Literacy Initiative for Empowerment
- LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais
- MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização
- NRE – Núcleo Regional de Educação
- ODMs – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ONG – Organizações não Governamentais

PDE – Programa de Desenvolvimento Educacional

PIB – Produto Interno Bruto

PME – Plano Municipal de Educação

PNE – Plano Nacional de Educação

PPP – Projeto Político Pedagógico

REPEM – Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina e Caribe

SEA – Serviço de Educação de Adultos

SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.

SEED – Secretaria de Estado da Educação

SUED – Superintendência da Educação

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
APROXIMAÇÃO COM O OBJETO DA PESQUISA	16
CAPÍTULO 1 – O JOVEM E O ADULTO NO CENÁRIO EDUCATIVO BRASILEIRO	21
1.1 A trajetória histórica da Educação Popular no Brasil	22
1.2 Educação de Adultos como possibilidade de erradicar o analfabetismo.....	27
1.3 Paulo Freire: a educação como forma de politização dos adultos	29
1.4 O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e suas ações para escolarização do povo brasileiro (1967-1985)	35
CAPÍTULO 2 - AS LEGISLAÇÕES E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PRINCIPAIS MARCOS LEGAIS QUE ORGANIZARAM ESSA POSSIBILIDADE EDUCATIVA (1988 – 2018)	40
2.1 As Leis 4.024/61 e 5.692/71: a organização da educação brasileira no período ditatorial.....	41
2.2 A Constituição Federal de 1988: direitos educacionais garantidos	44
2.3 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96: a Educação de Jovens e Adultos como modalidade de ensino	46
2.4 As Conferências Internacionais de Educação da Adultos (CONFINTEA).....	49
2.5. Principais metas para a Educação de Jovens e Adultos nas edições do PNE (2011 – 2020) e PNE (2014 – 2024).....	54
2.6 Plano Municipal de Educação de Assis Chateaubriand (2015-2025) e a Educação de Jovens e Adultos	58
2.6.1 DIAGNÓSTICO PARA META 8	58
2.6.2 DIAGNÓSTICO PARA META 9	59
Taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais no município de Assis Chateaubriand. Fonte: TOMIM, 2019.....	60
3.6.3 DIAGNÓSTICO PARA META 10	60
3.1 Assis Chateaubriand: aspectos históricos e a educação escolar (relato da colonização)	62
3.1.1 O retrato da educação escolar em Assis Chateaubriand pelos pioneiros.....	64
3.2 A história da oferta da Educação de Jovens e Adultos em Assis Chateaubriand.....	67
3.2.1 O MOBRAL.....	68
3.2.2 O Centro de Proteção à Vida: Projeto Brigadas do Trabalho	74
3.2.3 Brasil Alfabetizado e sua contribuição educativa para Jovens e Adultos.....	82
3.3 CEEBJA Assis Chateaubriand e sua possibilidade educativa de Jovens e Adultos no cenário educacional regional – Fase II	86
3.3.1. O CEEBJA de Assis Chateaubriand.....	87
3.3.2. Forma de oferta das disciplinas curriculares no CEEBJA.....	92
3.3.3 O Perfil do Professor da Educação de Jovens e Adultos	102
3.3.4. Perfil dos alunos que estudam no CEEBJA Assis Chateaubriand.....	117

3.5. Outras possibilidades educativas no CEEBJA.....	130
3.5.1 O Exames <i>on line</i> realizados no CEEBJA.....	131
3.5.3 Centro de Línguas Estrangeiras Modernas CELEM.....	133
3.6. As instalações físicas do CEEBJA.....	134
3.7 A evasão e outras problemáticas existentes na Educação de Jovens e Adultos no CEEBJA Assis Chateaubriand	139
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	147
ANEXO Nº 1	153
QUESTIONÁRIO UTILIZADO NAS ENTREVISTAS COM OS ALUNOS	153
ANEXO Nº2	154
QUESTIONÁRIO UTILIZADO NAS ENTREVISTAS COM PROFESSORES	154
ANEXO Nº3: DEGRAVAÇÃO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS	155
ANEXO Nº4 PARECERES DO COMITÊ DE ÉTICA	173

INTRODUÇÃO

APROXIMAÇÃO COM O OBJETO DA PESQUISA

Sou filha a mais velha de três irmãos, e meus pais chegaram em Assis Chateaubriand em 1964, ainda adolescentes; e, quando adultos aqui constituíram família. Nasci no município de Assis Chateaubriand, sob os cuidados de uma parteira, algo comum nos sítios ao redor da cidade. Cresci em meio às plantações, primeiramente à sombra dos imperiosos cafezais e, com o passar dos anos, em meio as culturas de milho, soja, feijão e arroz, algodão. Por serem pequenos proprietários de terras, minha família tinha o hábito de produzir alimentos para seus membros.

Fui matriculada com seis anos de idade em uma escola rural próxima do sítio onde morávamos, a Escola Rural Municipal Papa Pio XII e precisava caminhar cinco quilômetros para poder estudar a primeira série. Para meus pais, naquele período, os filhos tinham que apenas ler e escrever, as atividades escolares não podiam comprometer os trabalhos braçais na roça.

Sempre fui boa aluna e, ao concluir a quarta série, meu pai decidiu que eu não estudaria da 5ª a 8ª série, pois tinha que tomar um ônibus escolar para ir até a cidade, fiquei então, trabalhando na roça, com meus pais e irmãos, durante um ano, sem perspectiva nenhuma de continuar os estudos. Depois de muitos pedidos e intervenções familiares, retornei aos estudos.

Como tinha um medo enorme de deixar de fazer aquilo que eu mais gostava, que era conhecer o mundo através dos livros, fiz de minha vida escolar, um espelho. Muitas vezes, para não ir trabalhar na roça, subia nos altos pés de tangerineiras e laranjeiras plantados no pomar do sítio, para viajar nas mais variadas leituras que eu tinha acesso na biblioteca da escola onde estudava.

Cursei o Magistério entre os anos de 1988 e 1991, tinha o sonho de ser professora e consegui exercer minha profissão por onze anos na Rede Municipal de ensino, atuando como professora Pré-Escolar e Professora Alfabetizadora. Orgulho-me imensamente em saber que os muitos profissionais renomados e até doutores, daqui de Assis Chateaubriand na atualidade, foram meus alunos quando crianças.

Em 2002, concluí o curso de Pedagogia na única faculdade que existia nessa cidade. No ano de 2005, com aprovação no concurso de professora pedagoga,

vinculada à Secretaria Estadual de Educação (SEED), pude conhecer muitas escolas e variadas realidades educacionais em nosso município. Trabalhei em escolas urbanas e distritais no interior do município com alto índice de pobreza. Em cada desafio enfrentado no cotidiano profissional, encontrava fortes motivos para fazer algo de melhor para essas pessoas que conviviam comigo nos espaços escolares, sendo eles alunos, funcionários, professores e moradores da comunidade onde a escola estava inserida.

Desde o exercício inicial da minha profissão dentro dos espaços escolares, percebia que existia um número significativo de pessoas jovens e adultas que não conseguiram terminar seu processo de escolarização em série compatíveis com a idade, e isso me incomodava profundamente. Nos atendimentos individuais realizados com os familiares dos alunos adolescentes isso ficava ainda mais visível, através dos relatos pessoais que eles fizeram.

Foi então que tive meu primeiro contato com a educação de adultos e ao longo de mais de vinte anos da minha vida profissional, firmei meus pilares como profissional nessa modalidade de educação, sentindo realmente que teria condições de fazer algo a mais, por esses homens e mulheres que num breve período de tempo ou distante passado não puderam estudar. Ou sequer puderam concluir seus estudos, alegando motivos variados mudando os rumos da vida, visto que, muitas dessas histórias contadas possuíam sentimento de frustração devido a não realização de alguns sonhos que a escolarização pode contribuir como exemplo assinatura do próprio nome quando lhes era solicitado.

Em 2016 tive a oportunidade de participar das atividades propostas na formação continuada de professores, do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), ofertado pelo governo do Estado do Paraná, a única formação que oportuniza ao professor afastar-se integralmente de suas atividades, para dedicar-se a pesquisa e reflexão sobre sua prática profissional.

No PDE desenvolvi pesquisas voltadas para a temática da evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos, percebendo imediatamente ao término do período de estudos e pesquisas que os resultados não foram conclusivos quanto se esperava, pelo fato da dinamicidade do processo educacional da Educação de Jovens e Adultos e o período de aprofundamento nas pesquisas ter sido muito breve, sendo que essa modalidade de ensino abarca questões sociais, econômicas e comportamentais muito mais amplas do que as reflexões inicialmente pensadas.

Por isso havia necessidade de continuar o aprofundamento teórico e principalmente um registro histórico documental dessa forma educativa no município de Assis Chateaubriand, que até então foi sendo registrada ao longo de anos na memória viva e pessoal de membros da sociedade chateaubriandense, sejam eles ex-professores, ex-alunos e moradores locais que de forma indireta acompanharam as transformações educacionais desenvolvidas nesse município.

Para realizar e concretizar a pesquisa que está sendo apresentada, foi de suma importância conhecer e compreender os principais fatos históricos e legislações implementadas no cenário educacional brasileiro no que tange a educação de adultos, concomitantemente aos registros históricos da implantação da Educação de Adultos em Assis Chateaubriand. Além do mais, se por um lado, existem condições bem mais amplas do indivíduo poder buscar nessa modalidade de ensino concluir a educação básica, por outro lado, existe aí uma lacuna para ser investigada quanto reais possibilidades educativas dessa modalidade de ensino. Por isso, a presente pesquisa propõe ao leitor novas possibilidades de compreensão sobre a EJA, tendo em vista que o recorte temporal escolhido foi entre os anos de 1964 a 2018, um período de significativas transformações educacionais no país, não sendo diferente para a EJA.

Em termos metodológicos, foi uma pesquisa bibliográfica, baseada em fontes primárias e secundárias. Também fizemos uma pesquisa de campo, através de entrevistas e questionários aplicados a alunos e professores envolvidos com a EJA em Assis Chateaubriand. O objetivo principal foi conhecer a história da EJA no município, como ela se constitui e as possibilidades educativas dessa modalidade de ensino. O processo de coleta de dados foi árduo. Houve entraves no percurso do levantamento de dados para a pesquisa que quase impediram sua realização. Primeiro, as fontes documentais em que poderíamos pesquisar eram quase inexistentes, e para que pudéssemos dar continuidade nos trabalhos, necessitamos encaminhar documentação para o Comitê de Ética da Universidade, solicitando autorização para pesquisa de campo. Elaboramos dois questionários, um para ser aplicado aos professores que trabalham com a educação de jovens e adultos, outro para ser aplicado aos alunos que cursam essa modalidade de ensino. Os questionários foram divididos entre questões abertas e questões fechadas. Após tabuladas, essas questões nos serviram para obtermos um parâmetro sobre o perfil dos professores que trabalham com essa modalidade de ensino bem como, o perfil dos alunos que frequentam as escolas que ofertam a EJA. Por conseguinte, outro

desafio foi encontrar pessoas que moravam no município e que tivessem alguma forma de envolvimento com a temática pesquisada.

Na busca de caracterizar as sociedades interioranas, (aquelas que compõem a maioria das cidades de médio e pequeno porte do Estado do Paraná), a maioria dos jovens deste município, têm almejado e, na prática, buscam formação acadêmica em centros maiores.

Houve indiscutível ampliação e expansão do ensino básico no Brasil, desencadeado a partir de 1996, com a aprovação da Lei 9.394/96, oportunizando que a educação básica também chegasse até os municípios menores, seja pela implantação de projetos, seja pela criação de escolas especificamente voltadas para o público designados “jovens” e “adultos”. Essa constatação, revela uma preocupante contradição, pois embora a escolarização em todos seus níveis, pareça estar mais acessível para a população em geral, o que se observa nos municípios menores, (tendo como parâmetro Assis Chateaubriand), é que grande parcela populacional não consegue concluir sequer o ensino fundamental.

As causas para esse fenômeno são diversas, havendo necessidade de serem levadas em consideração quando se objetiva inserir contingentes de pessoas no mundo do trabalho. Tolhendo-lhes possibilidades de melhores perspectivas em suas profissões. É desta forma que a Educação de Jovens e Adultos proporciona, na maioria das vezes, a única oportunidade para a aquisição do conhecimento escolar do qual ficaram à margem.

A proposta desta pesquisa foi estruturada em quatro capítulos. No Capítulo I intitulado: O JOVEM E O ADULTO NO CENÁRIO EDUCATIVO BRASILEIRO, pretendemos situar o leitor sobre os conceitos amplos de educação, principalmente no contexto histórico brasileiro, utilizando-se de breves aproximações sobre como se constituiu essa educação. Refizemos a trajetória da Educação Popular ao longo de décadas, compreendida no contexto educacional do Brasil, até se transformar em ações educativas como programas de governos na tentativa de erradicação do analfabetismo do povo brasileiro. Mesmo sabendo que inúmeros autores já produziram obras sobre essa temática, optamos por Carlos Rodrigues Brandão, Celso de Rui Beisiegel, Álvaro Vieira Pinto, Vanilda Paiva e Paulo Freire, dentre outros.

Cabe reforçar que, nessa pesquisa o objetivo central em citar Paulo Freire não é descrever minuciosamente seu método de ensino, mas sim, descrever como seu projeto e ações educativas com os adultos contribuiu para que a EJA tomasse forma

e características específicas, para os indivíduos que não tiveram acesso ao processo de escolarização em idade e série compatíveis, bem como o legado deixado por ele nessa perspectiva de ensino nas políticas educacionais subsequentes ao trabalho realizado por ele, tendo como exemplo o Mobral e as ações para a escolarização do povo brasileiro.

O capítulo II, intitulado: AS LEGISLAÇÕES E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: citamos os principais marcos legais que organizaram essa possibilidade educativa. Propõem-se apresentar os pilares legais que estruturam a Educação de Jovens e Adultos – EJA na história educativa do Brasil. Os principais discursos educacionais e históricos vividos no país que a criaram bem como, a legislação que a assegurou no espaço e cenário educacional brasileiro. Os estudos foram concentrados nos principais marcos legais da história contemporânea de nosso país, a Constituição Federal (CF), de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, delinea toda uma nova estrutura legal para o povo brasileiro e que envolve todos os direitos e deveres dos cidadãos. Os principais reflexos das legislações educacionais aprovadas em consequência a essa nova Constituição Federal, que foram responsáveis por amparar e organizar a educação básica em nosso país, em especial a modalidade da EJA seus princípios educativos como parte da Educação Básica.

Já o Capítulo III com a temática: A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE ASSIS CHATEAUBRIAND, conduz o leitor para conhecer o município de Assis Chateaubriand, quanto a localização geográfica deste município, o histórico de sua colonização, bem como os relatos dos primeiros moradores quanto o processo de implantação do sistema de ensino desenvolvido ao longo de mais de meio século de história, principalmente, na educação dos jovens e adultos residentes nessa localidade. Tendo em vista que o objetivo central deste capítulo é a implantação da educação de jovens e adultos nessa cidade, foram pesquisadas as principais ações pedagógicas de projetos implementados, dentre eles, especificamente buscamos conhecer o Mobral, um programa educativo posto em prática nas regiões mais promissoras do país. Posteriormente, o Projeto Brigadas do Trabalho com suas ações voltadas para a alfabetização de adultos, o Brasil e Paraná Alfabetizado e o CEEBJA Assis Chateaubriand, que é responsável pela educação de jovens e adultos na atualidade, nesse município em ambiente escolar próprio e específico para o atendimento desses alunos nos anos iniciais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

**CAPÍTULO 1 – O JOVEM E O ADULTO NO CENÁRIO EDUCATIVO
BRASILEIRO**

*“Ninguém educa a si mesmo,
os homens se educam entre si,
mediatizados pelo mundo”
Paulo Freire*

O objetivo deste capítulo é apresentar algumas perspectivas sobre educação, que podem contribuir para análises sobre a estruturação e organização do ensino público no Brasil, bem como, as principais vertentes, aspirações educativas e políticas, determinantes para o surgimento da educação popular. Evidentemente que não é nossa intenção esgotar essa temática, apenas apresentar alguns pontos de aproximação e convergência com a temática da pesquisa, ou seja, descrever como o projeto de Paulo Freire também contribuiu para a EJA em Assis Chateaubrand

Para atingir esse objetivo, faz-se necessário conhecer e compreender o processo de como foi organizada e pensada a Educação Popular, como possibilidade norteadora da educação de adultos no Brasil, além dos principais desdobramentos históricos dessa concepção de educação, que contribuiu para a efetivação da EJA como modalidade de ensino, após aprovação da LDB 9.394/96. A partir de autores como Brandão (2012), Pinto (1987), Beisiegel (1989), Paiva (1991), Gadotti (2011) e Freire (1994), faremos a fundamentação teórica deste capítulo. A intenção aqui é realizar uma digressão histórica sobre alguns eventos relacionados a EJA, sem a pretensão de esgotar um tema tão amplo e complexo. Pretendemos abordar aqueles aspectos que nos aproximam de nosso objeto de pesquisa, a EJA no município de Assis Chateaubriand.

1.1 A trajetória histórica da Educação Popular no Brasil

De posse das primeiras aproximações sobre o desenvolvimento do processo da pesquisa, salientamos quão importante é papel que a educação possui na sociedade e como essa educação pode influenciar decisivamente nas estruturas que essa sociedade possui. É importante nesse momento, compreender como se organizaram as estruturas educacionais no Brasil, tomando como ponto de partida a educação popular, bem como, sua forma idealizada e, posteriormente praticada.

Na história educacional brasileira anterior a década de 1920, como retrata Paiva (1987), a organização da educação brasileira não se apresentou e nem foi desenvolvida obedecendo uma uniformidade. Alguns de seus traços comuns eram a

precariedade tanto quantitativa quanto qualitativa falando, bem, a educação popular era quase inexistente.

A educação popular foi caracterizada inicialmente como um sistema de educação, distinto do sistema de ensino da elite, voltada para todas as pessoas que não precisassem de conhecimento intelectual para o exercício do trabalho. Era então para a maioria das pessoas e esse público era constituído pelos mais pobres da sociedade.

Segundo Vanilda Paiva (1987), há três etapas importantes no desenvolvimento educacional do Brasil, no que tange a educação popular. Inicia com a colonização portuguesa até aproximadamente o ano de 1808 e segundo esta autora no período colonial a educação popular foi praticamente inexistente, salvo as ações dos jesuítas e outros religiosos com o intuito específico de cristianização e ampliação do domínio português. Mas que não resistiu a ação do ministro português Marquês de Pombal, que então impôs o Mercantilismo de Lisboa sobre o Brasil.

Um segundo momento do desenvolvimento educacional no Brasil foi quando a família real desembarca no Brasil em 1808 (PAIVA, 1987). Houve grande necessidade de criação de escolas superiores, tendo como principais preocupações a educação para a elite que se estabelecia no país, não havendo espaço no âmbito educacional para a educação popular e, pouco se fez para que sua difusão ocorresse.

A partir de 1870 é que algumas transformações começam a ocorrer no cenário educacional brasileiro:

Somente a partir de 1870, começam a se multiplicar as preocupações com a instrução elementar e elas desempenham um papel de pequena importância nas lutas políticas que precedem a proclamação da República. [...] verifica-se um surto de progresso na economia brasileira, com consequências sobre a organização social [...] aparecem também os primeiros pronunciamentos em favor da educação do povo [...]. (PAIVA, 1987, p. 54).

No entanto, o que se constata é que a educação popular possuiu muitas fragilidades em seu nascedouro, logo deixava de ser importante para os discursos políticos e caía no esquecimento.

As ações educacionais que caracterizavam essa timidez da educação popular que se tem registro dessa época, possuiu algumas ações importantes que precisam ser destacadas, principalmente quando surgiram algumas escolas para adultos e os profissionais que seriam responsáveis em educar, pois houve

[...] a criação de escolas para adultos sempre que uma escola do segundo grau tivesse dois professores [...] A primeira que se tem notícia é a de São Bento, no Maranhão, dirigida por João Miguel da Cruz e em funcionamento em 1860. A partir de então as escolas noturnas se multiplicaram na maioria das províncias do Império, através da iniciativa oficial, contando no país com 117 dessas escolas em 1876. Entre 1870 e 1880 praticamente todas as províncias criam esse tipo de ensino [...]. (PAIVA, 1987, p. 167).

Ressalta-se que, apesar das fragilidades que a educação popular possuía, algumas escolas para adultos foram criadas, corroborando com as ações do Império para aumentar a oferta do ensino ao povo, mas, não foi suficiente para amenizar os problemas educacionais brasileiros.

A ideia de ensinar o maior número de pessoas possível, gerou criações de escolas de verão, temporárias e escolas ambulantes e outras possibilidades de ensino que iam de encontro com as pessoas que vagavam nas ruas da cidade e até mesmo no campo em meio as plantações não obtiveram bons resultados pelo fato de possuírem pouca ou nenhuma ligação com a realidade daqueles a que se destinava. Mais uma vez foi fracassada a ideia de popularizar o ensino.

Após a proclamação da República, em 1889, surgem os primeiros diagnósticos sobre a educação brasileira, constatando-se que a educação popular é algo importante e que precisa ser ampliada o mais rápido possível. Devido à mudança de regime de governo, a Educação, não se constituiu em algo fundamental da nova política que regia o país, ficando adormecida nas discussões educacionais daquele momento. Volta à tona quando o meio político da época percebeu que a instrução poderia ser utilizada como meio para a recomposição do poder político. Enquanto isso, os índices de analfabetismo cresciam assustadoramente no Brasil.

Nos anos se adentram no século XX, os registros sobre as principais ações educativas no Brasil, no que tange a educação popular, prosseguem sem muitos avanços, com ações pedagógicas limitadas:

Até a primeira Guerra, a maior parte das discussões sobre o problema da educação popular trava-se no parlamento [...] seus debatedores são políticos interessados no problema. Não existem ainda profissionais ou técnicos da educação; se quiséssemos identificar algum no século XIX, teríamos de buscá-lo em Rui Barbosa, com seu célere parecer, e ele não era evidentemente um especialista em educação [...]. (PAIVA, 1987, p. 55).

A grande preocupação com relação a educação popular era encabeçada por alguns políticos e intelectuais da época interessados pelo problema. Não existiam profissionais ou técnicos da educação que pudessem intervir junto ao grupo político em prol da educação para toda a população brasileira, principalmente aos adultos analfabetos, (PAIVA, 1987). Somente ao final da Primeira República que as reformas educacionais começam se fortalecer, período correspondente entre 1889 até 1930, um dos mais importantes para a educação:

Na história da educação brasileira, podemos realmente afirmar que o final da Primeira República constitui neste século um dos mais importantes períodos. Nele se delineiam mais claramente muitas das características de nossa educação popular, das ideias pedagógicas que vão orientar sua evolução, da forma como buscamos soluções para nossos problemas educativos. [...] nele se difunde ou fortalece uma concepção humanitarista da educação e a ideia do analfabeto como incapaz [...] em primeiro momento assistimos uma verdadeira cruzada contra os altos índices de analfabetismo [...] O movimento em favor da difusão quantitativa do ensino [...] tem um caráter geral. (PAIVA, 1987, p. 90).

O caráter geral em que se apresentou a educação popular nesse período, partia da triste realidade em que se encontrava o ensino no país. Era necessário erradicar o analfabetismo que assolava a maioria da nossa população, portanto, necessitava-se educar o povo, porém, a educação deveria formar pessoas não críticas, para que, de posse dos conhecimentos, o povo não se rebelasse contra os governantes e que a domesticação intelectual pudesse continuar reinando nas entranhas da sociedade.

No entanto, ocorreram grandes agitações sociais nos anos subsequentes a década de 1920, refletindo as transformações ocorridas na sociedade brasileira nos anos que sucederam a Primeira Grande Guerra e a consequente luta pela recomposição do poder político, (PAIVA, 1987).

A partir da década de 1920 houve grande concentração de esforços, vindo por parte dos educadores, vistos como renovadores da educação. Esses, começaram a estabelecer condições favoráveis à implementação de “políticas públicas” para a educação, principalmente para a educação de jovens e adultos, mas ainda, não era o mais adequado para solucionar o caos que o analfabetismo causava no Brasil.

De acordo com a história educacional do país, foi entre os anos de 1930 a 1945 que se apresenta fases bastante diferenciadas refletindo diretamente na esfera

educativa tendo como consequências as transformações do regime político, como bem afirma Paiva (1987), ao afirmar que:

[...] o período de 1930 a 1945 apresenta, em matéria educacional, fases bastante diferenciadas; refletem-se na esfera educativa as transformações do regime político. No primeiro momento revolucionário, ao assumir o governo provisório, Vargas incluía em seu programa de reconstrução nacional a difusão intensiva do ensino público, principalmente técnico-profissional, estabelecendo para isso um sistema de estímulos e colaboração direta com os Estados [...] Paralelamente, voltam ser claramente políticas as decisões relativas ao aspecto quantitativo da instrução popular. (PAIVA, 1987, p. 113).

Nesse período, a Constituinte de 1934, contribuiu para que fosse criado um Plano Nacional de Educação, fixado, coordenado e fiscalizado pelo governo federal. Competia à União vincular constitucionalmente, uma receita para a manutenção e desenvolvimento do ensino, reafirmando ainda, o direito de todos a educação e o dever do Estado para com esta. Estabeleceu-se uma série de medidas para confirmar a cobrança voltada ao setor público quanto às responsabilidades pela manutenção e pelo desenvolvimento da educação:

Com o Estado Novo a política educacional se transforma, pois o novo regime de autoridade tinha diretrizes definidas e ideologia própria a ser difundida pela educação. Mantêm-se as duas grandes linhas diretrizes da educação popular firmadas no período anterior, com a diferença de que o governo central assume a responsabilidade de levá-las à prática. O crescimento das redes de ensino elementar continua a se fazer no sentido da educação das populações rurais; favorece-se o desenvolvimento da educação técnico-profissional nas cidades. Mas a estratégia educacional, além dos objetivos de capacitação de mão-de-obra e democratização do ensino elementar, visava mais claramente a defesa da ordem social. Antes, como instrumento para recomposição do poder público; agora, como fator capaz de contribuir para a sedimentação desse poder recomposto, como instrumento de difusão ideológica. (PAIVA, 1987, p. 131).

Como consequência às mudanças políticas ocorridas em 1937, provoca-se a formulação das políticas educacionais desenvolvidas até então. As decisões educativas ficaram a cargo de consultas para alguns profissionais da educação da época, reforçando o caráter quantitativo e esse, sobrepondo-se ao critério qualitativo esperados. Era preciso alfabetizar um número cada vez maior de pessoas, difundindo o civismo e a moral. (PAIVA, 1987).

Em 1938, é criado o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), objetivando retratar a situação educacional no país. Entretanto, foi através dos estudos realizados pelo INEP que, na época detectou a precariedade nacional do ensino primário. Com base nesses primeiros estudos foi convocada a I Conferência Nacional de Educação e a Conferência Nacional de Saúde.

Somente um ano após a realização dessa conferência, que medidas mais concretas foram criadas. A que mais contribuiu para a disseminação da “Educação Popular” foi a instituição do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP):

Com a efetivação do FNEP a educação de Adultos ganhou autonomia em relação à educação popular (enquanto educação elementar), dispondo de recursos próprios para se desenvolver. Ela passa a ser objeto de discussões específicas desligadas do problema da difusão do ensino elementar para a população em idade escolar [...] assegurada a universalização do ensino primário tanto para a população escolar quanto para a população adulta [...] (PAIVA, 1987, p. 141).

Através do FNEP, buscava-se assegurar a educação elementar para a pessoa adulta, dispondo até mesmo de recursos financeiros próprios para a execução assegurando que houvesse a universalização do ensino até mesmo para os adultos.

Várias ações e programas educacionais criados ao longo da história da educação brasileira são frutos de programas de governos, instituídos como ações compensatórias, implementadas para sanar as lacunas deixadas pela educação brasileira. Porém, foi somente no final da década de 1940 que a educação de adultos veio se firmar como um problema de política nacional (DI PIERRO, 2000).

É interessante destacar que, essa forma de ensino ofertado nos programas educativos, são voltados especialmente para as pessoas que não conseguiram acompanhar o processo de ensino e aprendizagem, em tempo e idade compatíveis. Isso contribuiu certamente com os resultados danosos, que foram sendo somados por décadas na história educacional brasileiro.

1.2 Educação de Adultos como possibilidade de erradicar o analfabetismo

Nos últimos anos da década de 1940 até o início dos anos 1950, observa-se grande preocupação em implantar no Brasil programas de educação de massa, destinado ao público adulto advindas dos governantes a nível nacional. Porém, as

tentativas para a implementação de uma política educacional que pudesse abarcar todo esse contingente de pessoas analfabetas existentes no país, ainda não passavam de tentativas frustradas para curar essa ferida aberta na história educacional.

É importante registrar e destacar nesse contexto histórico, no campo educativo, a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), ela foi criada em 16 de novembro de 1945, logo após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações, bem como, o acompanhamento do desenvolvimento mundial e auxiliando os Estados-Membros, ou seja, entre os países que fazem parte dessa organização na busca para solucionar problemas existentes nestes países. No Brasil, as atividades desenvolvidas pelo Ministério da Educação e Saúde, no que diz respeito especificamente na área educacional, recebeu nas suas principais ações a influência das ações internacionais, através da Unesco.

Por isso, é que entre os anos de 1945 e 1947, os principais objetivos da UNESCO também no que diz respeito a alfabetização de adultos, se intensificam e se expandiram no território nacional utilizando-se de recursos dos setores públicos e privados para que esses trabalhos fossem realizados.

No ano de 1947, o Ministério da Educação e Saúde, fixou normatização para a criação do Serviço de Educação de Adultos (SEA), que, objetivava a orientação e coordenação geral de trabalhos voltados ao ensino supletivo para adolescentes e adultos analfabetos, em caráter de serviço especial, ou seja, necessitava de urgência para ser colocado em prática.

Para tanto, foram disponibilizados recursos financeiros para a criação de classes de ensino supletivo em diversas regiões do Brasil e também elaborações de cartilhas e textos de leitura em larga escala, como relata Beisiegel (2004). O conjunto dos esforços materiais e humanos disponibilizados nesse ano de 1947, especificamente, foram determinantes para que essa ação recebesse a denominação de Campanha de Educação de Adultos do Ministério da Educação e Saúde, tendo como diretor geral Lourenço Filho.

Os trabalhos realizados por essa campanha seguiram até 1954 em plena atividade e com seus objetivos educativos sendo aplicados e acima de tudo, com conquistas relevantes durante esse período. Porém, a partir dessa data, essa campanha começa a apresentar declínio em suas ações e perdeu suas características

de mobilização nacional transformando-se em uma política de governo, em que suas práticas educativas não foram resguardadas, deixando de existir em território brasileiro. Infelizmente mais uma campanha de combate ao analfabetismo, que outrora iniciara com todo apoio da União, e perde suas características e suas ações deixam de atingir seus objetivos de educar os jovens e adultos naquele momento histórico.

Esse modelo de ensino supletivo implantado em 1947 e adentrou-se através da Campanha de Educação de Adultos desenvolvida até a metade da década de 1950, serviu como influência para os moldes educativos desenvolvidos até a atualidade, mesmo que de forma muito sutil.

Os momentos históricos registrados aqui nesta pesquisa, até esse período da década de 1950, no que diz respeito aos avanços sonhados para o campo educacional, não ocorreram de forma estanque, não tiveram datas específicas e nem mesmo recorte temporal datado entre início e fim dessas tentativas de acertos. O que é percebido, é o fato de que uma determinada campanha de alfabetização de adultos iniciava-se com toda determinação para que os objetivos fossem alcançados, porém, logo perdia-se o foco e ao poucos deixavam de existir. Foi entre esses altos e baixos constantes, que surgem no país, pessoas que não tinham suas histórias construídas na educação e que estavam muito pouco preocupadas com a situação precária em que se encontrava a educação voltada para os adultos, que começa a tomar forma concreta.

Diferentemente dessa perspectiva descrita anteriormente, surge então uma possibilidade educativa que mudaria os rumos da educação brasileira. Especificamente, um educador, Paulo Freire, com o conhecimento das diversas realidades educacionais em nosso país, alicerçando e firmando nas profundas raízes nessa problemática educacional, emerge a nível nacional e esboça planos para a educação de adultos.

1.3 Paulo Freire: a educação como forma de politização dos adultos

Ao penetrar na história da educação brasileira, no que diz respeito a EJA, faz-se necessário destacar os anos de 1959 a 1964. Ao analisarmos a história da educação no Brasil, percebemos que as mais expressivas e consistentes mudanças quanto a oferta da educação de adultos ocorreram desde o período colonial no Brasil,

foi nesse intervalo, entre a metade final da década de 1950 e a primeira metade da década de 1960, principalmente no âmbito da educação de adultos.

Começamos então por evidenciar as principais atividades realizadas no intervalo, 1955 – 1965, especificamente, alternando entre programas, movimentos e campanhas educativas, neste estacados como ações inovadoras de ensino, que realmente trariam para a educação popular como alternativa para a concretização do sonho almejado por décadas em conseguir, num curto espaço de tempo, diminuir acentuadamente o número de analfabetos jovens e adultos que aqui em nosso território brasileiro se fazia presente.

É desafiador, neste momento da pesquisa, refletir sobre a pedagogia e o que significou o método de ensino proposto por Paulo Freire para a educação brasileira no que diz respeito a Educação de Adultos, nos primeiros anos da década de 1960 e o significado dessa política educacional ao longo dos anos que se seguiram até o momento histórico atual.

Até mesmo porque, objetiva-se aqui destacar a importância educacional e política que Paulo Freire se propôs realizar e não propriamente descrever o Método Paulo Freire de Alfabetização em sua totalidade. Mesmo que a vontade de entrar nessas especificidades não nos falte, será tratado aqui no aspecto pedagógico e político as ações, para compreender o que isso significou naquele momento histórico essa nova proposta de ensino de Paulo Freire.

No prefácio do livro de Freire e Macedo, “*Alfabetização: leitura do mundo leitura da palavra*”, escrito por Ann Berthoff, descreve a essência dessa nova pedagogia de ensino:

[...] vou fazer um esboço de sua filosofia da linguagem e do conceito de aprendizagem a que dá sustentação. A linguagem fornece a Paulo Freire metáforas geradoras [...] O ato de aprender a ler e escrever deve começar a partir de uma compreensão do ato de ler o mundo, coisa que os seres humanos fazem antes de ler a palavra. Até mesmo historicamente, os seres humanos primeiro mudaram o mundo, depois revelaram o mundo e a seguir escreveram as palavras [...] não há caminho algum para a transformação; a transformação [...]. (FREIRE, 1990, p. xv).

Berthoff (1990), descreve de forma sucinta, o que se tornou uma das mais ousadas formas de alfabetizar adultos já realizadas no Brasil desde o período do Império do Brasil. Para Freire, o processo de ensino e letramento deveria possuir

significado para a pessoa que aprendia ler e escrever. As metáforas geradoras que a autora registra, são, nada mais nada menos, que as palavras geradoras com que Freire alfabetizava as pessoas, palavras cheias de sentido para quem aprendia.

Paulo Freire (1990), condenava a utilização de cartilhas para alfabetizar adultos, instrumento pedagógico que em anos anteriores foram produzidos em larga escala, por ser demasiadamente limitadas e domesticadoras, esvaziadas de sentido para o aluno adulto, distinguindo claramente aquele que ensina, daquele que aprende. Para Freire, o professor que ensina também aprende, tanto quanto o aluno que aprende e ensina com sua vivência de mundo. Beisiegel (1989), ressalta esse novo olhar para a educação que Freire propunha quando propõe:

[...] a alfabetização no interior de um processo mais amplo de conscientização, o método já explicava, no próprio fluir da atividade educativa, as possibilidades de atuação política intrínsecas aos trabalhos de educação das massas de adolescentes e adultos analfabetos do país. [...] não era um político na acepção estrita geralmente associada à palavra. Não era homem de organizações ou de partidos. [...] educador cristão militante, entendia que a esfera própria de sua atuação se encontrava num campo delimitado pela consciência dos homens. [...] seu comprometimento se exprimia, acima de tudo, na procura e na prática de uma educação orientada para atuar no processo de formação da personalidade e da consciência do educando. (BEISIEGEL 1989, p. 193).

O diferencial que essa nova perspectiva de ensino e aprendizagem proposta por Freire, desafiava a sociedade brasileira ao ser desenvolvida, pelo fato de considerar todos os saberes adquiridos durante a vida pelos alunos adultos serem importantes e devem ser levados para as salas de aula, agregando esses saberes aos conteúdos propostos no ato da alfabetização. Permitindo assim, que o processo de ensino e aprendizagem pudesse ser transformando em educação politizada.

Ao demonstrar que a sua preocupação primordial era transformar a vida e a consciência crítica de cada educando, as aulas serviam principalmente para que esses homens e mulheres pudessem ao retornar para seus trabalhos, e suas famílias, compreender as transformações que ocorriam na sociedade em que estavam inseridos. Algo que até então não havia sido pensado e sequer realizado no Brasil em prol do combate ao analfabetismo, visto que, Giroux reitera essa afirmação estabelecendo:

[...] O conceito de analfabeto, nesse sentido, dá muitas vezes uma cobertura ideológica para que os grupos poderosos simplesmente silenciem os pobres, os grupos minoritários, as mulheres, ou as pessoas de cor. [...] nomear o analfabetismo como parte do que significa ser alfabetizado representa uma construção ideológica enformada por determinados interesses políticos. [...] a alfabetismo procura desvendar esses interesses ideológicos dominantes [...] uma base teórica para a compreensão da natureza política do analfabetismo como prática social vinculada tanto à lógica da hegemonia cultural, quanto as formas particulares de resistência. (GIROUX, 1990, apud FREIRE, 1990, p.12).

Freire lutava com as armas que a educação disponibilizava, a politização emancipadora da educação, através da alfabetização, em prol das minorias e desvalidos da sociedade brasileira, em que milhares de mulheres e homens estavam condenados em viver de modo excludente, todas as pessoas que não fizessem parte classe média ou alta, estando ainda, fadados a enxergar o mundo através do olhar desses grupos. Ao desenvolver seu trabalho educativo, Freire afirma, que através da educação reflexivas as pessoas poderiam circular livremente entre a elite dominante.

Paiva (1987) descreve criticamente esse momento histórico e educacional da época, que mudou totalmente, e para sempre, a visão de educação voltada para grande parcela da população brasileira, que passa a escrever sua história como alunos, especialmente quando Paulo Freire implantou seu método de educação:

O método Paulo Freire para a educação de adultos, sistematizado em 1962, representa tecnicamente uma combinação original das conquistas da teoria da comunicação, da didática contemporânea e da psicologia moderna. Entretanto, o método derivava de ideias pedagógicas e filosóficas mais amplas: não era uma simples técnica neutra mas todo um sistema coerente no qual a teoria informava a prática pedagógica e seus meios. (PAIVA, 1987, p. 251).

O sistema coerente de ensino proposto por Freire, informava e formava o cidadão, com bases filosóficas e prática pedagógica próprias, não sendo somente a reprodução mecânica de leitura e escrita, pelo contrário, instigava o aluno apropriar-se de conhecimentos para além da sala de aula. Os primeiros passos registrados sobre esse grande feito educacional e politizador, que posteriormente tomaria conta de todo território nacional foi também registrado por Cunha e Góes (1986):

Em janeiro de 1962 foi feita a primeira tentativa da alfabetização de adultos (quatro homens e uma mulher), empregando um método

eclético e com ajuda de meios visuais – uma proposta de Paulo Freire. [...] Em dois meses, com aproximadamente trinta horas, um dos alunos estava lendo trechos relativamente difíceis. [...] Em março formou-se nova turma, para repetir a experiência, obtendo resultados semelhantes [...] (CUNHA; GÓES, 1986, p. 20).

Algo que então parecia impossível, começava a mostrar seus primeiros feitos, com resultados impactantes até então não vivenciados. De janeiro de 1962 até início de 1964, a proposta inovadora de ensino de trinta horas, sai dos limites da experiência quase anônima, com cinco pessoas analfabetas, passando a ser adotada em nível nacional. E mais, os professores que trabalhavam para colocar em prática essa inovação no ensino recebiam bases teóricas e políticas para que também aprendessem ao mesmo tempo em que ensinavam, dialogavam criticamente entre seus pares e consigo mesmo para produzir os materiais curriculares para então partilharem seus conhecimentos com os alunos jovens e adultos. O grande sonho de Freire não era apenas em criar uma geração de adultos reivindicantes, principalmente no que diz respeito aos operários, mas em transformar a sociedade através do diálogo pedagógico, por ele proposto.

O diálogo empregado na forma de ensinar (que defendia Freire) era realmente tornar o homem servil e medroso, num homem capaz de intervir e participar usando para isso, a razão e a crítica, como destaca Paiva (1980). Essa ideia visionária de Paulo Freire se alicerçava, em algo que ele estava observando acontecer, pelo fato do alto índice de migração do homem do campo para as grandes cidades. Associou essa possibilidade de mudança também como possibilidade de mudar a forma de pensar das pessoas que estavam sendo reinseridas em outras sociedades, bem como, aqueles que compunham as elites e, se abstinham em dialogar com o povo. Na proposição de diminuir o autoritarismo existente entre os mais fortes sobre os mais fracos, Paulo Freire:

[...] traz para o nível da escola os mesmos princípios: também a relação professor-aluno estava calcada, como em toda vida social, sobre o autoritarismo, sobre o antidiálogo [...] Na aprendizagem da democracia havia que introduzir na escola a dialogação entre alunos, pais e professores, fazendo com que a vida escolar fosse assunto de todos os atores envolvidos, do mesmo modo que a vida política era assunto de toda população [...]. (PAIVA, 1980, p. 112).

O diálogo foi a grande experiência de vida, para além dos conteúdos escolares, uma forma de enxergar a educação como problema de todos, em que todos poderiam participar ativamente. O diálogo propositalmente pensado por Freire, era um instrumento de combate da denominação e da massificação, sendo vital e indispensável caminho para as questões que envolvessem o ordenamento político da sociedade bem como, em todos os sentidos de desenvolvimento humano.

Para que os mesmos erros do passado nas campanhas de alfabetização de adultos não se repetissem, Freire propôs em seu método utilizar a cultura popular que se encontrava no meio social do aluno. Para isso era necessário organizar o pensamento do homem analfabeto, transformar seus pensamentos e visão sobre o universo em que ele se encontrava. Somente através do diálogo instigador existente entre professor e aluno isso poderia acontecer:

[...] Só um método dialogal, participante poderia fazê-lo. [...] com a colaboração de toda uma equipe. [...] O diálogo parecia o único caminho possível, pois nele os dois polos se ligam com amor, com esperança, com fé no outro, se fazem críticos na busca de algo e só aí há comunicação. [...] o conteúdo mais adequado para ajudar o analfabeto a superar a sua compreensão mágica de mundo e desenvolver uma postura crítica diante da realidade [...]. (PAIVA, 1987, p. 251).

A essência do método de Freire sempre foi o diálogo aberto entre os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, nesse caso professor e aluno. O professor coordenava e sugeria os temas geradores que surgiam através dos conhecimentos de mundo que os alunos possuíam, havia todo um cuidado em preparar o professor para atuação em sala, através de grupos de estudos e preparação dos materiais didáticos. Outro aspecto importante e que deve ser também destacado é a forma carinhosa com que os alunos eram tratados. A amorosidade pelo ato de ensinar, o respeito e a dignificação da educação traziam juntos além de domínios mecânicos e técnicos da leitura e escrita, a transformação interior dos indivíduos para que esses se tornassem sujeitos de sua própria alfabetização e não objetos dessa alfabetização.

Era de esperar-se que um método inovador de alfabetização em massa pudesse ser convertido em ação política de um governo interessado nas primícias eleitoreiras. Chegaram a acreditar que o voto do analfabeto poderia mais uma vez em nossa história, beneficiar e perpetuar os grupos políticos urbanos que defendiam o desenvolvimento capitalista. O governo brasileiro no período entre os meses finais de

1963 e primeiros meses de 1964, sentiu-se amedrontado com o poderio que a alfabetização realizada nos primeiros anos da década de 1960 por Freire, pudesse se tornar um processo político incontrolável a favor do povo, para o povo, efeitos esses que seriam perigosos para a estabilidade do regime que estava prestes a se instalar no país, como destaca Paiva (1987).

Em 1964, com a tomada do poder, pelos militares, houve uma grande ruptura política no país, principalmente quanto a repressão aos movimentos de educação das massas, criada nos últimos anos. Em consequência também, além da extinção dos programas de educação para adultos seus promotores também sofreram as consequências do novo governo que toma o poder em nosso país.

Nesse período Paulo Freire foi afastado de suas atividades, foi interrogado e preso por setenta dias e, ao sair da prisão, sua intenção não era sair do país, mas, após sequência de notícias sobre uma possível prisão decide então, refugiar-se na embaixada da Bolívia. Paulo Freire foi eliminado da vida pública e administrativa como pessoa perigosa e adversária da nova ordem social que estava se instalando no Brasil. Junto com Freire, seu método de ensino sai de cena no espaço educacional brasileiro, infelizmente foi acusado por seus detratores, que seu trabalho possuía “semelhanças entre seu método e a práticas educativas de Hitler, Stalin e Mussolini”, como registra Beisiegel (1989), uma acusação entre outras em que fez o educador sair do Brasil para iniciar uma nova etapa de vida, foi afastado por pessoas que defendiam a ordem democrática. Saiu deixando para trás um legado pensado, e elaborado em prol das grandes massas populacionais analfabetas do Brasil.

1.4 O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e suas ações para escolarização do povo brasileiro (1967-1985)

Um momento de transição educacional se instala no Brasil, junto com as radicais mudanças políticas. Era imprescindível neutralizar os programas de alfabetização de adultos realizados anteriormente, principalmente no Nordeste do país. Por isso, a educação de adultos foi entregue à educação norte americana, objetivando sedimentar o poder político através da educação, para melhor controlar o povo. A educação deveria ser ofertada em todo território nacional, mas com baixos custos, barateando também os métodos que deveriam ser aplicados.

Novamente a educação volta para as mãos de técnicos brasileiros que se opuseram claramente aos modelos educativos anteriores, em detrimento das vontades políticas nos principais pontos de vista, social e econômico. Quanto ao preparo desses técnicos, eram, em sua maioria, dissidentes da campanha de alfabetização em massa realizada nos anos iniciais da década de 1960. Para isso, são feitas recomendações para esses técnicos utilizem formas pedagógicas mais funcionais e com custos menores para a população adulta e analfabeta, ao invés de grandes campanhas de alfabetização.

Enquanto o regime repressivo ocorria no cenário político brasileiro, houve um período de discussões e tentativas de retomada da alfabetização de adultos, com cartilhas e materiais didáticos desenvolvidos com o intuito de conservação da política implantada nesse período, programas de caráter conservador surgiram, consentidos e até mesmo incentivados pelo Estado, o qual não poderia abandonar a escolarização básica de jovens e adultos.

Para compreendermos como ocorreu a implantação do MOBRAL no município de Assis Chateaubriand, realizaremos a seguir a contextualização histórica e política entre 1964 e 1985, que será discutida em maiores detalhes no terceiro capítulo desta dissertação. Deve-se dizer que não temos a intenção de contrapor-se ao Método Paulo Freire, mas sim objetiva-se apenas comparar as ações pedagógicas e sociais desenvolvidas por esse programa.

O sistema educacional sofreu total reformulação, após acordo firmado entre o governo brasileiro e norte-americano, principalmente no que diz respeito a educação das massas, dos adultos analfabetos, que em anos anteriores aumentava em todo território nacional. O acordo foi responsável por facilitar e divulgar a nova ideologia política, em que a educação precisaria moldar-se, esquecendo definitivamente toda efervescência de outrora, para dar lugar aos interesses repressivos do novo governo brasileiro estendendo-se para a educação. Até mesmo porque, os movimentos de educação popular foram destruídos e os seus educadores e aliados, presos e exilados, como descreve Cunha Góes (1985).

Para Paiva (1987), a implantação desse novo modelo de organização do ensino no Brasil, nos anos que sucederam-se ao regime militar ocorreu, através das ações desenvolvidas pelo MOBRAL:

Em 15 de dezembro de 1967, era criada a Fundação MOBRAL, através da Lei nº 5.379. Esta lei atribuía ao Ministério da Educação a tarefa de alfabetização funcional e educação continuada de adultos, como prioritária entre as demais atividades educativas, a ser realizada através da nova Fundação [...] ao MOBRAL incumbiria promover a educação dos adultos analfabetos, financiamento [...] cooperar com movimentos isolados de iniciativa privada [...] em municípios de maiores possibilidades de desenvolvimento socioeconômico. (PAIVA, 1987, p. 293)

O MOBRAL, foi visto como uma ação que acabaria de vez com o problema do analfabetismo, substituindo completamente o modelo de educação realizado nos anos iniciais da década de 1960, acabando decididamente com a politização individual das pessoas, inserindo as novas perspectivas do regime repressivo que se instalara no país. Suas atribuições foram ampliadas de modo que abarcasse as empresas privadas, a saúde, o trabalho, a religião, o civismo e a integração social das pessoas que eram atendidas por esse modelo de ensino, visto que sua implantação se dava principalmente em localidades com número expressivo de pessoas para serem atendidas.

Inicialmente a Fundação MOBRAL, deveria atender aproximadamente onze milhões e quatrocentos mil pessoas analfabetas num período de quatro anos e assumiu o compromisso de erradicar por completo o analfabetismo no Brasil até a metade da década de 1970. Para tanto, seria necessário agregar instituições, a exemplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que ajudou dividir o país em regiões ou planos pilotos, denominado pela Fundação, que necessitavam de maior urgência na implantação desse novo projeto de educação. Também, o diretor e funcionários do Departamento Nacional de Educação (DNE), que haviam trabalhado em campanhas de alfabetização em anos anteriores, para aplicar o novo plano de alfabetização e educação continuada que propunha a Fundação Mobral.

O MOBRAL cria novos canais de comunicação para chegar ao povo que precisava ser alfabetizado ou continuar seus estudos. Para isso, foram estabelecidos programas educativos e novelas com o intuito educativo nas redes de televisão. Foi criado na radiofonia uma rede de ensino supletivo cujo nome era o “Projeto Minerva”, e os recursos financeiros vinham dos jogos realizados na loteria esportiva. Enfim, quem pagava a conta era o próprio povo. (CUNHA; GÓES, 1985).

Cunha e Góes (1985), criticam os trabalhos educativos realizados através da Fundação MOBRAL, quanto ao período proposto para a erradicação do analfabetismo dizendo que:

Dinheiro para o MOBRAL não faltou, pois a Loteria Esportiva e os incentivos foram boas fontes de receita. [...] Recursos humanos também, pois milhares de pessoas ofereceram-se como voluntários para alfabetizar, mesmo sem remuneração. [...] em quatro anos de funcionamento, o MOBRAL estava alfabetizando muito pouca gente, os dados estatísticos escondiam as elevadíssimas taxas de evasão e os métodos pedagógicos inadequados aos analfabetos [...]. (CUNHA; GÓES, 1985, p. 59).

Pensava-se também, que com o andamento do programa educativo da Fundação MOBRAL, pudesse ser diminuído gradativamente a taxa de analfabetos no Brasil, mas o que ocorreu foi exatamente ao contrário, até a década de 1980 houve um aumento muito grande da população analfabeta saltando em mais de quatrocentos mil, somando-se aos mais de dezoito milhões de iletrados existentes na década anterior.

O que gradativamente foi corroendo, mais uma vez, uma maneira pensada e até então executada para solucionar os problemas relacionados a EJA em nosso país, mesmo que as tentativas de controle em todos os âmbitos da sociedade brasileira, houvesse sido realizado pelo regime ditatorial instalado na metade da década de 60, estendendo-se até a metade da década de 1980, sem reparar a lacuna deixada na história educacional deste país, sobretudo, na EJA. O Ensino Supletivo apresenta-se para a sociedade brasileira, como uma inovadora forma de conceber a educação, um projeto de escola do futuro, compatível com a modernização e industrialização que se difundia em grande parte do território brasileiro. Era a proposição de uma escola que atendesse a todos sem distinção, com a dinâmica de permanente atualização.

Os anos que sucederam a retomada do governo nacional pelos cidadãos em 1985, representaram um período de democratização em todos os âmbitos sociais, políticos e educacionais no país. Por conseguinte, a promulgação da Constituição Federal de 1988, exerce total influência nas constituições dos estados e nas leis orgânicas dos municípios, instrumentalizando poderes jurídicos para a materialização e reconhecimento social dos direitos das pessoas jovens e adultas à educação fundamental. Responsabilizando o Estado por sua oferta gratuita, pública e universal, como direito público subjetivo dos jovens e adultos, e sob a responsabilidade das três

esferas governamentais do país, e regime de colaboração, pela provisão de cursos e exames de equivalência para os indivíduos que fossem analfabetos ou com baixa escolaridade. Desta forma a EJA foi entendida como processo educacional das classes populares, até os anos 1980. Havia a necessidade de mudanças para essa forma de concepção de educação, porém, o cenário político brasileiro dá uma guinada na década de 1980, refletindo em todos os âmbitos da organização do país.

Para finalizar, as reflexões realizadas sobre as concepções de ensino destinados ao público adulto do Brasil, deve-se traçar um comparativo entre os dois principais modelos de educação voltados ao imenso contingente de brasileiros analfabetos. Jannuzzi (1987) nos auxiliará com seu embasamento sobre essa temática. Ela afirma que embora fossem os dois mais importantes projetos de educação de adultos já realizado no Brasil, eles se diferem em muito enquanto concepções educacionais, mesmo que aqui não seja em confrontar, qual deles foi o melhor ou pior, é importante destacar suas diferenças essenciais:

As pedagogias de Paulo Freire e o MOBRAL são diferentes quanto à concepção de educação [...] Freire coloca educação como situação de conhecimento em que educadores e educandos como sujeitos tomam consciência de sua historicidade. Educação para Paulo Freire é conscientização [...]. O MOBRAL concebe educação como adaptação, preparação de mão de obra para o mercado de trabalho [...]. (JANNUZZI, 1987, p. 81).

Essa comparação realizada por Jannuzzi, nos leva a refletir o quanto as duas propostas de ensino se distinguiram uma da outra e o quanto elas influenciaram no cenário educativo do Brasil. Um divisor de águas para a educação de adultos em um período tão próximo um do outro, com gritantes diferenças em suas concepções de educação, nos métodos e técnicas pedagógicas. Paulo Freire e MOBRAL são responsáveis por pedagogias diferentes e que não devem ser confundidas quanto suas prioridades, estabelecendo concepções de educação, finalidades e principalmente na visão de homem e de mundo neles subentendidos. Tanto um quanto o outro, propuseram métodos de ensino sucedidos de suas posturas teóricas e dos objetivos pelos quais foram utilizados para que suas propostas fossem concretizadas. Realizamos esse retrospecto na história da educação, para termos elementos que possamos comparar ao momento educacional que se encontrava o Brasil, no período que o município de Assis Chateaubriand foi colonizado, e teve

implantado seu sistema de ensino. Essa temática será aprofundada no Capítulo III dessa dissertação.

O próximo capítulo irá versar sobre a estrutura da Educação de Jovens e Adultos após o retorno do estado democrático no Brasil e seus principais desdobramentos, importantes e significativos, para que a educação de jovens e adultos pudesse ser desenvolvida na atualidade. Os marcos legais que contribuíram para que o ensino de adultos ocupasse seu espaço dentro das escolas públicas, colaborando para essas pessoas que não tiveram a oportunidade de iniciar e concluir seu processo de escolarização fosse garantido legalmente, não podendo estar desvinculado do cenário educativo que estamos pesquisando. Embora, muitas produções documentais tenham sido criadas para tornar legalmente garantida essa modalidade de ensino, optamos por analisar os principais documentos aprovados para esse fim.

CAPÍTULO 2 - AS LEGISLAÇÕES E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PRINCIPAIS MARCOS LEGAIS QUE ORGANIZARAM ESSA POSSIBILIDADE EDUCATIVA (1988 – 2018)

*Todos estamos matriculados na escola da
vida, em que o mestre é o tempo.
Cora Coralina*

Neste capítulo, os estudos irão focar os marcos legais que organizam a EJA, principalmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que reestabeleceu ao povo brasileiro o estado democrático de direito, no que diz respeito ao acesso e permanência na educação pública para todos os cidadãos. Analisaremos as Leis 4.024/61, 5.692/71 e 9.394/96 quanto a oferta da educação de adultos; a Lei 9.394/96, em especial, reorganiza a oferta da Educação Básica, incluindo a EJA como

modalidade de ensino, bem como o financiamento específico para essa modalidade de ensino, como condição para ampliar seu atendimento educacional de forma gratuita na Rede Pública de ensino.

Nossa intenção é realizar a contextualização histórica das Conferências Internacionais de Educação de Adultos (CONFINTEA), seus principais objetivos e metas propostas, e as principais recomendações quanto a educação de jovens e adultos, para que houvesse o comparativo com o que estava sendo implementado no território brasileiro no que diz respeito as proposições educativas para o contingente de pessoas que não tiveram possibilidade de participar do processo de escolarização em idade e séries compatíveis.

Vislumbramos também, analisar o Plano Nacional de Educação (PNE), 2011 – 2020, quanto a proposição de metas a serem alcançadas nesse período para a melhoria da qualidade de oferta da educação para jovens e adultos em nível nacional, comparando ao Plano Municipal de Educação de Assis Chateaubriand, quanto sua implementação educativa para a EJA nessa localidade.

2.1 As Leis 4.024/61 e 5.692/71: a organização da educação brasileira no período ditatorial.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 4.024, aprovada em 20 de dezembro de 1961, estruturou o sistema de ensino nacional, inspirada nos princípios de liberdade e ideais de solidariedade humana, buscando compreender os direitos e deveres do cidadão, do Estado, da família e também da sociedade. Expressava preocupação quanto a dignidade e a liberdade fundamental do homem que compunha a sociedade naquela época, buscava ainda o desenvolvimento integral da personalidade do indivíduo em detrimento ao bem comum da sociedade, condenando qualquer forma desigual de tratamento entre os indivíduos. E também desejava fortalecer a sociedade brasileira e preservar pela solidariedade internacional. Vejamos o que está contemplado nessa Lei quanto a finalidade e o direito a educação:

[...] Art. 1º A educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim: a) a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade; b) o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem; c) o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade

internacional; d) o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum; e) o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio; f) a preservação e expansão do patrimônio cultural; g) a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou de raça. (BRASIL, 1961 a, s/p.).

Quando aprovada, a LDB nº 4.024/61, ela tinha em seu corpo textual, a preocupação de assegurar à educação pública mecanismos legais, para que os alunos contemplados nesse processo educativo, pudessem disfrutar da formação integral, sejam eles profissionais e pessoais. A grande preocupação estava em fortalecer a soberania nacional compatível com o sentimento patriótico da época, sendo que a grande alavanca do progresso se dava nesse período. Mesmo defendendo todos esses valores, em leitura e análise realizada no texto dessa lei, observa-se que não foi contemplada a educação de adultos, mesmo havendo por parte do governo federal preocupação em diminuir os números de analfabetos em todo o território nacional.

Após a promulgação da Lei nº 4.024/61, inicia-se um novo momento histórico, em que o país está sob o controle de uma ditadura militar, onde os paradigmas educacionais foram mudados radicalmente, sobretudo no que se refere aos aspectos metodológicos e filosóficos. Havia a necessidade de impor sob forma de Lei, os novos moldes de organização do sistema educacional no Brasil, a fim de expandir o controle imposto pelo novo regime governamental também em âmbito educacional. Para isso foi criada e aprovada a Lei nº 5.692/71, em 11 de agosto de 1971, fixando as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, propondo novas expectativas para a educação, especificamente a educação de adultos na época.

O capítulo quatro da Lei nº 5.692/71, no Artigo 24, estabelece que:

[...] Art. 24. O ensino supletivo terá por finalidade: a) suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria; b) proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte.

Parágrafo único. O ensino supletivo abrangerá cursos e exames a serem organizados nos vários sistemas de acordo com as normas baixadas pelos respectivos Conselhos de Educação. (BRASIL, 1971, s/p.).

Até então na história educacional do Brasil, não havia sido contemplado em lei, uma proposta estruturada de atendimento escolar para os adultos, com características de aperfeiçoamento e atualização dos conhecimentos curriculares, perdidos por essas pessoas ao deixarem de frequentar a escola na idade própria. No Artigo 25, dessa mesma Lei, está descrito os princípios e direitos educativos dos alunos atendidos, bem como, a estrutura, duração e meios de oferta para atender o maior número possível de pessoas:

[...] Art. 25. O ensino supletivo abrangerá, conforme as necessidades a atender, desde a iniciação no ensino de ler, escrever e contar e a formação profissional definida em lei específica até o estudo intensivo de disciplinas do ensino regular e a atualização de conhecimentos. § 1º Os cursos supletivos terão estrutura, duração e regime escolar que se ajustem às suas finalidades próprias e ao tipo especial de aluno a que se destinam. § 2º Os cursos supletivos serão ministrados em classes ou mediante a utilização de rádios, televisão, correspondência e outros meios de comunicação que permitam alcançar o maior número de alunos. (BRASIL, 1971, s/p.).

O ensino desenvolvido dentro das unidades escolares voltados para os adultos é implantado legalmente, objetivando suprir a escolarização que jovens e adultos brasileiros que não haviam tido acesso, e tampouco conseguido concluir em idade adequada, proporcionando o retorno dessas pessoas para os espaços escolares, ou utilizar os meios de comunicação existentes e disponíveis na época, com o intuito de alcançar o maior número de pessoas.

Por meio dessa lei, há a garantia da possibilidade de se organizar cursos e exames, através do ensino supletivo, com as determinações de conselhos de educação criados nos respectivos Estados da federação. Inicialmente, o ensino supletivo supriu a ausência de políticas educacionais para com os jovens e adultos analfabetos ou analfabetos funcionais, e se caracterizou por ser uma forma de ensino aligeirada para inserir essas pessoas no mercado de trabalho, como reafirma Jannuzzi (1987), quanto as finalidades da educação previstos na LDB 5.692/71, que acenam como condição de construção da soberania do País:

[...] motivar o alfabetizando a ingressa no desenvolvimento começando com a aprendizagem das técnicas de ler, escrever e contar; facilitando o ingresso funcional e acelerada, donde a ênfase no treinamento de habilidades adequadas a ocupar cargos existentes no mercado de trabalho; permitir que pela educação todos transformem

a realidade através da ação no sentido desejável pela política desenvolvimentista da década. (JANNUZZI, 1987, p. 66).

O método de ensino disponibilizado para a escolarização de alunos adultos no período de vigência da LDB 5.692/71, tinha como características a decodificação e codificação. Não havia diálogo necessário para o processo de ensino e aprendizagem, obedecendo uniformidade em todo país, bem como os objetivos da aprendizagem caracterizavam-se em preparar rapidamente as pessoas para suprir a falta de mão de obra no mercado de trabalho sem habilidades, apenas, para assimilar as informações do treinamento para ocupar as vagas disponíveis.

Na trilha de massificação do ensino, para atingir resultados a qualquer preço, o MOBREAL teve participação destacada, como descreve Jannuzzi (1987), programa educativo de adultos, que analisamos no capítulo anterior. Ainda destacamos, que a certificação das aprovações nos exames supletivos e certificação relativos a conclusão dos cursos de aprendizagem realizados pelos alunos deveria ser expedida por escolas que ofertavam essa forma de escolarização de adultos. Essa forma de atendimento aos alunos adultos durou até a metade da década de 1980, encerrando gradativamente suas atividades até a promulgação da Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, com a aprovação da Lei 9.394/96, em que houve avanços significativos no campo educacional, sobretudo no que se refere a Educação de Jovens e Adultos, por isso que na próxima seção estaremos conhecendo e refletindo sobre a importância da Constituição Federal de 1988.

2.2 A Constituição Federal de 1988: direitos educacionais garantidos

Ao analisarmos a atual Constituição Brasileira, lei maior que garante direitos para a população, é importante destacar seus avanços na esfera educacional e, na democratização do ensino público. Caio Tácito (2012), ao falar sobre a Assembleia Constituinte afirma que:

Ao promulgar a Constituição de 1988, o Deputado Ulysses Guimarães, Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, afirmou: A Constituição é, caracteristicamente, o estatuto do Homem, da Liberdade, da Democracia [...]. Tem substâncias popular e cristã o título que a consagra: a Constituição Cidadã [...]. (TÁCITO, 2012, p. 2).

O autor descreve que a maior conquista na aprovação da Constituição de 1988, foi a possibilidade de garantir a nação brasileira a liberdade e a democracia, adormecida por mais de vinte anos. Na Constituição brasileira de 1988 (conhecida como a “Constituição cidadã”), o artigo 5º representa o seu núcleo nobre, em razão de conter um extenso rol de princípios e regras relativos aos direitos e deveres individuais e coletivos. Esses preceitos têm por objetivo proteger os cidadãos nas mais diversas situações. Destinam-se a garantir que homens e mulheres sejam efetivamente reconhecidos como detentores da cidadania, consolidando a formação do Estado democrático e de direito no Brasil.

A Constituição Federal de 1988, incorporou como princípio essencial, que toda e qualquer educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2016, p. 123).

O direito de poder participar do processo de educação foi amparado no Artigo 205, quando o Estado é encarregado de garantir essa possibilidade aos cidadãos, ao prepará-lo para o exercício da própria cidadania e qualificá-lo para o trabalho. Nesse sentido, a EJA ocupa um papel estratégico no acesso à educação.

O Artigo 208, alterado pela Emenda Constitucional Nº 59, de 11 de novembro de 2009, em que os Incisos I e VII passam a vigorar com as seguintes alterações:

[...] I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; VII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (BRASIL, 1988, s/p.).

Dessa forma, fica garantido em todo território nacional a oferta do processo de escolarização básica em instituições públicas, como direito de todo cidadão brasileiro e dever do Estado em efetivar mecanismos para atender essa demanda. Ao atender esse princípio educativo, é também oportunizado aos jovens e adultos a possibilidade de acesso, permanência e conclusão de seu processo de escolarização básica na

modalidade da EJA, com horários flexíveis que atendam as especificidades desse alunado, com materiais didáticos apropriados para a faixa etária atendida, com metodologias que respeitem o tempo de aprendizagem dos alunos.

2.3 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96: a Educação de Jovens e Adultos como modalidade de ensino

Se ao longo da história da educação brasileira, as políticas públicas de educação escolar para jovens e adultos são sentidas a partir de meados do século XX, e por mais de cinquenta anos foram marcadas por ações descentralizadas de sucessivas campanhas de alfabetização, é a partir da Lei nº 9.394/96 que encontramos os dispositivos que orientam o funcionamento da EJA como modalidade de ensino vinculada a Educação Básica.

A partir da Lei 9.394/96, é garantido ao educando a formação no Ensino Fundamental e Ensino Médio, indispensável para conviver em sociedade. Para que homens e mulheres possam exercer sua cidadania de forma plena, podendo fornecer-lhes possibilidades, através da educação escolar, o progresso no exercício de sua profissão bem como, a continuidade dos estudos posteriormente.

No Artigo 37 da referida Lei, é assegurado que a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria, em todo território brasileiro, e garantindo que a EJA deve ser ofertada pelos sistemas de ensino gratuitamente:

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. § 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (BRASIL, 1996).

É importante ressaltar as responsabilidades governamentais quanto ao estímulo pleno do acesso da população à essa modalidade educacional, bem como, a garantia de oferta com condições dignas de funcionamento aos estabelecimentos

de ensino para que sejam de fato, efetivados os objetivos propostos para a EJA: inclusão social, melhoria da qualidade de vida pessoal e profissional dos educandos.

Essas conquistas sob forma de lei, já eram pretendidas há várias décadas, defendidas por educadores brasileiros, Beisiegel (1984) registrou quanto à possibilidade educativa para todos no Brasil, principalmente aos jovens e adultos, e que a educação deveria ser levada a todos mesmo quando a coletividade ainda não tivesse desenvolvido a consciência dessa necessidade individual. Os alunos adultos de alguma forma e, somente através da educação, conseguiriam mudar sua concepção de mundo, mesmo com mais tempo de escolarização.

A aprovação da Lei 9.394/96 representou um avanço em termos de democratização do ensino, priorizando várias possibilidades educativas no processo de escolarização que se ampliaram, e tomaram forma educativa para compensar o tempo perdido por muitas pessoas que não frequentaram a escola em idade série compatíveis.

Ao estabelecer o padrão de distribuição dos recursos públicos estaduais e municipais em favor do ensino fundamental de crianças e adolescentes, o FUNDEF deixou parcialmente descoberto o financiamento de três segmentos da educação básica – a educação infantil, o ensino médio e a educação básica de jovens e adultos.

Como a cobertura escolar através do financiamento nestes dois níveis de ensino é deficitária e a demanda social explícita por eles muito maior, a expansão do financiamento da educação básica de jovens e adultos, condição para a expansão da matrícula e melhoria de qualidade, experimentou dificuldades ainda maiores que aquelas já observadas no passado, na contabilização de educando de EJA para cálculos dos recursos do novo Fundo, o que restringiu as fontes de financiamento e desestimulou os gestores a ampliarem as matrículas nessa modalidade de ensino.

Com a aprovação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério - FUNDEB, em 2006:

O FUNDEB foi instituído pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006 e regulamentado pela Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro do mesmo ano, convertida na Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e pelos Decretos nº 6.253 e 6.278, de 13 e 29 de novembro de 2007, respectivamente. (FNDE/MEC, 2019, s/p.).

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), tem como objetivo investir na

Educação Infantil, no Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos, com duração de 14 anos, de 2006 a 2020. São destinatários dos recursos do FUNDEB, os Estados, Distrito Federal e Municípios que oferecem atendimento na Educação Básica, a saber, alunos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio e nas modalidades de ensino, sendo elas, a Educação Especial, a Educação de Jovens e Adultos e os alunos do Ensino Médio Integrado, nas escolas localizadas na zona rural e ou urbana.

Os recursos do FUNDEB, inclusive àqueles oriundos de complementação da União, serão utilizados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no exercício financeiro em que lhes forem creditados, em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, conforme disposto no Art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996:

[...]Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a: I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação; II - aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino; III - uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino; IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino; V - realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino [...]. (BRASIL, 1996).

Na distribuição desses recursos, são consideradas as matrículas nas escolas públicas e conveniadas, apuradas no último censo escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP/MEC). O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do FUNDEB serão exercidos, junto aos respectivos governos, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por Conselhos instituídos especificamente para esse fim. Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação foram disponibilizadas o aporte de recursos do Governo Federal ao FUNDEB:

O aporte de recursos do governo federal ao Fundeb, de R\$ 2 bilhões em 2007, aumentou para R\$ 3,2 bilhões em 2008, R\$ 5,1 bilhões em 2009 e, a partir de 2010, passou a ser no valor correspondente a 10% da contribuição total dos estados e municípios de todo o país. Os investimentos realizados pelos governos dos Estados, Distrito Federal

e Municípios e o cumprimento dos limites legais da aplicação dos recursos do Fundeb são monitorados por meio das informações declaradas no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope). (BRASIL, 2019, s/p).

Na soma de estudantes matriculados de cada rede de ensino, cada matrícula conta com peso diferente. Seria inadequado considerar da mesma forma matrículas na pré-escola integral e no Ensino Fundamental II parcial, por exemplo, uma vez que suas exigências de financiamento são muito diferentes. O FUNDEB é a principal fonte de recursos das redes públicas de ensino do Brasil, distribuindo quase R\$ 150 bilhões advindos de impostos já vinculados à Educação, de acordo com o número de estudantes matriculados que cada prefeitura ou governo do Estado possui.

Até aqui, a intenção foi apresentar como a Educação de Jovens e Adultos foi tratada nas LDB de 1961, na LDB de 1996 e na CF/88. Na próxima seção trataremos sobre as CONFINTEAs, pois elas representaram em suas edições os principais avanços das políticas nacionais e internacionais voltadas para a Educação de Jovens e Adultos, seus principais objetivos e desafios a serem superados em médio e longo prazo.

2.4 As Conferências Internacionais de Educação da Adultos (CONFINTEA)

Nesta seção, apresentaremos as principais edições da CONFINTEA, que delimitou novos rumos para educação de jovens e adultos desde o final da década de 1940, através de reflexões e preocupação com esse público que não foram alfabetizados ou não concluíram seu processo de escolarização. Para fins didáticos, faremos um breve histórico das edições, enfatizando seus objetivos e proposições definidas aos países participantes.

As informações aqui descritas visam contextualizar a educação de adultos na atualidade, pós Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, procurando compreender os rumos que essa forma de educação adquiriu identidade própria como modalidade de ensino, e analisar o contexto das políticas públicas pensadas internacionalmente, através da Conferência, e desenvolvida no Brasil.

A I CONFINTEA ocorreu em 1949, em Helsingor, na Dinamarca, logo após a 2ª Guerra Mundial, quando foram criadas a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciências e a Cultura (UNESCO).

Participaram 27 países. Nessa edição o Brasil não foi representado. Os principais temas tratados foram: Educação de Pessoas Adultas como instrumento de resistência ao totalitarismo e difusão de cultura de paz e incentivo às campanhas de alfabetização nos países considerados atrasados.

As principais recomendações foram:

Os conteúdos da Educação de Adultos estivessem de acordo com as suas especificidades e funcionalidades; Fosse estabelecido uma educação aberta, sem pré-requisitos; Os problemas das instituições e organizações com relação à oferta precisariam ser debatidos; Averiguassem os métodos e técnicas e o auxílio permanente; A educação de adultos seria desenvolvida com base no espírito de tolerância, devendo ser trabalhada de modo a aproximar os povos, não só os governos; Se levasse em conta as condições de vidas das populações de modo a criar situações de paz e entendimento. (BRASIL, s/d, p. 1-2).

A II CONFINTEA aconteceu em 1960 em Montreal, Canadá. O principal tema discutido foi o papel do Estado na promoção da EJA. Sob a premissa de um mundo em mudança, de acelerado crescimento econômico e de intensa discussão sobre o papel dos Estados frente à Educação de Adultos se reuniram 47 Estados-membros da UNESCO. Tendo dois Estados como observadores, dois Estados Associados e quarenta e seis Organizações Não Governamentais (ONGs). Cada país-membro elaborou seu relatório nacional com base nos seguintes tópicos: Natureza, objetivo e conteúdo da Educação de Adultos; Educação cidadã (*in civics*); Lazer e atividades culturais; Museus e bibliotecas; Universidades; Responsabilidade para com a educação de adultos; Urbanização; Educação das mulheres. (BRASIL, s/d).

O principal resultado desta segunda Conferência foi à consolidação da Declaração da Conferência Mundial de Educação de Adultos que:

[...] contemplava um debate sobre o contexto do aumento populacional, de novas tecnologias, da industrialização, dos desafios das novas gerações e a aprendizagem como tarefa mundial, onde os países mais abastados deveriam cooperar com os menos desenvolvidos. (BRASIL, S/D, p. 2)

Por isso, a Segunda Conferência Internacional pode ser vista como a vanguarda internacional da educação de adultos. Sua preocupação não era apenas com os conhecimentos acadêmicos, mas também com os conhecimentos profissionais práticos. (IRELAND, SPEZIA, 2012, p. 18).

A III CONFINTEA foi realizada 1972, em Tóquio. O tema escolhido para a Conferência foi: A educação de adultos no contexto da educação ao longo de toda a vida, utilizava terminologia atualizada e despertava interesse sobre o programa rumo a uma sociedade educativa. (IRELAND, 2012, p. 30-31)

Diante da constatação de que a instituição escolar não dá conta de garantir a educação integral, adota-se à ampliação do conceito sobre sistemas de educação que passam a abarcar as categorias de ensino escolar e extraescolar, envolvendo estudantes de todas as idades. O relatório final concluiu que a educação de adultos é um fator crucial no processo de democratização e desenvolvimentos da educação, econômico, social e cultural das nações, sendo parte integral do sistema educacional na perspectiva da aprendizagem ao longo da vida. (BRASIL, s/d, p. 3)

A IV CONFINTEA, foi realizada em Paris, em 1985. O tema central foi o reconhecimento do direito de aprender como o maior desafio para a humanidade. (BRASIL, s/d, p. 3). Entendendo por direito o aprender a ler e escrever, o questionar e analisar, imaginar e criar, ler o próprio mundo e escrever a história, ter acesso aos recursos educacionais e desenvolver habilidades individuais e coletivas, a conferência incidiu sobre as lacunas das ações governamentais quanto ao cumprimento do direito de milhares de cidadãos terem suas passagens pelos bancos escolares com propostas adequadas e com qualidade.

Em 1997, na cidade de Hamburgo, ocorreu a V CONFINTEA. Seus principais temas foram: aprendizagem ao longo da vida como instrumento de fomento à participação dos cidadãos na promoção do desenvolvimento sustentável com equidade. Contou com a participação de mais de cento e cinquenta países, ou seja, Estados Membros e quinhentas ONG, num total de aproximadamente mil e trezentos participantes. Destaca-se a Declaração de Hamburgo, que define a educação de adultos como:

[...] o processo de aprendizagem, formal ou informal, onde pessoas consideradas 'adultas' pela sociedade desenvolvem suas habilidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, direcionando-as para a satisfação de suas necessidades e as da sua sociedade. A educação de adultos inclui a educação formal, a educação não formal e o espectro da aprendizagem informal e incidental disponível numa sociedade multicultural, onde os estudos baseados na teoria e na prática devem ser reconhecidos (CONFERÊNCIA REGIONAL PREPARATÓRIA, 1998, p. 89 apud IRELAND, 2012, p. 48).

A Declaração de Hamburgo, estabeleceu novos rumos para a Educação de Jovens e Adultos em âmbito mundial, as maiores conquistas e objetivos elaborados para essa forma de educação foram contemplados nesse documento. Dentre elas, uma das mais importantes que deve ser aqui destacada, é o primeiro objetivo, em que afirma sobre o desenvolvimento educacional deve estar centrado no ser humano, com efetiva participação da sociedade, com bases fundamentais nos direitos humanos para garantir o desenvolvimento justo e sustentável da humanidade.

A VI CONFINTEA aconteceu no Brasil, em Belém (2009). Houve uma efetiva participação de membros brasileiros na Conferência Regional preparatória, no México, em 2008. O tema central foi: Vivendo e aprendendo para um futuro viável: o poder da aprendizagem e da educação de adultos.

Os principais objetivos discutidos foram:

Promover o reconhecimento da aprendizagem e educação de adultos como um elemento importante e fator que contribui para a aprendizagem ao longo da vida, sendo a alfabetização a sua fundação; Enfatizar o papel crucial da educação e aprendizagem para a realização das atuais agendas internacionais de educação e desenvolvimento (EPT, ODM, UNLD, LIFE e DESD); Renovar o momentum e o compromisso político e desenvolver as ferramentas para a implementação, a fim de passar da retórica à ação. (BRASIL, s/d, p. 4)

Ao final da conferência foi assinado o **Marco de ação de Belém**, documento que constitui peça fundamental no longo processo de mobilização e preparação nacional e internacional. Os resultados foram importantes para a Educação de Jovens e Adultos de nosso país. O documento elaborado estabeleceu importantes recomendações e fortaleceu metas já firmadas em outras agendas internacionais, tais como: Educação para Todos (EPT), Década das Nações Unidas da Alfabetização (proposta para ser desenvolvida entre os anos de 2003 a 2012), Iniciativa de Alfabetização para o Empoderamento – Literacy Initiative for Empowerment (LIFE), proposto para ser desenvolvido entre os anos de 2006 a 2015.

No cenário brasileiro podemos inferir que os desdobramentos dessa nova forma de conceber a EJA, estão contidos no Parecer nº 11, do Conselho Nacional de Educação, aprovado no ano 2000, em consonância com o que é garantido na Lei 9.394/96, e tendo a EJA como modalidade destas etapas da Educação Básica, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os

perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio.

Sua organização definiu que a EJA seria ofertada nas etapas do Ensino Fundamental e Médio, com objetivos voltados para atender as especificidades das faixas etárias a serem beneficiadas por essa modalidade de ensino.

Complementando os registros históricos sobre as realizações dessas conferências, algo que nos chama a atenção são as principais diferenças que existiram entre sua primeira e última edição, que vale a pena ser registrado nessa pesquisa:

A primeira Conferência foi realizada na era pré-televisão e a última em tempos de internet e redes internacionais de comunicação. Os documentos também nos permitem e incentivam a aprofundar as discussões em torno do próprio conceito da educação de jovens e adultos na perspectiva da aprendizagem ao longo da vida. Apesar dos avanços nos últimos sessenta anos, os registros evidenciam o quanto longe estamos de garantir o princípio do direito à educação básica para todos os jovens e adultos do mundo e mais distante ainda do ideal da possibilidade de aprendizagem ao longo da vida. Porém, sem as CONFINTEAs, provavelmente não estaríamos onde estamos hoje. (IRELAND; SPEZIA, 2017, p. 12).

Os autores realizam reflexões sobre as diferenças existentes entre a primeira e a última edição das CONFINTEAs, de como foram propostos seus objetivos primordiais e os avanços que adquiriram num período de mais de sessenta anos de existência. Ressaltando que em sua primeira edição a CONFINTEA precedeu a era da televisão e sua última edição em meio as evoluções tecnológicas que tanto possibilita a comunicação entre os povos. Afirmam ainda que, as conferências foram de suma importância para ampliar conceitos de educação e educação de jovens e adultos e, caso não existissem, não teríamos avançado quanto a compreensão e necessidade de ofertar a educação sistematizada para jovens e adultos, para que estes possam aprender ao longo da vida.

Para o Brasil, a realização da VI CONFINTEA propiciou a possibilidade de criação de políticas públicas sobre a Educação de Jovens e Adultos; ações educacionais que envolveram essa parcela da nação que tanto sofreu com os desarranjos educacionais em toda a história educacional desse país. Dentre as principais políticas públicas voltadas para educação básica no Brasil o PNE,

consolidou também metas para a EJA, para que essa modalidade de ensino pudesse ser contemplada.

2.5. Principais metas para a Educação de Jovens e Adultos nas edições do PNE (2011 – 2020) e PNE (2014 – 2024)

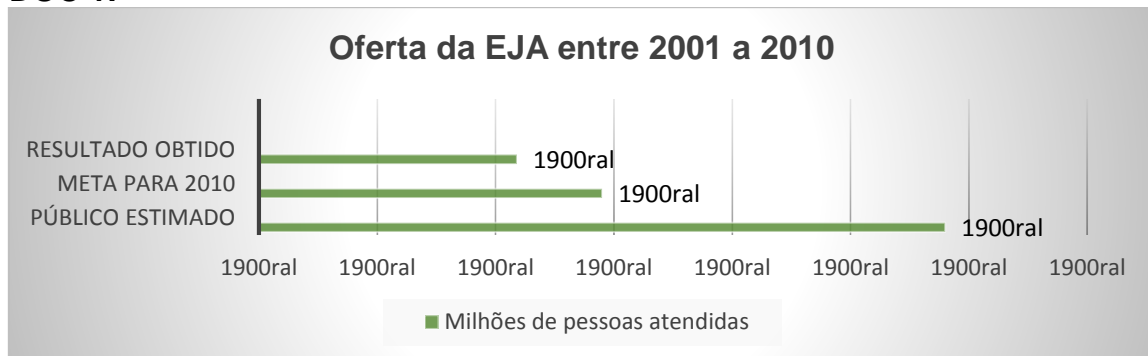
Nesta seção, iniciamos nosso texto contextualizando cronologicamente o Plano Nacional de Educação desde sua criação até a edição vigente para 2024, analisando principalmente suas duas últimas versões. Em 9 de janeiro de 2001, no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, foi sancionada a Lei nº 10172, responsável pela aprovação do PNE. O documento, reelaborado a cada dez anos, traça diretrizes e metas para a educação em nosso país, com o intuito de que estas sejam cumpridas até o fim desse prazo. Além de possuir diversas metas, dificultando o foco em questões primordiais, estas não eram mensuráveis e não apresentavam, por exemplo, punições para aqueles que não cumprissem o que foi determinado. Para referenciar e discutir essa temática, é importante destacar que apresentaremos o Plano Nacional de Educação, sua implantação, mas nos restringiremos em sua última versão, especificamente nas metas designadas para a educação de Jovens e Adultos.

Os primeiro Plano Nacional de Educação (PNE), teve sua criação no ano de 1996, objetivando melhorar a educação ofertada em nosso país. Foi garantido por força da Lei nº 10.172/2001, investimentos necessários para melhorar a qualidade educacional, estabelecendo 20 metas que deveriam ser cumpridas e atingidas em dez anos, o PNE, vigorou entre os anos de 2001 até 2010. O Plano aprovado previa a ampliação dos recursos públicos para 7% do PIB. Na versão que esteve em vigor de 2001 a 2010, a maioria dos municípios e estados brasileiros, não aprovaram legislações próprias que dessem garantia de aplicação de recursos para chegar em 2010, sem punições relativas ao descumprimento das ações previstas no PNE. No entanto, a própria União não cumpriu com suas obrigações de ter investido os 7% do PIB na educação.

Dentre as mais importantes ações que o PNE (2001-2010) deveria contemplar, seria incluir crianças, jovens e adultos quanto o aumento de matrícula até 2010, em 100% no Ensino Fundamental de 9 anos e a oferta de atendimento aos alunos da EJA.

Observando o gráfico abaixo, temos as projeções e resultados propostos para esse período:

DOC 1:



Projeções do PNE para o período de 2001 – 2010. Fonte: TOMIM, 2019

Vê-se que as metas propostas não foram atingidas. Os resultados no Ensino Fundamental de 9 anos ficaram em 59%. Quanto a Educação de Jovens e Adultos, havia estimativa de vinte e nove milhões de pessoas que não haviam concluído seu processo de escolarização considerada básica entre eles os analfabetos. A meta para a EJA entre os anos de 2001 e 2007, era atingir pelo menos os 14,5 milhões de pessoas, no entanto, apenas dez milhões e novecentos mil pessoas conseguiram ser contempladas.

Em 2010, foi realizada, em Brasília, a Conferência Nacional de Educação (CONAE), evento que objetivava discutir os rumos da educação brasileira. Ao término dessa conferência foram criadas diretrizes que deram origem ao PNE de 2011, documento que organizou as prioridades para serem alcançadas nos próximos dez anos. As diretrizes que o PNE deveria contemplar e cumprir nesse período são:

1. Erradicar o analfabetismo.
2. Universalizar o atendimento escolar.
3. Superar as desigualdades educacionais.
4. Melhorar a qualidade de ensino.
5. Melhor formação profissional.
6. Promover a sustentabilidade socioambiental.
7. Ampliar a área tecnológica e científica.
8. Ampliar a aplicação de recursos públicos na educação.
9. Valorizar os profissionais da educação.
10. Propagar a igualdade, respeito à diversidade, ampliar a gestão democrática.

Também foram propostas 20 metas que devem ser alcançadas durante a década de 2011 a 2020:

Meta 1: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos, e ampliar, até 2020, a oferta de educação infantil de forma a atender 50% da população de até 3 anos.

Meta 2: Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda população de 6 a 14 anos.

Meta 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, nessa faixa etária.

Meta 4: Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino.

Meta 5: Alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os oito anos de idade.

Meta 6: Oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de educação básica.

Meta 7: Atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica):

Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos de modo a alcançar mínimo de 12 anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional.

Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e erradicar, até 2020, o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

Meta 11: Duplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta.

Meta 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta.

Meta 13: Elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de educação superior para 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 35% doutores.

Meta 14: Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.

Meta 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Meta 16: Formar 50% dos professores da educação básica em nível de pós-graduação lato e stricto sensu, garantir a todos formação continuada em sua área de atuação.

Meta 17: Valorizar o magistério público da educação básica a fim de aproximar o rendimento médio do profissional do magistério com mais de onze anos de escolaridade do rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

Meta 18: Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais do magistério em todos os sistemas de ensino.

Meta 19: Garantir, mediante lei específica aprovada no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a nomeação comissionada de diretores de escola vinculada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à participação da comunidade escolar.

Meta 20: Ampliar progressivamente o investimento público em educação até atingir, no mínimo, o patamar de 7% do produto interno bruto do país.

Para que o PNE aprovado e em vigência possa alcançar suas metas, é necessário que haja compromisso de todas as esferas governamentais com a fiscalização da sociedade brasileira, em prol da Educação. Nesse sentido, as metas 8, 9 e 10, destinadas para a Educação de Jovens e Adultos, objeto central desta pesquisa, as preocupações existentes quanto ao êxito dessas metas são muitas, visto que ainda estamos distantes daquilo que foi estimado.

O PNE aprovado em 26 de junho de 2014, com período de vigência para os próximos dez anos, estabelece as diretrizes, metas e estratégias que deverão reger as iniciativas na área da educação nacional. Por isso, todos os estados e municípios devem elaborar planejamentos específicos para fundamentar o alcance dos objetivos

previstos, levando em consideração as especificidades, demandas e necessidades locais. O PNE deve ser a base para a elaboração dos planos estaduais, distrital e municipais que, ao serem aprovados em lei, devem prever recursos orçamentários para a sua execução.

Ao final da década de vigência desse plano, espera-se que possa diminuir, em todo o território brasileiro, o quantitativo de pessoas que não concluíram seu processo de escolarização básica. Dentre todas as estratégias elencadas no PNE, não há nenhuma em especial que deva ser priorizada, mas sim, que todas suas metas possam ser contempladas e efetivadas.

2.6 Plano Municipal de Educação de Assis Chateaubriand (2015-2025) e a Educação de Jovens e Adultos

Em consonância com o PNE, o município de Assis Chateaubriand elaborou seu Plano Municipal de Educação (PME), (2015-2025), aprovado em 25 de junho de 2015, com duração de dez anos. Há metas que deverão ser cumpridas de forma gradativa; bem como, metas que devem ser cumpridas em prazos específicos.

[...] Almeja-se que, ao longo destes 10 anos, o município consolide as estratégias e metas do seu PME, pois, o que se objetiva com ele é a emancipação intelectual, cultural, política, social e humana de seus munícipes, por meio da garantia de acesso a uma educação de qualidade. (PME/Assis Chateaubriand, 2015, p. 18).

De acordo com, o que está previsto para a Educação de Jovens e Adultos no PNE, em Assis Chateaubriand, as estratégias para serem cumpridos se darão com base nas especificidades do município. A seguir os diagnósticos das metas referentes a EJA para o município de Assis Chateaubriand.

2.6.1 DIAGNÓSTICO PARA META 8

Meta 08: Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobre, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

DOC 2:

Nível de escolaridade da população de 18 a 29 anos residentes no município	Número de pessoas
Sem instrução/ Ensino Fundamental Incompleto	2.443
Ensino Fundamental completo/ Ens. Médio incompleto	4.257
Ensino Médio completo/Ensino Superior incompleto	2.720
Ens. Superior completo	788
Não determinado	108
Total	10.316

Levantamento da faixa etária da população Chateaubriandense e nível de escolarização.

Fonte: IBGE, 2010.

2.6.2 DIAGNÓSTICO PARA META 9

Meta 09: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50 %a taxa de analfabetismo funcional.

DOC 3:

População de 15 anos ou mais residente no município.	Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais residente no município	Taxa de analfabetos da população de 15 anos ou mais residente no município	Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais.	População de 15 anos ou mais matriculada.	População de 15 ou mais fora da escola.	Projeção da população de 15 anos ou mais até 2024.
26.294	24.155 89,9%	2.139 8,1%	----- 31,32%	2010 2.781	20.924	2014 27.083
				2011 2.752		2018 27.895
				2012 2.684		2022 28.732
				2013 2.667		2024 29.163
				2014 2.609		
Fonte: IBGE 2010	Fonte: IBGE 2010	Fonte: IBGE 2010	Fonte: Ipardes 2000	Fonte: Inep	Fonte: cidades/IBGE	Fonte: Estimativa orientada pelo IBGE

Taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais no município de Assis Chateaubriand. Fonte: TOMIM, 2019

3.6.3 DIAGNÓSTICO PARA META 10

Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas da Educação de Jovens e Adultos, na forma integrada à Educação Profissional, nos ensinos fundamental e médio.

DOC 4:

Anos	Número de alunos matriculados na EJA.	Número de alunos matriculados na EJA no ensino fundamental.		Número de alunos matriculados na EJA no ensino médio.	População de 15 anos ou mais fora da escola.
2010	771	FASE I	FASE II	401	*22.033
	771	99	271	401	
2011	805	77	323	405	
2012	808	54	338	416	
2013	818	38	357	423	
2014	834	43	409	382	22.694

Oferta da Educação de Jovens e Adultos para o município de Assis Chateaubriand

* Dados 2010 obtidos através do CENSO 2010/IBGE – Dado 2014 projeção de 3% a cada quatro (4) anos/IBGE, (PME,2015). Fonte: TOMIM, 2019

Os dados informados nas tabelas supracitadas dizem respeito as especificidades contempladas no PME de Assis Chateaubriand, elaborado e aprovado em 2015. Foram envolvidos para a elaboração do referido plano, um grupo de profissionais da educação para que, juntos, pudessem opinar e contribuir com suas experiências profissionais, para que no município pudesse ser garantida a busca de estratégias para amenizar a problemática da baixa escolarização de uma parcela significativa da população.

Embora existam legislações que obriguem o aluno menor de dezoito anos a frequentar diariamente a escola, isso não é garantia de que o número de adolescentes e jovens que não concluem a escolarização básica no período adequado permaneça estável em todo o território brasileiro. No município de Assis Chateaubriand, temos

números significativos de adolescentes fora dos espaços escolares. Essa constatação é visível no início de cada ano letivo, quando é necessário informar a Rede de Proteção para a Criança e Adolescente quem são os alunos menores de dezoito anos que ainda não efetivaram suas matrículas, contribuindo para o aumento nos índices de evasão escolar.

No capítulo seguinte analisaremos a oferta da EJA no município de Assis Chateaubriand, objeto central dessa investigação, apontando os aspectos de sua constituição histórica, evidenciando sua materialidade.

CAPÍTULO 3 – A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE ASSIS CHATEAUBRIAND

*“Não se resgata a memória em silêncio. É preciso tocar o bumbo!”
Laércio Souto Maior.*

Como anunciado, neste capítulo faremos um retrospecto histórico dos principais programas educacionais desenvolvidos para o público de jovens e adultos de Assis Chateaubriand, desde a metade da década de sessenta até os dias atuais. Mesmo sabendo que houve instituições de ensino que trabalharam com a Educação de Jovens e Adultos no período em análise, optamos por destacar as seguintes atividades educativas: MOBREAL; Centro de Proteção à Vida; Brigadas do Trabalho e Paraná Alfabetizado. A opção por essas atividades se justifica pelo fato de que são as que obtivemos acesso a documentos oficiais que comprovam suas atividades. Além dessas elencadas, o CEEBJA, após a aprovação da Lei 9.394/96, transforma-se numa escola especializada no atendimento educacional de jovens e adultos, enquanto modalidade de ensino recém aprovada, e também será objeto de análise.

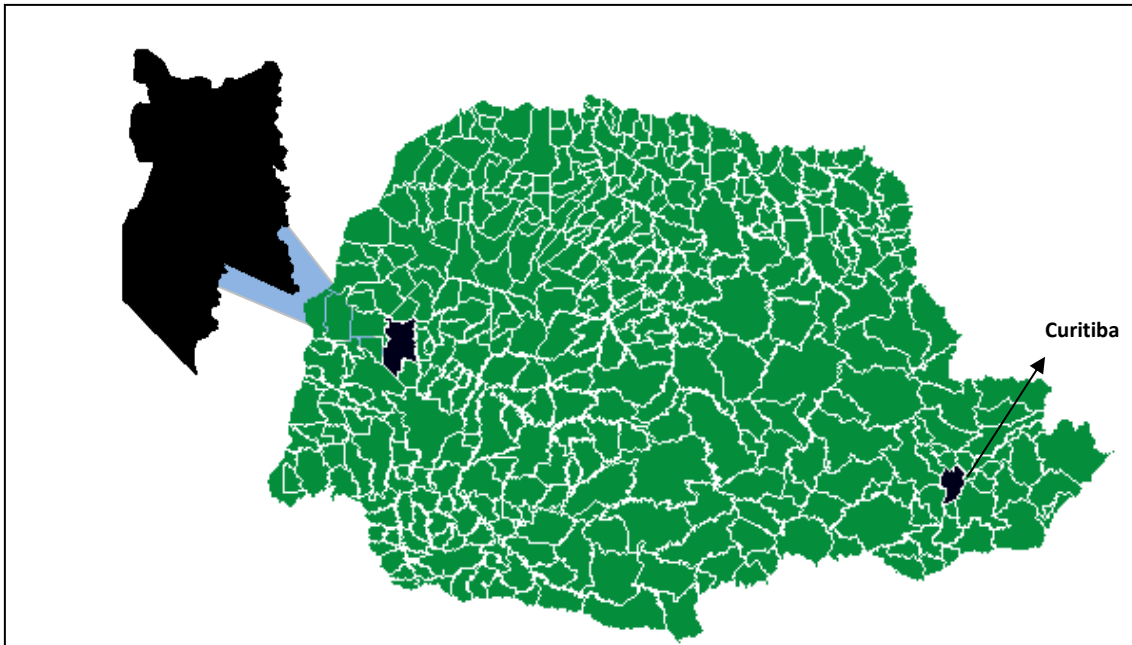
Cabe aqui a observação de que houve grandes dificuldades para se realizar a pesquisa de registros históricos, devido a insuficiência de fontes documentais, que se perderam com o tempo ou em desastres – como incêndios –, havendo a necessidade de se recorrer a “memórias vivas” (pessoas que ainda residem no município e que, de alguma forma, fizeram e ou fazem parte das atividades educacionais para jovens e adultos anteriores ao CEEBJA”. (Grifos da autora, 2019).

Com o intuito de aproximar-nos de nosso objeto de pesquisa, que é a oferta da Educação de Jovens e Adultos em Assis Chateaubriand, é fundamental conhecer aspectos referentes a história da região oeste do Paraná, onde se localiza o município. Para tanto, contamos com relatos de pessoas que fizeram parte da história da educação escolar no município, e suas contribuições foram fundamentais para que nosso trabalho pudesse ser efetivado. Ressaltamos, que a realização dessa pesquisa no município de Assis Chateaubriand foi muito difícil, pois nos deparamos à falta de registros históricos e documentais que, possivelmente, se perderam no tempo ou, até mesmo, no sinistro ocorrido na década de 1980 no prédio antigo da prefeitura. Embora a história do município não seja objeto direto de nossa pesquisa, entendemos que as informações obtidas junto a pessoas que vivenciaram a Educação de Jovens e Adultos em Assis Chateaubriand, no recorte temporal a ser estudado, foram fundamentais para a consolidação da investigação.

3.1 Assis Chateaubriand: aspectos históricos e a educação escolar (relato da colonização)

Nesta parte do trabalho, vamos contextualizar geograficamente o município de Assis Chateaubriand, mostrando os aspectos históricos de sua colonização e, como foi construída sua história educacional, principalmente no que se refere a Educação de Jovens e Adultos, objeto central desta pesquisa. A Região Oeste do Paraná é considerada, pelos historiadores e moradores, como um espaço geográfico muito rico, especificamente no que diz respeito a qualidade das terras e sobre as grandes produções agrícolas que aqui ocorrem. Assis Chateaubriand está localizada num território considerado berço produtivo de alimentos para o próprio Estado do Paraná e, em extensão para o Brasil, bem como para a exportação alimentícia para outros países. Como pode-se observar no mapa abaixo, a localização geográfica do município de Assis Chateaubriand.

DOC 5:



Mapa Político do Estado do Paraná – Delimitação Geográfica do Município de Assis Chateaubriand

Fonte: Associação dos Municípios do Paraná.

Além da localização privilegiada, o município está localizada sobre o Aquífero Guarani, uma das mais importantes fontes de água potável do mundo e o historiador Laércio Souto Maior (1996), relata a forma pela qual ocorreu a colonização no município, os ideais dos colonizadores e o que os primeiros desbravadores encontraram quando chegaram nessa região:

Ao iniciar a colonização das terras da antiga Gleba Santa Cruz, naquele longínquo ano de 1952, Adízio Figueiredo dos Santos encontrou sua verdadeira vocação e fundador de cidades. Ao olhar a majestade da mata que teria de ser sacrificada para que dela surgisse bela e radiosa, anos depois, a futura cidade de Assis Chateaubriand, não teve dúvida do seu destino. Ali, ele construiria uma nova vida num maravilhoso mundo novo. Sonhando de olhos abertos, antevia a chegada dos milhares colonos que pipocariam de todos os lados a fim de comprar os melhores lotes das melhores e exuberantes terras para a agricultura existente no Brasil que fariam daqueles aventureiros, no futuro, homens ricos e respeitáveis [...]. (MAIOR, 1996, p. 47).

Estima-se que o município de Assis Chateaubriand chegou a ter uma população de cento e vinte mil habitantes entre as décadas de 1960 e 1970. Ocorreu uma grande migração após uma grande geada ocorrida em 1975 e, após esse episódio, a população se estabilizou por volta de quarenta mil habitantes.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1997), onde hoje existe a cidade de Assis Chateaubriand, antigamente havia apenas uma região

inexplorada do município de Guaíra. Na década de 1950, a empresa “Colonizadora Norte do Paraná” começou a desbravar a região do Vale do Piquiri com a derrubada da mata. Consecutivamente, houve a construção e abertura de campo de pouso de aviões pequenos para o desembarque dos funcionários e diretores da empresa para poderem iniciar a abertura do povoado. Em 1960, o pequeno povoado que pertencia ao município de Guaíra passou a pertencer ao município de Toledo, sendo denominado distrito de Tupãssi.

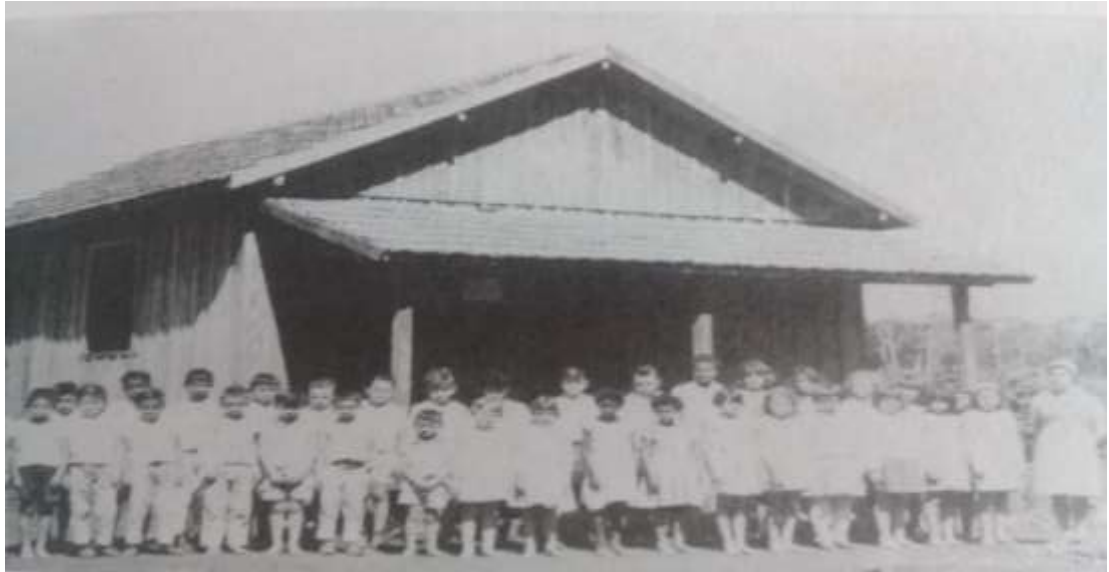
3.1.1 O retrato da educação escolar em Assis Chateaubriand pelos pioneiros

Não é possível contar a história educacional do município de Assis Chateaubriand, sem nos referirmos aos primeiros feitos realizados pelos pioneiros habitantes dessa cidade. De fato, houve uma cruzada em prol da educação municipal para que essa se consolidasse na cidade que emergia e devido ao grande fluxo de pessoas que chegaram à região na década de 1950, e a dificuldade em se organizar de imediato um sistema escolar, as primeiras atividades escolares começaram a ser estruturadas e ofertadas no ano de 1957. A primeira escola com registro é a Escola Nossa Senhora das Graças, que foi regularizada apenas em 1982, por meio do Decreto nº 043. (LUCIO, 2004).

No início da década de 60, várias escolas foram construídas em ramais e povoados que possuíam grande potencial de desenvolvimento, objetivando manter a população nessas localidades. Em 1966, a prefeitura municipal montou uma serraria para beneficiar as madeiras para serem utilizadas na construção de pontes, carteiras escolares e escolas pelo interior do município. Percebe-se que as estruturas dos espaços escolares tiveram a participação efetiva da população. As madeiras das árvores nobres que eram derrubadas para a mecanização, foram utilizadas para a construção das escolas. De forma compensatória, foram construídas mais de 130 escolas. Nessa época não existiam professores formados em “Cursos Normais”, e para ensinar as crianças eram contratadas pessoas com pouca formação para o cargo.

A seguir uma das poucas fotografias que ilustram o cenário escolar desse período.

DOC 6:



Escola Municipal em Assis Chateaubriand década de 1960 Fonte: Laércio Souto Maior.

Essa escola construída com paredes de madeira e telhas de barro, é um exemplo de como eram as escolas rurais no início da colonização. A intenção era possibilitar um ambiente propício para a aprendizagem dos alunos. A foto acima é da Escola Santo André, na Estrada São Pedro, uma das localidades mais distantes da sede do município. Aproximadamente trinta e três crianças estudavam nessa escola. É um registro fotográfico significativo da época.

Para este levantamento, não conseguimos obter os dados exatos sobre a quantidade de alunos que frequentavam as escolas, pois não há registro em documentos disponíveis. Para obtermos uma ideia do contingente de estudantes, recorreremos a obra de MAIOR (1996), que analisou a ampliação dos espaços escolares em Assis Chateaubriand nas primeiras décadas da existência deste município. A cada cinco quilômetros de distância, nas diversas estradas rurais, era construída uma escola pela prefeitura municipal para atender as demandas de alunos existentes na época (MAIOR, 1996). Outro fato que deve ser observado, é que o autor destaca que todos os dias chegavam nesta cidade de dez a doze famílias para morar, fato que não era esperado pelos donos das colonizadoras.

Ao analisarmos alguns aspectos da história da emancipação política de Assis Chateaubriand, e os primeiros registros de sua história educacional, é pertinente destacar que os dados sobre a história da educação deste município possuem lacunas acentuadas. Por exemplo, com relação a quantidade de crianças, adolescentes e adultos que frequentavam a escola, só pudemos trabalhar com estimativas, o que

dificultou a pesquisa documental. A foto a seguir possivelmente seja do final da década de 1960.

DOC 7:



Primeira Prefeitura de Assis Chateaubriand Fonte: Assis Fotos e Fatos/ Facebook.

Segundo relato do jornalista e ex-morador de Assis Chateaubriand, Clóvis de Almeida, a primeira Prefeitura de Assis Chateaubriand localizava-se na Avenida Tupãssi, área central da cidade, em um prédio comercial. Essa imagem, disponibilizada em uma rede social, traz um relato inesperado, que nos chamou a atenção para a perda de grande parte da história da cidade:

[...] Certa vez fui levar almoço a meu pai, que trabalhava na construção da parte de cima deste prédio. A Prefeitura já funcionava embaixo. Fui deixar a bicicleta nos fundos e me deparei com dezenas de caixas cheias de fotografias e um funcionário incinerando todas num tambor de fogo. Observei que eram fotos da cidade, do interior, de estradas, obras. Todas da formação da cidade. Com medo de levar uma bronca, não pedi pra levar nenhuma. O que parecia uma limpeza era na verdade um crime com a história [...]. (C.A. 2019).

Esse relato nos causou imensa perplexidade, o que pode justificar a emblemática escassez de fontes documentais para a pesquisa. Porém, essas dificuldades acentuaram nosso compromisso com a pesquisa, com a responsabilidade de tentar resgatar uma parte da história da educação escolar do município. Como já afirmamos, a educação no município foi se firmando paulatinamente. No tocante à falta de profissionais formados, muitos professores leigos eram contratados para que

também pudessem desempenhar as atividades educacionais nas mais de cem escolas que existiam.

Paralelamente às informações regionais, sabe-se que a partir da segunda metade da década de 60, o Brasil sofre uma mudança radical em seu sistema de governo e, conseqüentemente, na organização educacional. O sistema educacional brasileiro foi reestruturado de acordo com os princípios educativos do novo sistema de governo. No cenário educacional milhares de jovens e adultos não possuíam escolarização, e em Assis Chateaubriand, o cenário não era diferente. Devido ao grande número de pessoas que migraram para o município, o número de pessoas adultas sem escolaridade era bastante alto. Em meados da década de 1970 foi implantado em Assis Chateaubriand o MOBRAL, que gerou grandes expectativas por parte dos gestores da época, que enxergavam nele grandes possibilidades econômicas e políticas, afinal, a escolarização poderia ser uma oportunidade de formar as pessoas para o mercado do trabalho.

3.2 A história da oferta da Educação de Jovens e Adultos em Assis Chateaubriand

Como já afirmamos, a ausência de fontes documentais foi um dos grandes obstáculos que encontramos durante a realização da pesquisa. Isso nos levou a buscar outras formas de obtenção de informações, e submetemos a pesquisa para apreciação no Comitê de Ética da Universidade (cujo parecer se encontra em anexo), para podermos realizar a pesquisa de campo. Após aprovação do Comitê de Ética, fomos buscar as fontes que ainda residiam no município de Assis Chateaubriand, como possibilidade de realizar a coleta de dados e informações sobre a temática, nos valendo de entrevistas e questionários para darmos conta do objeto da pesquisa. A delimitação do universo da pesquisa foi criteriosa, elencando os participantes que efetivamente possuíam ligação com o objeto de pesquisa.

Não podemos deixar de enfatizar que, a escolha dos programas que ofertaram a EJA anteriormente a LDB 9.394/96, que transformou essa forma de educação em modalidade de ensino, se deu por conta da relevância que tiveram frente a sociedade chateaubriandense: o MOBRAL, as Brigadas do Trabalho, Paraná Alfabetizado e CEEBJA/Assis Chateaubriand.

3.2.1 O MOBRAL

No Capítulo I desta dissertação, realizamos a fundamentação histórica do MOBRAL, apresentando seus principais objetivos e contextualização social em que alicerçou suas atividades no Brasil. Neste capítulo, apresentaremos o registro das principais ações desenvolvidas pelo MOBRAL em Assis Chateaubriand. Como não havia registros ou documentos que retratassem sua existência no município, a opção foi entrevistar Laércio Andrade, ex-professor e coordenador do MOBRAL em Assis Chateaubriand. A entrevista realizada possibilitou coletar as informações sobre ações que apresentaremos a seguir, nesta seção.

As ações que o MOBRAL realizou no município de Assis Chateaubriand, no tocante a educação escolar, durante o período de sua vigência, foram bastante significativas para a população do município. Em especial, com relação a educação de jovens e adultos, foi esse programa que iniciou toda uma organização educativa para grande parcela de pessoas sem escolarização que se instalaram na cidade.

Em Assis Chateaubriand a metodologia utilizada pelo MOBRAL não foi diferente do que se realizava no Brasil. Foi um programa específico de alfabetização funcional, com trabalhos pedagógicos voltados para as pessoas que não sabiam escrever. O objetivo era ensinar o alfabeto, para que o povo pudesse desenhar seus nomes.

O programa começou a ser desenvolvido na primeira metade da década de setenta nesta cidade. Os alunos eram recrutados a partir do interesse de alguém da comunidade que estivesse interessado em ser o professor daquela turma. Bastava trazer a lista com os nomes completos das pessoas que queriam estudar na prefeitura, onde funcionava a coordenação do MOBRAL, que a turma já começava a ser formada.

Não havia necessidade de professor graduado. Qualquer pessoa, se tivesse disponibilidade para atender os alunos, que soubesse ler e escrever ou com conhecimentos mínimos já era o suficiente para alfabetizar outras pessoas. O professor Laércio Pereira de Andrade, em entrevista, relatou fatos importantes ocorridos nesse período:

O programa da Alfabetização Funcional vem sozinho por praticamente uns três, quatro anos. O Monitor ou Alfabetizador era pago por aluno, sendo chamado por “cabeça”. Citando um exemplo, era R\$10,00 reais por aluno, então a cada aluno recebia 10,00 reais. Se tivesse 30

alunos, recebia R\$300,00 reais no mês. Quanto mais aluno você tivesse, mais dinheiro você recebia. As turmas eram formadas de 20 e no máximo 25 alunos, ou de 15 a 25 alunos. (Laércio Pereira de Andrade, 2019, Anexo 3).

Nos municípios foram contratadas pessoas que pudessem coordenar o programa e suas estruturas físicas e pessoais, que eram aproximadamente duas pessoas designadas para trabalhar como coordenadores do programa, ligadas ao governo Federal. Isso porque havia o repasse de verbas para pagamento dos monitores e funcionários dessas estruturas, repassados diretamente do Governo Federal. O entrevistado, relata como chegava o dinheiro que atendia o programa:

O dinheiro para isso vinha do Banco do Brasil, sendo do governo federal. Que no município tinha uma comissão, chamava Comissão do MOBREAL. Que o professor Ivo Marchi era o presidente. Que fazia toda a prestação de conta. Que tinha recibo. Que solicitava o dinheiro e vinha. (Laércio Pereira de Andrade, 2019, Anexo 3).

O material pedagógico trabalhado com os alunos se baseava no sistema de ensino de Paulo Freire, através das palavras geradoras. Se em sala de aula a primeira palavra que se trabalhava era tijolo, tornava-se a palavra geradora. Com isso a inovação de metodologias variava de acordo com criatividade desenvolvida por parte de cada monitor para trabalhar nessa aula. Tinham professores que levavam o tijolo, outros só escreviam a palavra no quadro.

Era o governo Federal que mandava material impresso, como se fosse uma cartilha, partindo de letras soltas do alfabeto, as sílabas e conseqüentemente a formação de palavras. A exemplo disso, se na cartilha a primeira letra que deveria ser trabalhada fosse o “t”, seguia essa ordem para ser ensinada.

Os professores planejavam as aulas envolvendo as disciplinas de Português, Matemática, Ciências e Conhecimentos Gerais. Utilizando um texto gerador pronto, que acompanhava o material didático fornecido pelo governo. Nesses materiais vinham as cartilhas e cartazes impressos para serem pregados na parede da sala de aula. Vale lembrar que não havia escassez de materiais pedagógicos, estes eram renovados constantemente, mesmo que o ano letivo não tivesse terminado.

Quanto ao sucesso do programa e para que pudesse haver sua continuidade no município, existiam metas para serem alcançadas perante o aprendizado dos alunos, tendo um prazo máximo para o aluno terminar sua escolarização. Por isso,

em seis meses o aluno deveria aprender o mínimo de conhecimento curricular estipulado nos materiais didático, com duração máxima de 6 meses.

Para as instalações dessas salas de aula em Assis Chateaubriand, o MOBRAL utilizava as dependências das escolas municipais, no período noturno. O MOBRAL se organizou de tal forma no município de Assis Chateaubriand que, as principais ações que norteavam o programa foram sendo realizadas de forma exitosa, suas ações foram além dos objetivos pedagógicos. Uma dessas ações, foi sobre a organização de orientações sobre saúde à população visto que, não existia na cidade atendimento em posto médico, antecipando-se aos trabalhos orientação de noções básicas de higiene e de saúde.

Então veio o Programa de Saúde, chamado PAS. Esse programa visava dar palestras para a população sobre controle de natalidade, já que na época não existia pílula. Essas palestras eram dadas por enfermeiros, pessoas da saúde, na sala de aula, sendo um conhecimento a mais que agregava naquelas pessoas. Que não eram só pessoas de idade, também tinham jovens. Eles informavam sobre programas de saneamento, natalidade, verminoses, enfim saúde em geral. Havia orientações sobre os cuidados com a alimentação, levavam nutricionistas, ou alguém que entendia alguma coisa sobre os cuidados básicos com s alimentos. (Laércio Pereira de Andrade, 2019, Anexo 3)

Como podemos observar nesse relato, havia grande preocupação com as orientações básicas e necessárias para todas as pessoas da comunidade, visto que, cidade estava em pleno desenvolvimento estrutural e econômico, entretanto, os novos moradores de Assis Chateaubriand ainda estavam impossibilitados de frequentarem centros de lazer e saúde, pelo fato de não poderem se deslocar para cidades vizinhas. Assim, outra importante ação do MOBRAL, foi implementada nesse município a de levar o entretenimento para a comunidade em geral, como descreve nosso entrevistado:

Tinha um programa que se chamava PAC, programa de ação cultural, sendo também dentro do MOBRAL. Que esse programa visava desenvolver a cultura, que procuravam pessoas que cantavam, gostavam de teatro, tocavam instrumentos. Eles organizavam também festivais para as pessoas cantarem. Que tinha também o Domingo Alegre, sendo que em um domingo jogavam futebol, peteca, betes, cantava. Que levavam toda a estrutura necessária para essas comunidades e lá eles também ajudavam. (Laércio Pereira de Andrade, 2019, Anexo 3).

O MOBRAL teve sua participação na implantação da educação pré-escolar que iniciou os trabalhos educativos com crianças acima de quatro anos:

Que o Programa de Educação Integrada (PEI), surge em 1973. Aluno, ia para o Programa de Educação Integrada, destinado para crianças que tinham até quatro anos incompletos. Que o pré-escolar era muito elaborado, trabalhando coordenação motora e tema gerador. A primeira coisa do pré-escolar era socializar as crianças, deixar ela se soltar. Depois se tratava questões amplas. Que em última coisa era tratado a coordenação motora. Nesse programa vinha todo o material para ser trabalhado pelo professor e para o aluno também vinha um material impresso. O trabalho do pré-escolar era muito bonito. O MOBRAL mandava muito jogos e materiais para as turmas. (Laércio Pereira de Andrade, 2019, Anexo 3).

A criança começava sua escolarização por volta de quatro anos, quando terminava a quarta série, recebia um diploma, como certificação de conclusão de escolarização. Como podemos observar na foto abaixo uma das salas de aula do pré-escolar:

DOC 8:



Sala de aula do pré-escolar criada pelo MOBRAL Fonte: Laércio Pereira de Andrade

É a demonstração concreta de como as crianças de quatro anos eram ensinadas nas salas do pré-escolar. Sobre a mesa observamos os materiais disponibilizados pelo MOBRAL, as cartilhas em tamanho maior para as crianças, na

parede a coordenação motora da letra “i”, com pintura e colagem, os cartazes nas paredes também eram utilizados como material pedagógico.

Os professores vinham para a cidade nos finais de semana para realizar o planejamento das aulas que seriam dadas durante a semana seguinte, geralmente esses planejamentos aconteciam aos sábados, recebiam orientações sobre metodologias e formas de avaliação dos alunos pertencentes ao programa. Além das orientações gerais do programa o professor recebia formação profissional, até mesmo porque, a maioria desses professores não possuíam habilitação específica, porém, tinham a oportunidade de conseguir essa certificação se participassem do

Logus, um curso específico do MOBREAL, para certificar os professores leigos que já trabalhavam no programa. Como gratificação, recebiam melhores salários e eram registrados como professores municipais, com isso, a prefeitura assumiu o professor, sendo dividido os custos, e o professor reconhecido como professor do município.

DOC 9:



Formação de Professores que trabalhavam no Mobral Fonte: Laércio Pereira de Andrade

Nessa foto, os professores estão reunidos para o dia de planejamento e orientações sobre as atividades que seriam trabalhadas durante a semana.

Desde o início do Programa de Educação Integrada, ação complementar do MOBREAL, milhares de pessoas concluíram seu processo de escolarização. Esse

programa começou em 1973, e pode ser considerado um marco inicial da educação de jovens e adultos no município de Assis Chateaubriand.

O programa de Educação Integrada foi o início da educação de jovens e adultos oficialmente, porque tinha pareceres do Governo Estadual e Federal. Que o programa correspondia do primeiro ao quarto ano, em uma turma única, não sendo separados. Inicialmente tinham 5 turmas, em média de 20 a 30 alunos, só na escola Nelita Ramos Sabella. Uma turma de Educação Integrada no Colégio Estadual Chateaubriandense. Além disso, tinham salas nos distritos de Bragantina, Encantado, Nice. Ao final recebiam um diploma, válido em qualquer lugar. (Laércio Pereira de Andrade, 2019, Anexo 3).

O MOBRAL começou suas atividades de atendimento de forma bem sutil, mas com o passar dos anos, Assis Chateaubriand tornou-se a cidade polo, a coordenação do MOBRAL passou atuar em cidades vizinhas a exemplo de Nova Aurora, Formosa do Oeste, Tupãssi e Jesuítas. No ano de 1984, se expandiu ainda mais, atendeu Nova Cantú, Campina da Lagoa, Ubitatã.

Aos coordenadores cabia conversar com os prefeitos, organizar parcerias de trabalho e já instalar suas salas de aulas para atender os jovens e adultos. Bastava apenas o prefeito informar sobre quantas turmas teriam, quantos professores seriam necessários contratar, além de organizar os cursos e dar o apoio pedagógico.

Os polos do MOBRAL na região eram: Assis Chateaubriand, Goioerê, Umuarama, Cianorte e Cruzeiro do Oeste. Todos os meses os coordenadores viajavam para Curitiba para levar os relatórios das atividades e planejamento do mês seguinte, dessa forma, as verbas estavam garantidas.

Em 1985 o Sarney extinguiu o MOBRAL. Então se buscou na história o MOBRAL finaliza em 1985. Que substituir o MOBRAL, Sarney cria a Fundação Educar. Que Sarney deixou os coordenadores finalizar tudo até 1986. Que a Fundação Educar passa a ser tudo do município. Que a história do MOBRAL vem de 1970 a 1985. Que com a fundação educar o objetivo era passar a obrigação para os municípios. Que antes o MOBRAL ficava separado, depois com a fundação educar ficou tudo junto. Que acabou a estruturação do MOBRAL, sendo cada município responsável por sua educação. Que o material do MOBRAL não cita o militarismo, mas pelo contrário, tenta formar o cidadão. Que a crítica sobre o MOBRAL vai existir, mas o que na região o que as pessoas queriam, era aprender a ler e escrever. E isso o MOBRAL conseguiu fazer em sua existência. (Laércio Pereira de Andrade, 2019, Anexo 3).

O município de Assis contou com as atividades educacionais, sociais e higienistas, atividades realizadas por enfermeiros na conscientização dos cuidados com a saúde, métodos anticoncepcionais, vacinação em massa que atendia das crianças aos idosos, em todas as comunidades que tinham uma sala de aula do MOBREAL. Essas ações de orientação tiveram um tempo específico de duração, entre os anos de 1971 até 1985, ano que cessaram todas suas ações no Brasil. Para dar lugar ao MOBREAL e todas as atividades educacionais destinadas aos jovens e adultos desse município, outros programas federais e estaduais foram se organizando, cada qual com suas especificidades.

Como já destacado, realizamos nossas pesquisas nos projetos educacionais de maior relevância para o município de Assis Chateaubriand, que trabalharam especificamente com a Educação de Jovens e Adultos, por isso, o Centro de Proteção à Vida, também foi escolhido para essa pesquisa, pois, teve grande destaque na comunidade e suas atividades educacionais atenderam parcela significativa de pessoas analfabetas nesse município.

3.2.2 O Centro de Proteção à Vida: Projeto Brigadas do Trabalho

Nesta seção, apresentaremos o Centro de Proteção a Vida (CPV) e os projetos educacionais a ele vinculados. As informações apresentadas foram obtidas através de análise documental, além de entrevista com o professor responsável pelos projetos que são citados.

O CPV de Assis Chateaubriand foi criado em 1988, com o propósito de cumprir seus objetivos e finalidades em suas áreas de atuação, que eram a de formar o homem e o mundo que o cercava. O Centro de Proteção da Vida pautava-se em servir ao próximo, no espírito de liberdade, igualdade, fraternidade, diversidade e solidariedade, em unidade de expressão através da sua estrutura organizacional, para encorajamento mútuo de suas equipes na tarefa de comunicar ao Brasil a educação libertadora.

Em um dos documentos do acervo pessoal, disponibilizados pelo ex-coordenador do Projeto, professor José Pardini de Souza (2002), na forma de projeto político pedagógico estão registrados os principais objetivos do Centro de Proteção da Vida, a saber foram:

- Criação, instalação e manutenção de Cursos de ensino, em todos os seus graus e espécies, por si ou através de convênios ou outras modalidades com entidades públicas ou privadas;
- Erradicar o analfabetismo, criando parcerias voltadas para o preparo educacional, cultural e profissional das camadas mais oprimidas da população, através de cursos de alfabetização de jovens e adultos;
- Instalar e promover Centro de Treinamento de recursos humanos em parceria com entidades públicas ou privadas;
- Promover a regularização de situação jurídica da população e das instituições filantrópicas e afins, assessorando-as para a obtenção de documentação exigida para o exercício da plena cidadania e para a legalização jurídica (certidões de casamento, de nascimento, óbitos, carteiras de trabalho, identidades e 2ª Vias);
- Promover ação intensiva de qualificação profissional, de acordo com as características econômicas regionais e estaduais, proporcionando estágios práticos em empresas e outras instituições;
- Promover conjuntamente com a ação de qualificação profissional, palestras e debates sobre segurança e higiene no trabalho, legislação trabalhista, preservação da vida e do meio ambiente, direitos constitucionais e de cidadania, organização social e política, paternidade e maternidade responsáveis, tabagismo, alcoolismo, etc.;
- Promover cursos, palestras, seminários, oficinas pedagógicas, para capacitar seus educadores, contribuindo assim para o desenvolvimento humano, cultural, social e econômico, bem como para se ter um ensino de qualidade;
- Promover o bem-estar, a proteção e o ajustamento em geral dos portadores de doenças especiais e que não estão condicionados ao sistema tradicional de tratamento e não amparadas pelo Estado ou pelos serviços públicos de saúde;
- Acolhimento e atendimento às pessoas doentes em drogas e alcoolismo;
- Estimular estudos e pesquisas relativas ao problema dos portadores de doenças especiais;
- Promover e contribuir para a formação e desenvolvimento da vida comunitária;
- Defender as lutas e contribuir de todas as formas para que todos os cidadãos tenham seus direitos humanos respeitados;

- Colaborar com os poderes públicos, conselhos, entidades, sindicatos e outras entidades existentes em Assis Chateaubriand, regiões e Estado do Paraná, contribuindo no levantamento dos problemas, defesa das reivindicações e busca de soluções.
- Receber e distribuir recursos de qualquer espécie e de qualquer natureza;
- Manter programas de radiodifusão e tele difusão comunitária;
- Implantar nos bairros das cidades conveniadas com o CPV, salas de Leituras do Povo/Bibliotecas. (CPV, 2002, p. 9).

O Centro de Proteção da Vida pode e deve cumprir essa missão democratizante porque possui, como instância, características institucionais que não só o permitem, como o facilitam e o estimulam: proximidade da população e acessibilidade até para os seus setores mais pobres e menos organizados; conhecimento dos problemas locais e de suas consequências sobre os mais diversos grupos de risco; competência por grande parte dos serviços mais essenciais à vida e ao desenvolvimento humano, bem como pela concretização de direitos básicos de cidadania (liberdade de locomoção, de associação, de expressão do pensamento e de trabalho, por exemplo); maior facilidade e experiência de diálogo com movimentos sociais e entidades representativas da sociedade civil organizada. (José pardinho de Souza, 2019, Anexo 3).

O Projeto Brigadas do Trabalho, teve início no ano de 1995 e foi implantado em 52 municípios do Paraná. Foi uma parceria entre Secretaria do Estado da Educação/Departamento de Educação de Jovens e Adultos (SEED/DEJA) e Centro de Proteção a Vida de Assis Chateaubriand – Organização não Governamental (ONG) e prefeituras municipais através das secretarias municipais de educação.

O principal objetivo das Brigadas de Trabalho foi erradicar o analfabetismo no Estado do Paraná, bem como desencadear ações educativas voltadas para a formação crítica do indivíduo, que pudesse atingir um nível mínimo de informação, conhecimento e compreensão da realidade, proporcionando-lhe instrumentos para o exercício da cidadania, tornando-os sujeitos de sua própria história. (CPV, 2002, p. 7).

Esse Projeto reconhecendo ainda, as manifestações culturais dos trabalhadores como um dos elementos de sua construção pessoal, criou espaços para que as camadas mais pobres da população tivessem acesso ao saber e a informação,

conquistando direitos, respeitando e cumprindo deveres, descritos no documento histórico sobre a criação do CPV, (2002).

Tendo em vista o grande contingente de analfabetos e de não qualificados profissionalmente que compõe “exército de reserva” de mão-de-obra, necessário se faz desenvolver uma ação capaz de transformar estas condições para sua efetiva participação no sistema econômico e social. (José pardinho de Souza, 2019, Anexo 3).

O Projeto Brigadas do Trabalho desenvolveu suas atividades educacionais utilizando como fonte teórica a metodologia de Paulo Freire, buscando educar associando com a experiência da vida cotidiana e com os conteúdos escolares. Segundo os arquivos documentais do projeto, o objetivo era criar espaços, ou seja, salas de aula em vários bairros da cidade, principalmente naqueles em que residiam as camadas mais oprimidas da sociedade, para que tivessem acesso ao saber, na tentativa de erradicação do analfabetismo. Assim, o aluno adquiria além dos conhecimentos básicos de alfabetização, os direitos e deveres do cidadão, incluindo a possibilidade de formação profissionalizante imediata, de acordo com a comunidade onde o aluno estava inserido. No projeto foram atendidos jovens acima de 16 anos que não tinham a escolaridade equivalente a idade/série, adultos e, principalmente, trabalhadores diaristas e aposentados.

Como já afirmamos, a intenção foi de escolarizar mobilizando os educandos para as questões sociais e políticas em que se encontravam inseridos, e o professor sistematizava esses conhecimentos sintetizando em palavras geradoras para alfabetizar a população analfabeta nesses bairros e distritos de Assis Chateaubriand. Esse trabalho extrapolava a alfabetização, pela concepção de educação a partir do pressuposto da educação popular. Com isso pretendia-se oportunizar ao alfabetizando a reflexão sobre si mesmo e a sociedade em que se inseria, era a auto responsabilidade social.

Trabalhar a EJA, com verdadeiras características de EJA é, não só assumir uma postura de respeito ao jovem e adulto, mas, acima de tudo, é fazer de seu perfil, o fio condutor de todo processo pedagógico, a fim de lograr êxito na libertação da prisão do analfabetismo em que muitos dos nossos educandos se encontram. Assim compreendida, reconhecer o público que pretendemos desenvolver uma ação educativa, é preparar o terreno para plantar a semente do processo de ensino-aprendizagem. (José pardinho de Souza, 2019, Anexo 3).

O Centro de Proteção da Vida, ao propor Educação de Jovens e Adultos, nas séries iniciais do ensino fundamental, por meio do Projeto de Educação Domiciliar, na modalidade de educação a distância, pretendia não apenas satisfazer a demanda da comunidade, mas, principalmente, oferecer uma metodologia inovadora, comprometida com a transformação da realidade educativa.

Essa proposta curricular estava alicerçada na visão interdisciplinar da ação educativa, enfatizando a dimensão individual, social e histórico-cultural do aluno. Entre o processo educativo e história de vida do aluno, em que se concebia uma relação inseparável, por isso, a compreensão da educação, não apenas como ação de construção, reelaboração e transmissão de conhecimentos, mas, também, como transformadora da cultura:

A Educação Domiciliar é fundamentada na perspectiva de educação individual, personalizada e de acordo com a necessidade de cada aluno. Sua estrutura curricular é alicerçada dentro de uma visão interdisciplinar, a partir de reflexões sobre a realidade e problemas que envolvem a vida do aluno e de sua comunidade: a educação. (José pardinho de Souza, 2019, Anexo 3).

A característica fundamental da Educação a Distância é permitir que o estudante realize sua formação independente de tempo e lugar específico para a aprendizagem. Tal constatação permitiu ao Centro de Proteção da Vida, propor o projeto de Atendimento Domiciliar, cuja metodologia era apontada como possível solução para diminuir os altos índices de analfabetismo na conjuntura histórica, social e cultural do município de Assis Chateaubriand.

A Educação Domiciliar tinha por objetivo oportunizar aos que não pudessem frequentar a escola na idade adequada, na idade adulta, ou que se encontravam-se impossibilitados de frequentar uma sala de aula, com horários e locais fixos. Possibilitava a formação e o aperfeiçoamento profissional dos trabalhadores, desempregados, subempregados, criando condições e espaços educativos para que tivessem acesso ao saber e a informação, conquistando direitos e cumprindo seus deveres.

Essa metodologia não contribuía apenas para redução dos índices de analfabetismo de forma rápida e precisa, mas também levava a democratização da educação, para muitas pessoas que não podiam frequentar a escola. Agora também

a oportunidade de estudar em casa, através da Educação Domiciliar: enfermos, pessoas portadoras de deficiência, mães de crianças pequenas, caminhoneiros, garis entre outros.

Também deve-se recordar que a Educação Domiciliar tinha objetivos específicos para adequar materiais didáticos à realidade do educando. Tais como:

[...] Refletir e avaliar distintos estilos de aprendizagem dos adultos; Aplicar estratégias didáticas apropriadas para a aprendizagem dos adultos; Neutralizar os fatores (tempo, distância da escola, doença, etc.) que impedem a escolarização dos analfabetos; Incentivar a participação nos movimentos sociais, nas lutas e conquistas da cidadania; Incluir dentro do processo de ensino aprendizagem, a participação e a contribuição dos familiares e dos vizinhos no desenvolvimento das atividades. Ofertar a EJA em bairros distantes e com poucos moradores. (CPV, 2002, p.17).

A Universidade Comunitária Educação e Cidadania era outro projeto do Centro de Proteção da Vida, vinculado diretamente às Instituições de Ensino Superior, por meio de ações comunitárias de diversos tipos, cuja função principal era aproximar estudantes universitários e engajá-los nas comunidades por meio de trabalhos voluntários.

Utilizando metodologia própria, com temas oriundos do método Paulo Freire, o programa propunha através do engajamento dos universitários na comunidade, reduzir o índice de analfabetismo de forma simples e criativa. Dessa forma objetivava-se dar oportunidade de escolarização à jovens e adultos com características específicas, que durante a idade apropriada não puderam estudar, e mesmo na idade adulta, encontravam-se com dificuldade, de frequentar o sistema convencional de educação de Jovens e Adultos e se alfabetizarem. Consistia em promover a equidade no sistema de educação de Jovens e Adultos, isto é, tratar de maneira desigual os desiguais para torná-los mais iguais. Com isso cumprir com as funções equalizadora, reparadora e qualificadora da Educação de Jovens e Adultos, a fim de proporcionar uma autentica democratização da educação.

O primeiro passo para implementação dessa atividade pedagógica e social consistia no envolvimento e comprometimento dos acadêmicos com o princípios e propósito do programa, cujo objetivo principal era desenvolver ações pedagógicas, sobretudo, alfabetizadoras nas comunidades mais carentes do município de Assis Chateaubriand.

O Projeto Universidade Comunitária/Educação e Cidadania se estabeleceu por

meio de uma parceria entre as Instituições de Ensino Superior particulares da região e o CPV de Assis Chateaubriand, para alfabetizar jovens e adultos. Possibilitava aos acadêmicos conhecimento sócio-político-econômico e cultural da realidade onde irão atuar como profissionais e, sobretudo, terem uma oportunidade de aliar a teoria à prática.

O nosso objetivo foi desenvolver uma Universidade comprometida com a realidade social, na qual se integre um espaço de trabalho teórico e prático, organizado e voltado para a comunidade. Queremos resgatar, desenvolver e produzir conhecimentos, com liberdade, cooperação e participação de toda a comunidade. O conhecimento produzido deve colaborar para garantir qualidade de vida e capaz de garantir a dignidade humana. A partir de então, cada acadêmico matricula 02 alunos de sua comunidade que por ele serão alfabetizados na proposta de educação domiciliar. Em seguida, o acadêmico apresenta claramente aos seus alunos a proposta do trabalho, combinando com cada um o melhor dia e horário de atendimento dos mesmos. Metodologia: Educação Domiciliar. Cada acadêmico alfabetizará 02 (dois) cidadãos de seu município, num período de 6 meses (130 h/a), com atendimento semanal, personalizado, com 1:30 hora de atividades práticas de ensino/aprendizagem. (José pardinho de Souza, 2019, Anexo 3).

DOC 10:

Universidade	Ano	Nº de Acadêmicos	Nº de Alunos
Unipar/Toledo	2001	20	40
Unipar/Toledo	2002	60	120
Unimeo/Assis	2002	70	140
TOTAL	2001/2002	150	300

Previsão de Acadêmicos para atender adultos analfabetos. Fonte: José Pardini de Souza.

No quadro acima estão caracterizados as parcerias existentes entre as faculdades regionais que encaminharam seus acadêmicos para esse programa de atendimento aos jovens e adultos analfabetos de Assis Chateaubriand, mesmo porque, os acadêmicos que participavam do projeto eram deste município.

Havia a necessidade de preparar pedagogicamente os acadêmicos para a realização das atividades propostas no projeto. Para isso, cursos de capacitação foram promovidos. A parceria ocorreu com as faculdades em que esses acadêmicos estudaram e o Centro de Proteção da Vida. Com relação as temáticas desses cursos,

elas diziam respeito ao conteúdo e metodologias de ensino sobre a Educação de Jovens e Adultos. O tempo de duração dos cursos, o local e data de realização das capacitações, eram definidas pela coordenação do Centro de Proteção da Vida de Assis Chateaubriand e professores das Instituições de Ensino Superior envolvidas. A tabela abaixo demonstra as ações do Centro de Proteção da Vida no ano de 2002, como estavam divididos os trabalhos, os números de monitores e alunos atendidos:

DOC 11:

1 - Brigadas de Trabalho	
Número de alunos	4144
Número de monitores	117
2 - Educação Domiciliar	
Número de alunos	190
Número de monitores	19
3 - Universidade Comunitária	
Número de Acadêmicos	150
Número de alunos	300
4 – Supervisores	
Municipais	25
Regionais	02

Demonstrativo do número de monitores e alunos/2002 Fonte: José Pardini de Souza

Observa-se nos dados da tabela supracitada a quantidade de monitores e alunos atendidos no ano de 2002, onde quatro mil trezentos e trinta e quatro pessoas receberam atendimento pedagógico. Trata-se de um número expressivo de cidadãos que fizeram parte desse projeto de alfabetização. Nas palavras do então coordenador:

Este curso faz parte do nosso objetivo de promover o resgate da dignidade humana, capacitando o indivíduo para o verdadeiro exercício da cidadania. Alfabetizadas, estas pessoas têm a possibilidade de sair do subemprego e de melhorar sua qualidade de vida, além de passarem a ter motivação para passar algo de melhor para os filhos, conta Souza. Segundo o presidente, quando a CPV começou a atuar em Assis Chateaubriand, em 1985, o índice de analfabetismo era de 25% e hoje 2003, ele está em 9,5%. Queremos zerar o analfabetismo na cidade em dois anos. ((José pardinho de Souza, 2019, Anexo 3).

O Projeto Brigadas do Trabalho foi desativado em 2004 por determinação da Secretaria de Estado da Educação, alegando que todos os espaços para EJA seriam vinculados ao Projeto Paraná Alfabetizado e Brasil Alfabetizado.

3.2.3 Brasil Alfabetizado e sua contribuição educativa para Jovens e Adultos

Aprovado pelo DECRETO Nº 6.093, DE 24 DE ABRIL DE 2007, criou-se em todo território nacional o Programa Brasil Alfabetizado, visando a universalização da alfabetização de jovens e adultos de quinze anos ou mais, objetivando:

[...]Art. 1º O Programa Brasil Alfabetizado tem por objetivo a universalização da alfabetização de jovens e adultos de quinze anos ou mais. Art. 2º O Programa atenderá, prioritariamente, os Estados e Municípios com maiores índices de analfabetismo, considerando o Censo Demográfico de 2000, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. [...]. (BRASIL, 2007, P. 1).

O Projeto Brasil Alfabetizado contribuiu para a Educação de Jovens e Adultos em Assis Chateaubriand. O período previsto para o processo de alfabetização era estimado em 8 meses, com carga horária total de 320 horas, correspondendo a 10 aulas semanais. Foi ofertado pelas Secretarias Municipais de Educação, preferencialmente de forma descentralizada, com o apoio e financiamento do FUNDEB (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica).

O Programa Brasil Alfabetizado foi uma ação educacional conjunta entre o governo Federal e o Governo Municipal de Assis Chateaubriand, que teve como objetivo superar o analfabetismo da população acima de 15 anos não escolarizada, bem como, proporcionar condição essencial para a cidadania e o desenvolvimento sustentável e de cidadania. Este programa representou para o município de Assis Chateaubriand, um portal de entrada à cidadania para jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso à educação escolar. Foi iniciado no ano de 2004, com seis turmas e 119 alfabetizandos. Em 2005, somaram-se 443 alunos atendidos, nas 21 turmas abertas nesse período. No ano seguinte, 2006 o programa teve aumentado o número de turmas ampliado para 31 e a quantidade de alunos atendidos 665. Em 2007, o atendimento caiu em relação ao ano anterior, com 550 alunos atendidos em 27 turmas, em 2008, atendeu cerca de 450 educandos em 28 turmas, no ano de 2009, atendeu 250 educandos em 20 turmas, em 2010, atendeu aproximadamente 250 educandos e no final de 2011, o programa atendeu 220 educandos em 14 turmas em Assis Chateaubriand.

O planejamento das aulas ministradas pelos professores eram constituídos por temas geradores, definidos através das experiências vivenciadas pelos alfabetizandos, de acordo com as dinâmicas específicas de cada turma de alunos,

seus locais de trabalho, bem como, estarem dispostos para aprofundar seus conhecimentos escolares de acordo com a vivência da sala de aula em suas atividades diárias. Para ser professor no Programa, o candidato deveria atender alguns critérios dispostos no Manual Operacional do Programa Brasil Alfabetizado (2008):

[...] Indivíduo que atua diretamente nas turmas para desenvolver atividades pedagógicas voltadas à alfabetização dos jovens, adultos e idosos, que tenha frequentado a formação inicial (com presença mínima de 85%) e cujas informações cadastrais obrigatórias tenham sido inseridas no Sistema Brasil Alfabetizado (SBA) e validadas pelo gestor local. (MEC, 2008, p. 12).

Os professores passavam por constante aprofundamento teórico, através de cursos próprios para a Educação de Jovens e Adultos, ofertados pela Secretaria Municipal de Educação, tomando como exemplo, o arquivo pessoal da ex-coordenadora do projeto no ano de 2004:

DOC 12:

QUARTA-FEIRA, 30 DE JUNHO DE 2004

Programa Brasil Alfabetizado

Alfabetizadores participam de curso de capacitação



O curso de capacitação foi ministrado para 18 alfabetizadores nos dias 28 e 30 de junho

Assis Chateaubriand - A Gerência de Educação, Cultura e Esportes (GECE), da Prefeitura de Assis Chateaubriand, realizou nos dias de 28 e 30 de junho, o primeiro Curso de Capacitação para os 18 alfabetizadores do Programa Federal "Brasil Alfabetizado" - Alfabetização de Jovens e Adultos, com carga horária de 16 horas.

Durante os dois dias, a equipe da GECE desenvolveu trabalhos em grupo abordaram o histórico da educação de jovens e adultos no Brasil, no Paraná e no município, relação professor e aluno, o alfabetizador como mediador da aprendizagem, matemática, produção de texto, aprender a ler e escrever, cidadania, afetividade, todos temas relacionados a metodologia de Paulo Freire.

A proposta da capacitação foi proporcionar aos alfabetizadores momentos de análise, reflexão, ação e discussão sobre o processo de educação de jovens e adultos. "A capacitação que está incluída na proposta do Programa, deve ser presencial e coletiva, para que através dela os alfabetizadores possam ter uma melhor formação", comentou a gerente de Educação, Roseli de Barros Casagrande.



A equipe da Gerência de Educação que está coordenando o Programa Brasil Alfabetizado

Recorte do jornal de circulação na cidade de Assis Chateaubriand sobre a capacitação dos professores do Programa Brasil Alfabetizado Fonte: Dulcineia Faggian, 2019.

As turmas formadas para serem alfabetizadas do Projeto Brasil Alfabetizado foram constituídas através de chamamento público, por meio de propagandas de rádio e televisão e não havia número mínimo ou máximo de alunos matriculados para o período letivo do programa. Tanto professores quanto alunos, utilizavam espaços nas salas de aulas das escolas estaduais, nas escolas municipais, em centros comunitários existentes na cidade, nas sedes dos sindicatos, salas e ou salões das igrejas. E também ocupavam outros espaços físicos alternativos existentes nas comunidades fora da sede do município.

Em Assis Chateaubriand a oferta das turmas de alfabetização foram prioritariamente nas escolas estaduais, garantindo aos docentes e discentes, o direito de se sentirem parte da escola. As aulas eram ministradas tanto no período vespertino como noturno, para que o maior número de pessoas fosse atendido respeitando os seus horários de trabalho. E segundo Decreto Nº 6.093/2007, foram estabelecidas as normas para contratação dos alfabetizadores, que iriam atuar nas turmas do Programa Brasil Alfabetizado:

[...] Art. 6º A formação dos alfabetizadores poderá ser realizada diretamente pelas redes de ensino ou por entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, incluídas as instituições de educação superior. Art. 5º As atividades de alfabetização de turmas apoiadas pela União serão realizadas, preferencialmente, por professores das redes públicas de ensino dos Estados, Distrito Federal e Municípios. § 1º Entende-se por alfabetizadores, para os fins deste Decreto, os professores que realizam as tarefas de alfabetização em contato direto com os alunos, e por coordenadores de turmas de alfabetização os agentes que supervisionam o andamento do processo de aprendizagem. (BRASIL, 2007, p. 2).

Ao término do tempo estipulado para que ocorresse a alfabetização, os adultos eram avaliados por seus professores para verificar se possuíam condições de avançar nos estudos. Caso positivo, eram encaminhados para a escola de Jovens e Adultos para cursar o Ensino Fundamental – Fase II e, em muitos casos, concluir seus estudos no Ensino Médio, também na EJA.

Compreendia-se que ao término do período estipulado para o desenvolvimento do projeto, a pessoa era considerada alfabetizada quanto atingisse os seguintes critérios:

- Ser capaz de ler, interpretar e produzir textos simples, com diferentes finalidades e tipos, dentre eles: textos informativos, literários, narrativos, argumentativos, etc;
- Participar de debates sobre diferentes assuntos de interesse da comunidade, ampliando sua articulação da língua falada;
- Expressar criticamente suas reflexões de forma oral, escrita e interpretativa, em meio a realidade em que vivia;
- Ler e compreender a Matemática; (MEC, 2012, s/p.).

Em Assis Chateaubriand, a alfabetização de Jovens e Adultos – Fase I, teve suas turmas reduzidas em apenas duas vezes no ano de 2017. Essas duas turmas localizavam-se em dois distritos bastante distantes da sede (aproximadamente quinze quilômetros), o que desmotivou o interesse dos, pois os distritos contavam com número bem reduzido de moradores. Caso fosse disponibilizada uma maior quantidade de salas de aula, na sede do município, a procura provavelmente seria muito maior por parte da população ainda analfabeta. Em sua maioria essas pessoas eram, adultos, acima de trinta anos de idade, moradores de Assis Chateaubriand, ou que vieram de outros estados e até mesmo de outros países, próximos como Paraguai, Argentina e até mesmo da Bolívia.

Conseqüentemente, com a acentuada diminuição de procura para novas matrículas nesse programa de alfabetização, ele está sendo atualmente reestruturada a forma de oferta, na tentativa de criar-se em uma das escolas municipais um centro de atendimento aos alunos analfabetos. E ainda é necessário proporcionar aos adultos que são alfabetizados, mas sem comprovação formal de escolarização, a oferta da prova classificatória e encaminhá-los ao Centro Estadual de Educação Básica de Jovens e Adultos (CEEBJA), para iniciar o Ensino Fundamental – Fase II, dando continuidade em seu processo de escolarização.

3.3 CEEBJA Assis Chateaubriand e sua possibilidade educativa de Jovens e Adultos no cenário educacional regional – Fase II

Ao iniciarmos os registros sobre a trajetória histórica do CEEBJA de Assis Chateaubriand, é importante relembramos que desde o início de nossa investigação, (quando analisamos os projetos educacionais existentes nas décadas anteriores à 1990), devido à escassez de fontes documentais disponíveis, foi necessário recorrer a contribuição de professores que fizeram parte desse processo, e se disponibilizaram a contribuir com informações do período analisado. Com relação ao CEEBJA, o atual diretor e a vice-diretora (que é a coordenadora das APED's), professor da Educação Especial, Professor Pedagogo e professor que atuam em sala de aula, foram entrevistados. Além das entrevistas houve a aplicação de um questionário¹ aos alunos e professores, para uma compreensão mais ampla do objeto de pesquisa.

¹ Ver o anexo 1 e 2 questionário aplicado aos professores e alunos do CEEBJA.

3.3.1. O CEEBJA de Assis Chateaubriand

O CEEBJA possui uma história educacional de destaque no município de Assis Chateaubriand, sendo considerada uma escola de referência na oferta da Educação de Jovens e Adultos na Região Oeste do Paraná. Além de ofertar educação sistematizada, desenvolve projetos pedagógicos extra sala de aula, valorizando os conhecimentos que os alunos trazem consigo em suas histórias de vida. O objetivo desta seção é, portanto, refletirmos sobre quais são as possibilidades educativas do CEEBJA.

O CEEBJA é exemplo das conquistas adquiridas pela Educação de Jovens e Adultos no município. Após várias tentativas de projetos e programas educacionais voltados para a EJA que não tiveram êxito, a trajetória do CEEBJA passou por vários momentos distintos até chegar a forma em que se encontra atualmente.

Para mim, a educação de jovens e adultos, ela é uma oportunidade, a palavra que eu resumiria é oportunidade. Em outro dia, eu dizia que nós ajudamos jovens e adultos a realizar um sonho, seja ele o sonho de um emprego melhor, seja o sonho de ter mais conhecimento, ou simplesmente, mas não menosprezando, o fato de poder dizer que tem o ensino médio, que concluiu o ensino médio. Hoje realmente observamos que é o sonho deles de ir para o ensino superior, os nossos alunos saem da educação de jovens e adultos e estão ingressando nas universidades. (Josiane Bernini Jorente Martins, 2019, Anexo 3).

No início 1996 foi criado o Centro de Estudos Supletivos (CES), com a finalidade de atender estudantes de diversas faixas etárias que não tiveram oportunidade de concluir a escolarização básica em idade própria de acordo com a legislação vigente da época, prestes a aprovação da LDB nº 9.394/96. Sua criação ocorreu através de solicitação para autorização de funcionamento ao Núcleo Regional de Educação (NRE) de Assis Chateaubriand, que enviou a implantação da referida instituição ao Departamento de Estudos Supletivos (DESU/SEED), após análise e aprovação do Conselho Estadual de Educação (CEE).

O CES ofertava o Ensino Supletivo no seguinte formato: os alunos realizavam suas matrículas na instituição de ensino (no Ensino Fundamental ou no Ensino Médio), eram encaminhados para as salas de aula, tinham contato rápido com os

professores, os materiais didáticos eram repassados aos alunos que voltavam para suas casas, estudavam os conteúdos das apostilas e retornavam à escola para realizar as provas. Com a aprovação nessas avaliações os alunos eram certificados.

Em 1998, através da Resolução nº 3120/98, o CES passou por novas alterações na forma de oferta e em sua nomenclatura, e passando a chamar-se Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância Assis Chateaubriand (CEAD). Nesse período, o CEAD desenvolvia o atendimento educacional a distância, com realizações de provões, realizado aos sábados e aos domingos, para certificação dos alunos.

No ano final de 1999, houve nova alteração de nomenclatura, por meio da Resolução nº 4561/99, para Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Ensino Fundamental e Médio – CEEBJA Assis Chateaubriand. Após dois anos de reconhecimento, foi reconhecido o Curso Supletivo de Ensino Médio através de Resolução nº 0953/2000. A Resolução 2972/01 autorizou o funcionamento do Ensino Fundamental Fase I, II e Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos, passando o atendimento a ser semipresencial.

Em decorrência da implantação da nova proposta para a educação de jovens e adultos, foi encerrado o atendimento aos alunos de forma semipresencial, ou seja, aquele modo em que os alunos estudavam determinada quantidade de horas na escola e outra em casa, retornando à escola somente para realização das provas. Desta forma, o CEEBJA passou a seguir novas normatizações em âmbito federal e estadual no que se refere a Educação de Jovens e Adultos, e mudou sua forma de atendimento pedagógico de à distância para o atendimento totalmente presencial.

Na época, na verdade, não era CEEBJA a gente chamava de CES, que era Centro de Estudo Supletivo, então na época era uma escola totalmente a distância, o aluno vinha apenas fazer prova, não era presencial, era só a distância. Tinha tantos alunos que em número de alunos, em determinados momentos era a maior escola do núcleo de educação. (Antonio Marcos Carrillo Garcia, 2019, Anexo 3).

Por meio da Instrução nº 02/2005 (SUED) houve uma nova reorganização pedagógica, com a extensão dos trabalhos para outros municípios. Nesse período que foram autorizadas as Ações Pedagógicas Descentralizadas (APED), pela Coordenação de Educação de Jovens e Adultos do Departamento da Educação Básica (DEB), na SEED.

As APEDs são responsáveis pelo atendimento de demandas específicas de alunos, que não possuem condições de se deslocarem para o município sede do CEEBJA. Quando uma turma é organizada em um dos distritos vinculados a cidade de Assis Chateaubriand, ou em outro município, é realizada uma pesquisa entre os moradores dessas localidades para que enviem sugestões sobre qual disciplina deve ser ofertada em primeiro lugar, seja no Ensino Fundamental ou Ensino Médio. Dessa forma as turmas são constituídas com no mínimo 20 alunos, com funcionamento somente no período noturno, e um cronograma de oferta da disciplina é elaborado, e encaminhado para a SEED para aprovação.

No início quando propõem a abertura da turma, nós propomos um cronograma. Entretanto, nós temos algumas situações em que o aluno já cursara uma ou outra disciplina, então fazemos uma consulta, enviam um link, todos os alunos recebem em seus celulares, ou no grupo do whatsapp, e com isso os alunos optam, fazendo suas escolhas pela disciplina que necessitam cursar. Também fazem uma verificação, não sendo só a vontade do aluno, mas sim de acordo com a necessidade da turma. Por exemplo, todos os alunos precisam de história, será ofertada aula de história; se algum aluno já cursou história, há possibilidade de mudar para outra disciplina, que nenhum outro aluno daquela sala tenha cursado. (Josiane Bernini Jorente Martins, 2019, Anexo 3).

Os professores que trabalham nas APEDs são contratados pelo governo estadual. O atendimento ao aluno ocorre somente na organização coletiva, no momento em que é formada a turma. Envia-se um requerimento de distribuição de aulas para o NRE, que elabora um edital, para que os professores interessados possam pleitear uma vaga. Geralmente, a contratação se dá via Processo Seletivo Simplificado (PSS), ou professores do Quadro Próprio do Magistério (QPM), que assumem essas aulas em caráter extraordinário.

As APEDs são responsáveis por entender as ações do CEEBJA em locais onde não haveria a possibilidade de o aluno ter acesso à educação escolar específica para jovens e adultos, com metodologias adequadas, professores capacitados para essa modalidade de ensino, materiais didáticos e alimentação disponibilizadas pela sede do CEEBJA, com cotas específicas de merendas enviadas especificamente para as APEDs.

Em 2018, há APEDs em funcionamento em: Formosa do Oeste, Jesuítas, Tupãssi, Iracema do Oeste, Brasilândia, e nos distritos de Assis Chateaubriand em

Encantado do Oeste. O cronograma abaixo apresenta as disciplinas que estão sendo ofertadas em 2019 nas APEDs:

DOC 13:

Município	Escola onde funciona	Dias da Semana	Disciplina	Nível de Ensino	Carga Horária	Encontros	Início	Término
Jesuítas	E. Mul. Fernando Rossato	3ª, 5ª	Português	E. F.	336	84	18/02/2018	18/12/2018 + 5 Enc 2019
Jesuítas	E. Mul. Fernando Rossato	2º, 4º	Inglês	E. F.	256	64	03/06/2018	19/12/2018 +11 Enc 2019
Jesuítas	E. Mul. Fernando Rossato	3ª, 5ª	Matemática	E. M.	208	52	14/02/2018	05/09/2018
Jesuítas	E. Mul. Fernando Rossato	2ª, 4ª	Sociologia	E. M.	64	16	22/04/2018	19/06/2018
Formosa do Oeste	E. M. Nilza de Oliveira Pepino	2ª,4ª	Ciências	E. F.	256	64	12/09/2018	08/07/2018
Formosa do Oeste	E. M. Nilza de Oliveira Pepino	3ª, 5ª	Arte	E. F.	112	28	30/04/2018	22/08/2018
Formosa do Oeste	E. M. Nilza de Oliveira Pepino	2ª,4ª	História	E.M.	128	32	18/04/2018	27/08/2018
Formosa do Oeste	E. M. Nilza de Oliveira Pepino	3ª, 5ª	Física	E.M.	128	32	22/04/2018	28/08/2018
Iracema do Oeste	Col. Est. Getúlio Vargas	3ª, 5ª	Matemática	E. M.	208	52	14/02/2018	05/09/2018
Iracema do Oeste	Col. Est. Getúlio Vargas	2ª,4ª	Arte	E. M.	64	16	10/06/2018	91/08/2018
Brasilândia do Sul	E. M. Alice Zanela de Souza	2ª,4ª	Inglês	E. M.	128	32	18/02/2018	19/06/2018
Brasilândia do Sul	E. M. Alice Zanela de Souza	3ª, 5ª	História	E. M.	128	32	09/05/2018	19/09/2018
Tupãssi	E. M. Carlos Drummond de Andrade	2ª,4ª	Geografia	E. F.	256	64	18/02/2018	28/10/2018
Tupãssi	E. M. Carlos Drummond de Andrade	3ª, 5ª	História	E. F.	256	64	04/06/2108	19/12/2018 12 Enc. 2019
Tupãssi	E. M. Carlos Drummond de Andrade	2ª,4ª	Química	E. M.	128	32	18/02/2018	19/06/2018
Tupãssi	E. M. Carlos Drummond de Andrade	3ª, 5ª	Matemática	E. M.	208	52	14/02/2018	05/06/2018

Encanta do do Oeste	C. Est. Princesa Isabel	3ª, 5ª	Química	E. M.	128	32	30/05/2018	15/10/2018
Encanta do do Oeste	C. Est. Princesa Isabel	2ª, 4ª	Arte	E. M.	64	16	05/06/2018	21/08/2018
Brasilân dia do Sul	E. M. Alice Zanela de Souza	2ª, 4ª	Ciência	E. F.	256	64	18/02/2018	28/10/2018
Brasilân dia do Sul	E. M. Alice Zanela de Souza	3ª, 5ª	História	E. F.	256	64	13/08/2017/ 14/02/2018	06/06/2018
Brasilân dia do Sul	E. M. Alice Zanela de Souza	3ª, 5ª	Arte	E. F.	112	28	11/06/2018	10/10/2018

CRONOGRAMA DAS APEDS DO ANO DE 2018 Fonte: TOMIM, 2019

As disciplinas que estão sendo ofertadas nas APEDs, possuem data de início e término, de acordo com a carga horária da disciplina em questão. Se houver demanda, as turmas podem ser montadas em qualquer período do ano letivo, e após autorização da SEED, tem seu início imediato.

Os docentes se reúnem no CEEBJA às sextas-feiras, para realização da hora-atividade concentrada, momento em que são realizadas orientações pedagógicas e informativos pertinentes ao funcionamento das respectivas APEDs, pela Coordenação de APEDs da escola, pedagogos e direção da escola. Os docentes que ministram aulas nas APEDs geralmente são contratados via PSS, são em sua maioria profissionais em início de carreira, e em muitas situações, é a primeira experiência profissional desse educador. Por isso a opção pela oferta do regime de hora atividade concentrada para os professores das APEDs, para que possam ter um preparo diferenciado.

Todos os professores, independente do município ou na localidade que ele atua, a hora atividade é concentrada, aqui na escola é toda sexta-feira nas duas primeiras aulas no noturno, porque as APEDs, no nosso CEEBEJA são todas noturnas. O professor tem 8 aulas de cada disciplina, então cada professor tem que cumprir 2 horas atividades semanais, e essas duas horas são realizadas na sede, com o acompanhamento da equipe pedagógica, da coordenação e também da direção. Nesse momento, além do professor utilizar para preparar os materiais, é o contato que ele tem com a sede para buscar ajuda e quando necessário até trocar uma ideia com o professor da educação especial, com os pedagogos para aprimorar o atendimento nas APEDs. (Josiane Bernini Jorente Martins, 2019, Anexo 3).

FILOSOFIA	64								
GEOGRAFIA	128	7	2 ^a 4 ^a (3h)	30/07/18	05/09/18	17/10/18	19/12/18	2	
SOCIOLOGIA	64	4	3 ^a	31/07/18	11/09/18	23/10/18	18/12/18	9	
ED. FÍSICA	64	4	5 ^a	02/08/18	13/09/18	18/10/18	13/12/18	5	
ARTE	64	4	6 ^a	10/08/18	14/09/18	19/10/18	14/12/18	1	

CRONOGRAMA DE OFERTA DAS DISCIPLINAS DO ENSINO MÉDIO DO CEEBJA 2018

Fonte: CEEBJA Assis Chateaubriand

DOC 15:

CEEBJA Assis Chateaubriand - 2º semestre 2018 - Atualizado em 14/09/2018										
COLETIVO - ENSINO FUNDAMENTAL - MANHÃ										
Disciplina	Carga Horária	Nº de aulas semanais	Dias de aula	Data Início	Aproveitamento			Data Término	SALA	PROFESSOR(A)
					25%	50%	75%			
					6º ano concluído	7º ano concluído	8º ano concluído			
PORTUGUÊS	208	10	2 ^a , 3 ^a e 5 ^a (2h)	19/02/18	03/05	30/07	09/10	13/12/18	6	
MATEMÁTICA	208	10	2 ^a , 3 ^a e 5 ^a (2h)	19/02/18	03/05	30/07	09/10	13/12/18	15	
ED. FÍSICA	112	6	4 ^a e 6 ^a (2h)	01/08/18	05/09	17/10	21/11	19/12/18	5	
INGLÊS	128									
CIÊNCIAS	128									
HISTÓRIA	128									
GEOGRAFIA	128									
ARTE	112									

CRONOGRAMA DE OFERTA DAS DISCIPLINAS DO ENSINO FUNDAMENTAL DO CEEBJA 2018

Fonte: CEEBJA Assis Chateaubriand

DOC 16:

ATENDIMENTO INDIVIDUAL – ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO						
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA TOTAL DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA SEMANAL	Nº DE AULAS DIÁRIA	DIAS DAS AULAS	SALAS	PROFESSORES
PORTUGUÊS		8	4	4 ^a	6	
			4	6 ^a	6	
MATEMÁTICA		8	4	2 ^a	5	
			4	3 ^a	5	
INGLÊS		4	4	5 ^a	8	
FÍSICA		4	4	3 ^a	7	
QUÍMICA		4	4	6 ^a	9	
HISTÓRIA		4	4	3 ^a	3	
GEOGRAFIA		4	5 ^a	5 ^a	2	
SOCIOLOGIA		4	2 ^a	2 ^a	9	

ED. FÍSICA		4	4 ^a	4 ^a	4	
CIÊNCIAS		4	***	***	*	***
BIOLOGIA		4	***	***	*	***
FILOSOFIA		***	***	***	*	***
EDUCAÇÃO ESPECIAL						
Prof. Intérprete - 17 aulas		2 ^a , 3 ^a , 4 ^a , 5 ^a (3) e 6 ^a (2)			Prof. Intérprete - 17 aulas	

CRONOGRAMA DE OFERTA DAS DISCIPLINAS DO ATENDIMENTO INDIVIDUAL – ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DO CEEBJA 2018

Fonte: CEEBJA Assis Chateaubriand

Como podemos observar, no segundo semestre de 2018, no período matutino, foram ofertadas as disciplinas de Geografia, sociologia, Educação Física e Arte, na forma de atendimento coletivo. No Ensino Fundamental foram ofertadas as disciplinas de Português, Matemática e Educação Física, na forma de atendimento coletivo. Já no atendimento individual, foram ofertadas as disciplinas de Português, Matemática, Inglês, Física, Química, História, Geografia, Sociologia e Educação Física.

Para solicitação de abertura junto à SEED, das disciplinas que serão ofertadas em cada semestre do ano letivo, os alunos são consultados sobre quais seriam as disciplinas mais importantes e necessárias, que devem ser ofertadas durante o ano letivo. Lembrando que essa solicitação de oferta de disciplina e abertura de turmas são realizados semestralmente, junto à SEED, pois a forma de organização educativa do CEEBJA é semestral. Os alunos são comunicados em salas de aula, rede social e aplicativo de celular, que devem passar na secretaria da escola e deixar seus nomes em uma lista com a disciplina de preferência, para que as disciplinas com maior procura seja encaminhada a SEED para aprovação de oferta.

Importa destacar que, em cada semestre do ano letivo são ofertadas disciplinas diferentes, para atender a demanda, portanto, se a procura por uma determinada disciplina atingir o número de vinte alunos no atendimento individual ou coletivo é encaminhado para a SEED um cronograma como estimativa do que será ofertado para ser aprovado e implementado na escola. O CEEBJA, tem funciona em três períodos, matutino, vespertino e noturno, para poder atender as demandas da comunidade em que está inserido, com cronogramas de disciplinas, que visam atender as especificidades dos estudantes que frequentam a escola. Por esse motivo em cada um dos turnos são ofertados distintos cronogramas de atendimentos.

Para conhecer e compreender como ocorre o processo de ensino e aprendizagem do CEEBJA, é necessário distinguir duas formas específicas de

atendimento pedagógico ao aluno: a organização de atendimento individual e a forma de atendimento coletivo. No atendimento pedagógico individual, o aluno realiza a matrícula em qualquer período do ano letivo, escolhe a disciplina que quer estudar, é encaminhado para a sala de aula e permanece até a conclusão da carga horária da disciplina. Nessa forma de atendimento há a flexibilidade de horário de chegada e saída do aluno. São computadas as horas que o aluno permaneceu em sala de aula, respeitado o tempo de aprendizagem dele para que conclua a disciplina em até dois anos a contar da data da efetivação da matrícula. O docente atende individualmente cada aluno, pois em uma sala de aula estão matriculados alunos do Ensino Fundamental – Fase II e alunos do Ensino Médio, cabendo ao professor utilizar de metodologias de ensino que atenda as especificidades de cada aluno presente. Para ingresso no atendimento individual, o estudante, se trabalhador, deve apresentar declaração de trabalho assinada pelo empregador de modo a comprovar a incompatibilidade com os horários de atendimento coletivo, ou comprovar a situação de trabalho sazonal, tendo como exemplo cortadores de cana, colheita da soja, do milho ou que trabalham em abatedouros frigoríficos instalados na região.

O atendimento individual destina-se, preferencialmente, aos estudantes trabalhadores cujos horários os impossibilitam de frequentar as aulas com regularidade ou, ainda, àqueles que possuem aproveitamento de estudos. Nesses casos, a escola por meio de cronograma próprio, oferece dia e horário das disciplinas para que o estudante possa fazer estudos, respeitando ritmo e tempo próprios, garantindo, o acesso ao conhecimento e o direito à escolarização formal.

Cabe ressaltar, que cada disciplina possui carga horária, avaliações específica e períodos específicos para a entrega das notas fechadas. O aluno deverá ser avaliado por diversos instrumentos. Sendo é garantido ao aluno pelo Regimento Escolar, no mínimo dois instrumentos para atribuição da nota. A primeira parcial de notas deve ter o valor de quatro pontos, com recuperação de quatro pontos. Na segunda parcial será no valor de seis pontos com recuperação dos seis pontos, para então chegar a média de dez pontos.

O CEEBJA possui um documento específico para registrar a carga horária e notas, enviadas pelo Departamento de Educação de Jovens e Adultos (DEJA) da SEED. Por opção institucional são utilizadas cores diferenciadas para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, a fim de dirimir equívocos nos registros.

DOC 18:

CONTEÚDOS DESENVOLVIDOS E AVALIADOS DE ARTE DO ENSINO FUNDAMENTAL		
Registros	Conteúdos desenvolvidos e avaliados	Conteúdos desenvolvidos na recuperação
1	<p>Artes visuais: Forma- composição. Suporte- tamanho, espaço. Textura- tátil e gráfica. Luz- decomposição da luz branca. Cor - pigmento. Espacialidade- formas bidimensionais e tridimensionais. Movimento: ritmo e equilíbrio. Sombra: intensidade. Percepção da cor, tom e matizes.</p> <p>Música: Melodia e harmonia. Elementos sonoros- intensidade, duração, timbre, altura.</p>	<p>Artes visuais: Forma- composição. Suporte- tamanho, espaço. Textura- tátil e gráfica. Luz- decomposição da luz branca. Cor - pigmento. Espacialidade- formas bidimensionais e tridimensionais. Movimento: ritmo e equilíbrio. Sombra: intensidade. Percepção da cor, tom e matizes.</p> <p>Música: Melodia e harmonia. Elementos sonoros- intensidade, duração, timbre, altura.</p>
2	<p>Artes visuais: Forma- composição. Suporte- tamanho, espaço. Textura- tátil e gráfica. Luz- decomposição da luz branca. Cor - pigmento. Espacialidade- formas bidimensionais e tridimensionais. Movimento: ritmo e equilíbrio. Sombra: intensidade. Percepção da cor, tom e matizes.</p> <p>Teatro: Elementos dramáticos: sonoplastia, cenografia, figurinos, iluminação, caracterização, maquiagem, adereços.</p> <p>Dança: movimentos corporal, tempo e espaço.</p>	<p>Artes visuais: Forma- composição. Suporte- tamanho, espaço. Textura- tátil e gráfica. Luz- decomposição da luz branca. Cor - pigmento. Espacialidade- formas bidimensionais e tridimensionais. Movimento: ritmo e equilíbrio. Sombra: intensidade. Percepção da cor, tom e matizes.</p> <p>Teatro: Elementos dramáticos: sonoplastia, cenografia, figurinos, iluminação, caracterização, maquiagem, adereços.</p> <p>Dança: movimentos corporal, tempo e espaço.</p>

Ficha de Acompanhamento do Atendimento do Ensino Fundamental – Fase II

Fonte: Documentos do CEEBJA

DOC 19:



Ficha de Acompanhamento do Atendimento Individual no Ensino Médio

Fonte: Documentos do CEEBJA

As fichas de acompanhamento possuem funcionalidade semelhante ao Registro de Classe utilizados nas escolas seriadas. Cada disciplina possui uma ficha de acompanhamento em que o professor registra a carga horária frequentada pelo aluno, suas avaliações e conclusão.

Por sua vez, o atendimento pedagógico coletivo apresenta outra organização. São formadas turmas com vinte alunos, - no mínimo - a serem ofertadas no semestre em tela atende especificamente a vontade da maioria dos alunos, que registram suas opções que desejam cursar em aplicativo de celular ou na secretaria da escola, e o

cronograma é enviado a SEED para aprovação. Quando é definida a matriz curricular são realizados chamamentos públicos aos professores das disciplinas ofertadas da Rede Estadual para pleitearem a vaga.

O período de duração possui carga horária específica, com início e término estipulados, o aluno precisa ter frequência mínima de 75% da carga horária total de cada disciplina para ser aprovado. É utilizado pela escola o Registro de Classe manual, pois ainda não foi implantado o Registro de Classe *on line* (RCO) para a EJA no Estado do Paraná, em que o professor registra a frequência, os conteúdos e as avaliações. Ao término de todas as disciplinas da matriz curricular o aluno recebe a certificação de conclusão do nível de ensino que ele estudou (Ensino Fundamental – Fase II com dois anos e meio e o Ensino Médio, com um ano e meio), isso dependerá do discente e seu tempo disponível para estudar.

Nas fotos supracitadas estão especificadas todas as disciplinas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, com suas respectivas cargas horárias e possíveis aproveitamentos de estudos que os alunos poderão fazer.

DOC 20:

Disciplina	Carga horária	Avanço 25%	Avanço 50%	Avanço 75%
Língua Portuguesa	336	252	168	84
Matemática	336	252	168	84
Ciências Naturais	256	192	128	64
História	256	192	128	64
Geografia	256	192	128	64
LEM - Inglês	256	192	128	64
Arte	112	84	56	28
Educação Física	112	84	56	28

Carga Horária por Disciplina Ensino Fundamental – Fase II

Fonte: Acervo documental do CEEBJA

DOC 21:

Disciplina	Carga Horária	Avanço de 25%	Avanço de 50%
Língua Portuguesa e Literatura	208	156	104
Matemática	208	156	104
Biologia	128	96	64
Física	128	96	64
Química	128	96	64
História	128	96	64
Geografia	128	96	64
LEM – Inglês	128	96	64
Arte	64	48	32
Filosofia	64	48	32
Sociologia	64	48	32

Educação Física	64	48	32
-----------------	----	----	----

Carga Horária por Disciplina - Ensino Médio

Fonte: Acervo documental do CEEBJA

As disciplinas do Ensino Fundamental – Fase II e do Ensino Médio, possuem carga horária total e específicas que devem ser totalmente cumpridas. No Ensino Médio, a possibilidade de aproveitamento dos estudos está dividida em 25% e 50%, equivalente aos anos que o aluno concluiu na escola seriada. A carga horária de cada disciplina é determinada por legislação própria dessa modalidade de ensino, a legislação educacional vigente.

Quando o aluno possui aproveitamento de estudos, há possibilidade de eliminar carga-horária equivalente a série que ele concluiu na escola seriada. No momento que o discente efetiva sua matrícula, a secretaria da escola faz a análise para saber se o aluno terá aproveitamentos de estudos ou não, de acordo com seu histórico escolar. Ao educando é possibilitado escolher se quer cursar a disciplina desde o início ou optar pelo aproveitamento de estudos de acordo com as porcentagens equivalentes. Grande parte dos alunos decidem cursar as disciplinas completas, pelo fato de estarem afastados da escola por longo período.

É importante registrar que o aluno cursa a disciplina apenas uma vez em cada nível de ensino, portanto, se a matrícula foi efetivada em Arte no Ensino Fundamental, ao concluir as 112 horas, equivale ele ter estudado do sexto ao nono ano. Aos alunos que concluem o Ensino Fundamental ou Ensino Médio são convidados para participarem da formatura que é realizada após o término do ano letivo. A quantidade de formandos é variável. Em 2018 houve 60 participantes na formatura. Vale lembrar vários alunos formandos optam por não participar do evento e que, o número de concluintes é maior.

O CEEBJA me motiva continuar estudando, estou em busca da aprovação em concurso público que exige o segundo grau, pela falta de tempo por consequência do trabalho, a EJA mudará meu caminho profissional. (Aluno 2, 2019).

O depoimento desse aluno é significativo, e evidencia além de sua expectativa pessoal, a importância que o CEEBJA apresenta.

Para divulgar o trabalho educativo desenvolvido no CEEBJA, seus gestores, professores e agentes educacionais, buscaram várias alternativas para ir de encontro

ao aluno, para que retorne para a escola e possa concluir sua formação escolar básica, onde quer que ele resida ou trabalhe. Essa metodologia de busca ativa do aluno deu-se após a mudança na forma de atendimento ao aluno, que era semipresencial e passou a ser totalmente presencial. Assim que houve essa mudança, os gestores do CEEBJA perceberam que o número de alunos matriculados vinha caindo gradativamente, e que era necessário que algo que surtisse efeito deveria ser feito. Como anteriormente o aluno não tinha a obrigatoriedade da frequência, muitos deles desistiram de prosseguir com os estudos. Houve uma intensa mobilização por parte da equipe gestora, equipe pedagógica, professores e agentes educacionais, para realizar esse resgate dos alunos, para que retornassem aos bancos escolares.

No primeiro momento, quando passou a ser presencial, a gente viu algo como muito negativo, porque houve uma queda muito grande no número de alunos da escola, então era uma escola muito grande, tinha muitos alunos que só iam lá fazer prova, e a partir do momento que passou a ser presencial, essas pessoas desistiram e pararam de frequentar a escola, na época o CEEBJA até fechou dois turnos, fechou o turno da manhã e da tarde, ficando só o turno da noite. (Antonio Marcos Carrillo Garcia, 2019, Anexo 3).

Dentre as ações que foram sendo implementadas durante os anos que seguiram, destacam-se as chamadas para efetivação das matrículas através das emissoras de rádio, jornal de circulação na cidade e região, redes sociais, aplicativos de celulares, pedágios educativos com escrita nos carros e a ação que mais surtiu efeito, a panfletagem. A panfletagem ocorre em todos bairros e ruas do município de Assis Chateaubriand, nos distritos e cidades da região, e é realizada por todos os professores da escola. A grande importância dessa ação também está voltada para a conscientização e a saída da escola para além de seu espaço educativo.

A panfletagem tem algumas características, é a distribuição de panfletos informativo com informações sobre a escola, até com uma foto da escola, localização, horário de atendimento. A panfletagem tem dois objetivos: primeiro é levar o conhecimento para a comunidade de que existe essa escola, como ela funciona e essa panfletagem pode ser feita por equipes, com distribuição comercial. O segundo é que nós temos uma panfletagem pedagógica, onde os colaboradores da escola, os professores, os funcionários, equipe pedagógica e direção saem a rua e distribuem esses panfletos. Digo que é uma panfletagem pedagógica porque nós atingimos dois objetivos que é fazer a divulgação da escola, em que esse profissional que está entregando

o panfleto sabe sobre o funcionamento da escola, pode parar e explicar para aqueles que tiverem interesse. Dessa forma, o profissional começa a sentir melhor o que é a realidade da escola, o que é a realidade dos nossos alunos, porque ele vê onde o aluno mora, vê as dificuldades que essas pessoas têm, e quando esse aluno retorna para a escola, volta procurando pelo nome da pessoa que o abordou, querendo falar com aquela pessoa que o chamou, que entregou o panfleto. Esse profissional que faz essa panfletagem, trabalha diferente aqui dentro da escola, isso nós já observamos ao longo dos anos, por isso que insistimos muito nessa forma de divulgação. Esse profissional que vai lá nos bairros da cidade, no sol quente, às vezes no frio, às vezes na chuva, correndo de cachorro, então ele sente a dificuldade que é percorrer os caminhos até chegar na escola, então ele atende melhor esse aluno, por que realmente assumiu um compromisso com outra pessoa. (Antonio Marcos Carrillo Garcia, 2019, Anexo 3).

O relato acima é de um profissional que trabalhou como professor nas disciplinas de Matemática e Física, no CEEBJA, professor de APED nas disciplinas de Ciências, Biologia, Química e Física, foi coordenador APED, diretor auxiliar e hoje é diretor do CEEBJA. Quando afirma sobre a importância desse contato inicial entre os professores e a comunidade local, que fortalece os laços profissionais e afetivos do potencial aluno. A partir do momento de efetivação da matrícula na secretaria da escola, é encaminhado para as salas de aulas nas disciplinas que estão sendo ofertadas durante o semestre (Ensino Fundamental ou Ensino Médio), há um esforço para que o aluno não se evada.

E nós como educadores nós temos que divulgar, temos que fazer com que a escola seja atrativa para a comunidade, atrativa organizando a escola de forma administrativa, pedagógica, para que ela possa acolher esses alunos, então esse acolhimento se dá, primeiramente, por uma ampla divulgação, então nós utilizamos os meios de comunicação, nós utilizamos rádio, jornal escrito, utilizamos as redes sociais, utilizamos carros de som sempre ao início de cada semestre, quando começa turmas novas da organização coletiva, e nós fazemos também nossa panfletagem. (Antonio Marcos Carrillo Garcia, 2019, Anexo 3).

DOC 22:



Modelo do panfleto utilizado no CEEBJA

Fonte: CEEBJA Assis Chateaubriand.

Há êxito após a ação de panfletagem. Os professores, ao conhecerem a realidade de vida dos alunos nessa atividade, tem a oportunidade de repensar suas metodologias de ensino nas disciplinas. Na tabela a seguir apresenta o número de alunos atendidos no município de Assis Chateaubriand nas várias esferas que competem a EJA:

DOC 23:

MODALIDADE DE ENSINO	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR	TOTAL
Ensino Fundamental	-	481	11	-	492
Ensino Médio	-	510	-	-	510
Total	-	991	11	-	1.002

Matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) Segundo a Modalidade de Ensino e Dependência Administrativa – 2018.

Fonte: MEC/INEP

Os dados contidos na tabela, referem-se às matrículas de alunos em turmas destinadas a EJA que não cursaram o Ensino Fundamental e/ou o Ensino Médio em idade e série compatíveis. É visivelmente a existência de grande quantidade de alunos atendidos na esfera Estadual, ao passo que, no município, esse atendimento é ínfimo.

Por conseguinte, as possibilidades de atendimento aos alunos adultos não alfabetizados ainda está longe de alcançar os objetivos propostos para essa modalidade de ensino, principalmente no Ensino Fundamental – Fase I. A contratação de professores para atuarem nessa etapa da educação de jovens e adultos, fica sob a responsabilidade da prefeitura municipal, através da Secretaria Municipal de Educação, e geralmente são professores que trabalham na rede municipal de ensino nas escolas municipais. Os professores que trabalham com a educação de jovens e adultos no CEEBJA, são contratados pela SEED e na próxima seção será feita a análise do perfil do professor do CEEBJA de Assis Chateaubriand.

3.3.3 O Perfil do Professor da Educação de Jovens e Adultos

Para conhecer quem são esses profissionais importantes que contribuem imensamente para a solidificação do elo de ligação do adulto com a escola, optamos ir a campo, para conhecer alguns aspectos importantes que devem ser levados em consideração quando os professores optam por trabalhar em escolas que ofertam a educação de jovens e adultos. As informações foram obtidas por meio de documentos, aplicação de questionário e realização de entrevistas com os docentes. Lembrando que o professor poder ser, um estimulador ou não da permanência dos alunos dessa modalidade de ensino, na contextualização dos conteúdos e articulação com o conhecimento de mundo que o aluno dessa modalidade de ensino possui, caso contrário, corremos o risco de esbarrarmos em uma fragilidade que o processo de escolarização e a escola como um todo pode cometer. Dewey nos alerta sobre essa fragilidade:

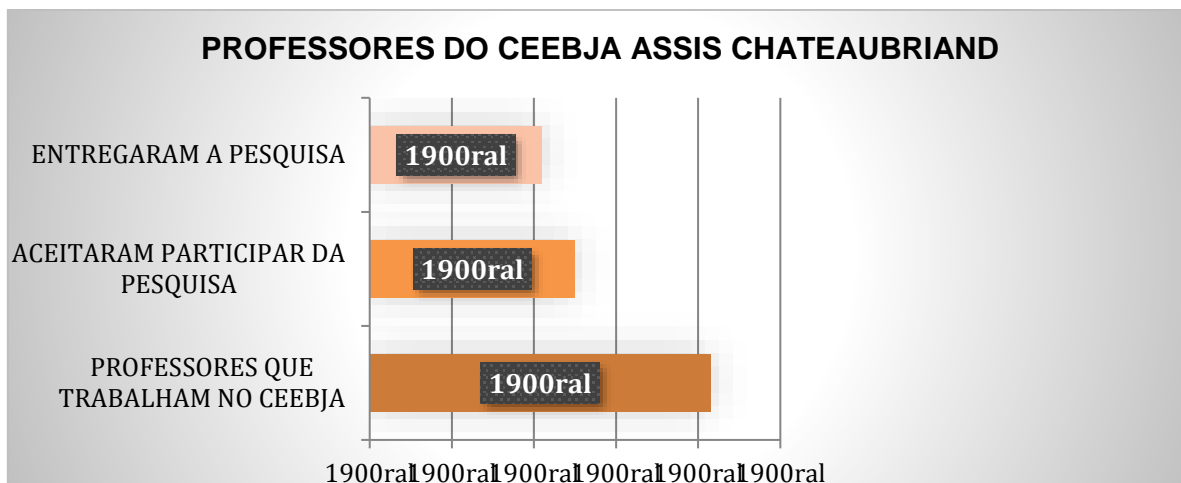
Quando os alunos estudam assuntos que muito distantes de sua experiência, assuntos que não despertam curiosidade ativa alguma e que estão além do seu poder de compreensão, lançam mão, para as matérias escolares, de uma medida de valor e de realidade, diversa da que empregam fora da escola, para questões de interesse vital, tendem tornar-se intelectualmente irresponsáveis; não perguntam a “significação” do que aprendem, isto é, não perguntam a diferença trazida pelo novo conhecimento para as outras suas crenças e ações. (DEWEY, 1979, p. 41).

É notório que a EJA possui algumas problemáticas, no que diz respeito aos conteúdos curriculares descontextualizados da realidade do aluno, metodologias carregadas de vícios, em que o professor pode estar reproduzindo com os adultos o que ele vivencia com alunos, em geral crianças, que estudam nas escolas seriadas.

Um dos problemas que nós temos aqui no CEEBJA, é o que chamamos de perfil do educador da EJA. Às vezes o profissional que trabalha na escola seriada, na escola normal, ele tem um aluno que está ali obrigado e o professor atende de uma maneira, geralmente eles têm uma idade inferior, são adolescentes, mas na EJA não, na EJA a maioria são adultos. E o adulto quando vem para cá, ele não tem só a escola para se preocupar, ele tem família, tem trabalho, tem um monte de outras atividades, então esse adulto tem que ser tratado de forma diferente, pois esse adulto não aceita ser tratado como criança, esse adulto você tem que desempenhar outras funções com ele, você tem que ser um pouco terapeuta, psicólogo, conciliador, então esse profissional tem que ter essa atividade diferenciada, e quando o professor sai panfletar ele sente tudo isso e ele atende diferente esse aluno quando ele retorna para a escola.(Antonio Marcos Carrillo Garcia, 2019, Anexo 3).

Na busca de respostas para essa constatação, estivemos dentro do CEEBJA, realizando pesquisa de campo. Para a seleção do universo da investigação, os professores foram escolhidos aleatoriamente e convidados para participar da pesquisa. Os dados referem-se ao ano de 2019.

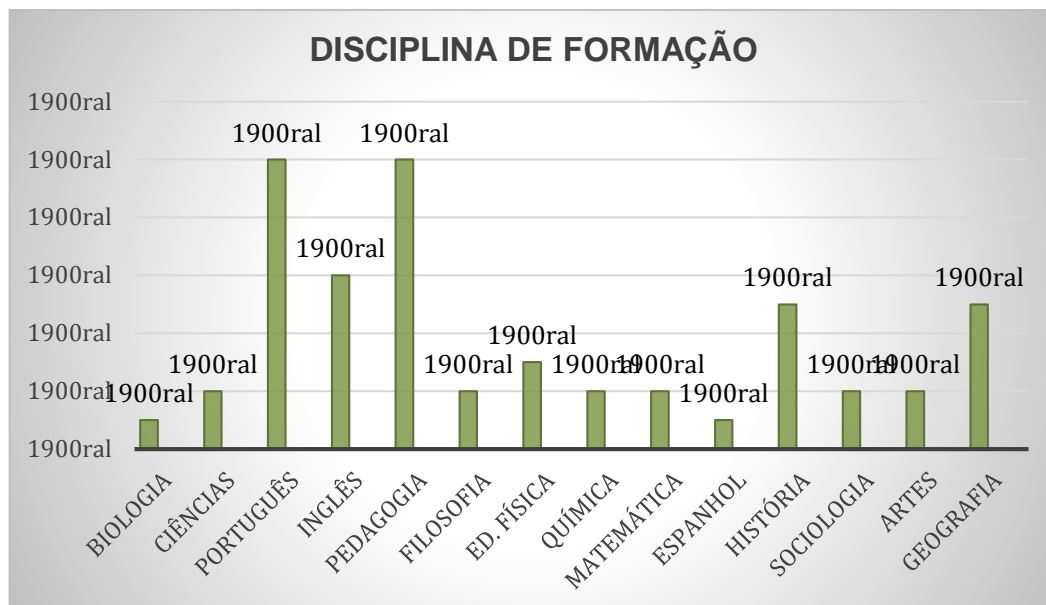
DOC 24:



Número de Professores Participantes da Pesquisa no CEEBJA. *Fonte: TOMIM, 2019.*

Tendo em vista que na escola há 83 professores contratados e que trabalham nessa instituição de ensino, 50 docentes aceitaram participar da pesquisa. Apenas 42 professores devolveram os questionários. Aqueles que aceitaram participar da pesquisa foram informados sobre o objetivo da pesquisa. O questionário foi dividido em blocos. No primeiro bloco, as questões pesquisadas abordaram as seguintes temáticas: Disciplina de Formação, Tipo de Especialização que fizeram ao longo da carreira e Tempo de Serviço na Profissão. Nessa ordem de coleta de dados, tentamos nos aproximar ao máximo da realidade profissional dessa instituição de ensino, para conhecermos quem são os profissionais que trabalham com a Educação de Jovens e Adultos.

A primeira questão diz respeito a formação profissional dos professores do CEEBJA.



Disciplina de Formação Profissional dos professores do CEEBJA. Fonte: TOMIM, 2019.

Podemos observar no gráfico que destaca a formação disciplinar profissional dos professores do CEEBJA, que as disciplinas de maior concentração na área de formação é em Pedagogia, seguido por Língua Portuguesa e Língua Inglesa. O professor é um agente de transformação que através do diálogo tende a conhecer não apenas o aluno como objeto de seu trabalho, mas o mundo em que essa pessoa está inserida, seus sonhos, suas fragilidades. Através dessa leitura de mundo que o aluno traz consigo, ele compreende e conhece o mundo das palavras. Paulo Freire sabiamente nos orienta quanto a postura do professor ao ensinar:

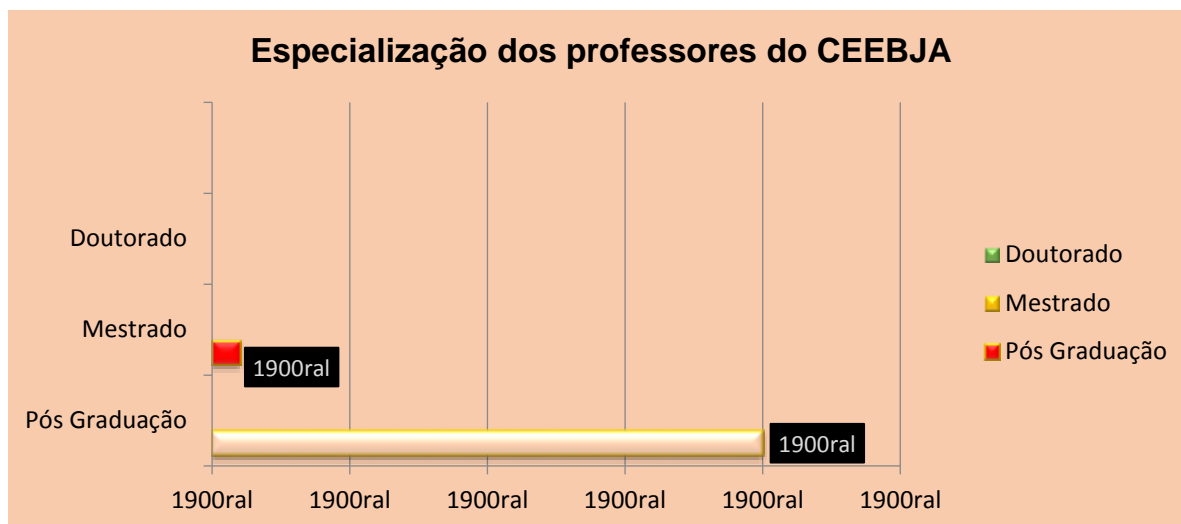
O professor precisa saber muitas coisas para ensinar. Mas, o mais importante não é o que é preciso saber para ensinar, mas como devemos ser para ensinar. [...] É compartilhar o mundo: compartilhar mais do que ideias... compartilhar o coração (FREIRE, 2007, p.42).

Sabendo da importância da formação continuada para professores, em especial aos profissionais da educação, todos os docentes precisam preparar-se intelectualmente para conhecer mais além dos conteúdos de suas disciplinas e compartilhar também sua história de vida.

Em um momento histórico, no qual os conhecimentos estão muito mais próximos que em épocas anteriores, é necessário que o professor não pare de atualizar seus conhecimentos. Por isso, os docentes do CEEBJA também foram

questionados quanto a continuidade de sua formação profissional e tivemos a seguinte constatação:

DOC 26:



Especialização Profissional

Fonte: TOMIM, 2019.

Nitidamente, existe muito interesse dos profissionais da educação em continuar a aperfeiçoar seus estudos, seja a nível *Stricto Sensu* ou *Lato Sensu*. Inúmeros fatores podem estar relacionados a essa constatação, mas que aqui não será discutido, pelo fato de que nos restringirmos em apenas diagnosticar se os professores continuam em formação ou não. O que podemos visualizar é que a grande maioria dos professores que trabalham nessa escola possuem curso de especialização de especialização, ou seja, *Lato Sensu*, que é uma modalidade de pós-graduação, para complementar sua formação acadêmica. Somente dois professores possuem mestrado e nenhum deles o Doutorado.

O problema da formação do educador de adultos, é da mais alta importância. [...] não haverá função do professor senão mediante a intensificação das influências sociais e a compreensão mais clara que o educador tenha de que sua atividade é eminentemente social [...]. (PINTO, 1987, p. 108).

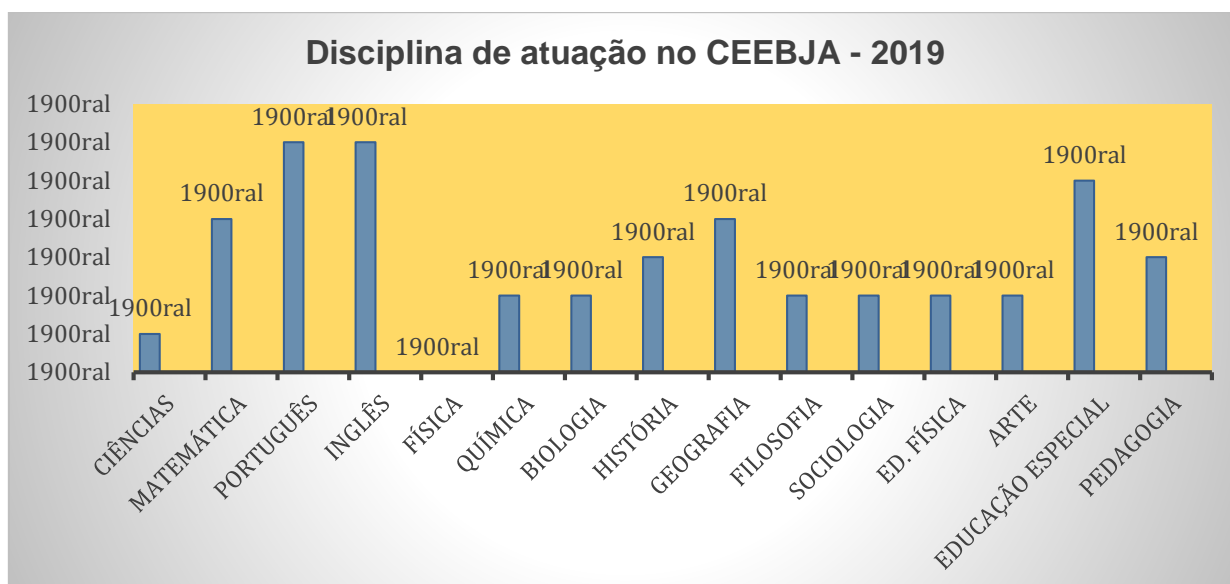
Entendemos que o professor da EJA deveria ter garantida a possibilidade de receber formação específica no momento em que assume aulas nessa modalidade de ensino. Há proposição da equipe gestora do CEEBJA, através de iniciativa própria

para proporcionar formação continuada aos professores recém chegados na instituição:

Grupos de Estudo, Semana Pedagógica, Formação em Ação, Equipe Multidisciplinar, Cursos, Reuniões, PDE, Seminários, Simpósios, Brigada Escolar, Palestras, presencias ou online, são modalidades de eventos de aperfeiçoamento dos quais nossos profissionais participam com incentivo e aval da equipe gestora. (PPP, 2017, p. 23).

Ao ter conhecimento sobre a formação do professor que trabalha no CEEBJA de Assis Chateaubriand, a questão a ser estudada era se o professor trabalha dentro da sua área de graduação ou não. O gráfico a seguir ilustra as respostas.

DOC 27:



Disciplina que o Professor Trabalha no CEEBJA. Fonte: TOMIM, 2019.

No Gráfico 2 observamos que a disciplina de formação geralmente difere quando o professor assume as aulas no CEEBJA, isso por conta de que alguns dos professores entrevistados possuem mais de uma licenciatura, havendo a possibilidade então de assumir aulas em áreas diferentes de sua formação. Concluimos então, que as disciplinas com maior número de professores atuantes são Língua Portuguesa e Língua Inglesa, seguido por Educação Especial e Geografia

A formação dos professores está intimamente ligada ao processo de desenvolvimento de determinada sociedade, e no caso de Assis Chateaubriand, percebe-se um grande aumento do número de instituições de ensino que formam

professores à distância. A procura por esse tipo de formação acadêmica é bastante significativa entre os profissionais da educação, pelo fato de obterem outro tipo de graduação em tempo menor.

Como existem muitos professores contratados por PSS, a classificação geralmente decorre da quantidade de cursos e graduações que o indivíduo possui. Há concorrência então, de quem possui maior número de certificações para conseguir essas vagas e, conseqüentemente, um emprego. Mas, essas informações demandariam estudo aprofundado, visto que, nosso objeto de estudo é a atuação desses profissionais na EJA, quem são esses profissionais e quem os preparou, Pinto (1987), nos diz que:

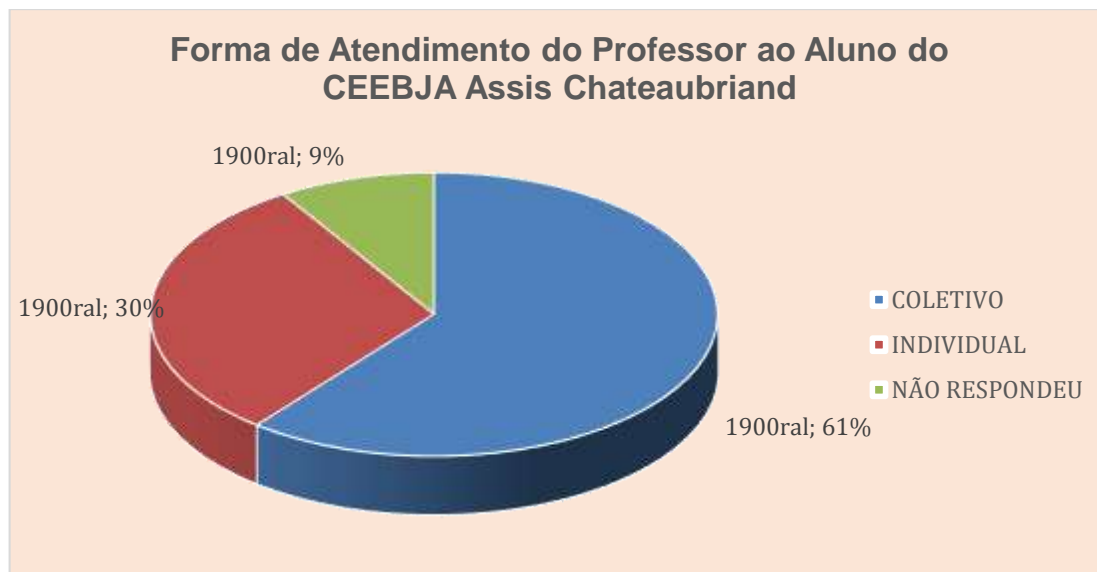
A educação formalizada é um dos processos pelos quais a sociedade se configura[...] A pergunta fundamental, da qual deve partir toda a discussão do problema da formação do professor, é esta: quem educa o educador? [...] A resposta correta é a que mostra a sociedade como educadora do educador. [...] tudo isso de acordo com a posição que o educador ocupa na sociedade. [...] A sociedade está sempre delegando a alguns de seus membros a função de educar os jovens e adultos. (PINTO, 1987, p. 108).

Essa é a grande preocupação de quem está há muito tempo trabalhando com a EJA, sobre quem serão os novos profissionais que darão continuidade ao ensino a esses alunos, o perfil profissional, sua formação e compreensão do real trabalho educativo dentro dessa modalidade de ensino.

Saber a diferença que há entre um aluno da EJA e os demais das escolas seriadas. (Professor 6, Anexo 3).

O professor deve estar bem preparado, motivado, acolhedor e acima de tudo respeitar a individualidade de cada um. (Professor7, Anexo 3).

Na sequência, os professores foram questionados sobre qual é a forma de atendimento que eles trabalham no CEEBJA. Muitos dos professores entrevistados assinalaram nas duas formas de atendimento, ou seja, o Atendimento Individual e o Atendimento Coletivo, isso porque, não significa que o professor trabalhe somente com um tipo de atendimento, mas que, muitas vezes, os professores trabalham duas formas de atendimento pois, acabam completando sua carga horária de trabalho que falta do “Atendimento Coletivo” no “Atendimento Individual” ou vice-versa.

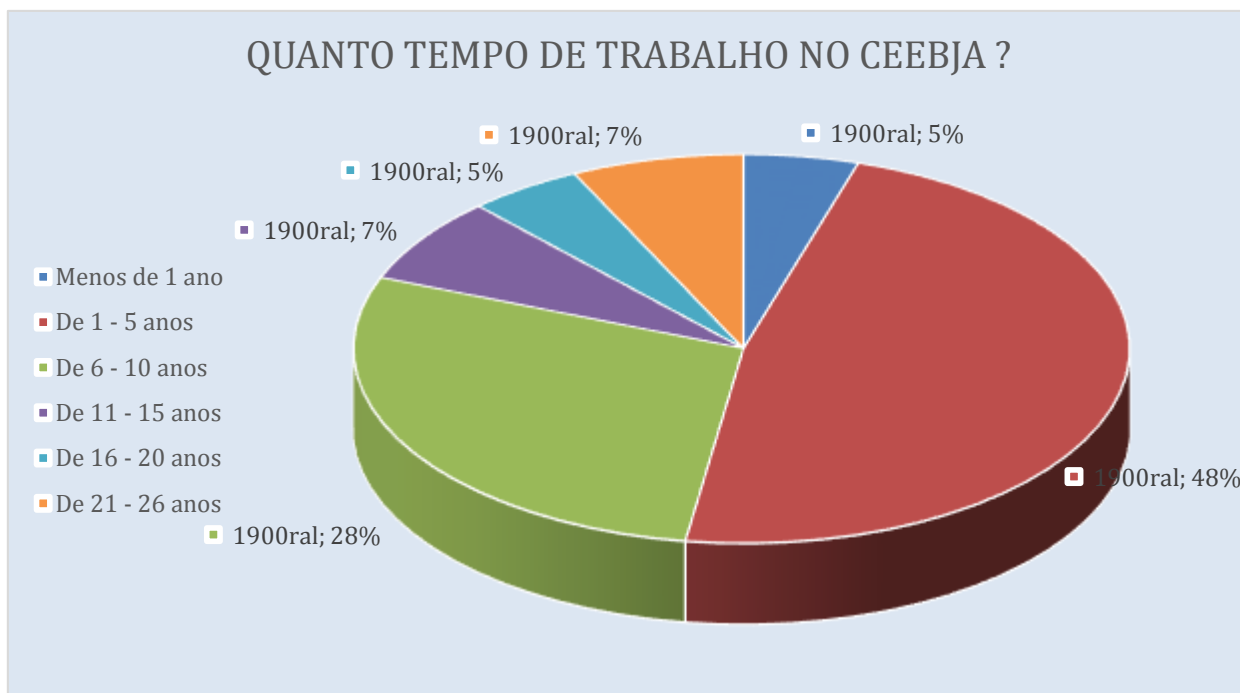
DOC 28:**Forma de atendimento ao aluno que o professor realiza no CEEBJA 2019**

Fonte: TOMIM, 2019.

Dentre os trabalhadores da educação entrevistados, podemos assertivamente perceber que a maioria deles, ou seja, 34 entrevistados, trabalham no Atendimento Coletivo dos alunos. Lembrando que no “Atendimento Individual”, o aluno realiza a matrícula em qualquer período do ano letivo e escolhe a disciplina que quer estudar. Já no “Atendimento Coletivo”, as disciplinas possuem datas de início e término, a organização se assemelha às disciplinas das escolas seriadas, mas com carga-horária específica de cada disciplina no Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Observa-se, ainda, que cinco professores não informaram como é realizado seu trabalho no CEEBJA, e não há uma justificativa plausível para a omissão desse dado.

Perguntamos aos professores sobre o tempo de trabalho no CEEBJA, e agrupamos as respostas em três categorias de tempo: de 0 a 5 anos, de 5 a 10 anos e acima de dez anos.

DOC 29:



Tempo de Trabalho do Professor no CEEBJA

Fonte: TOMIM, 2019.

Percebemos que a maioria dos professores entrevistados possuem de 1 a 5 anos de trabalho no CEEBJA, isso pode ser indicativo de que muitos estão nessa escola não possuem vínculo de fixação, gerando grande rotatividade de professores.

Quando questionados sobre: “Você gosta de trabalhar com essa modalidade de ensino?” Os professores foram unânimes em responder que sim. Essa afirmação reproduz certamente a visão desses profissionais após conhecerem a realidade educacional da escola, e como o social está incorporado a filosofia escolar que pressupõe uma “Educação de Qualidade”, visando educar sem ideologias político partidárias, mas com uma proposta de educação que resgata seres humanos do anonimato e da exclusão social.

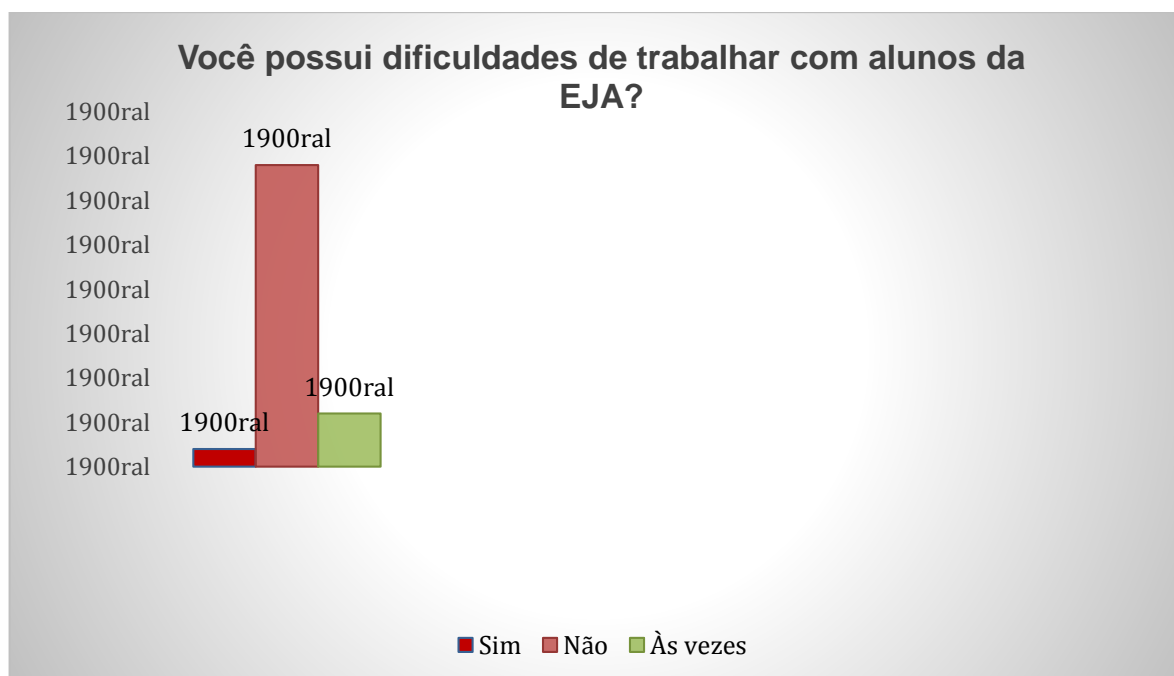
A modalidade de ensino deve ter um professor que consiga passar os conteúdos utilizando de várias metodologias para que possibilite a compreensão de todos pois a EJA, trabalha com várias idades. O professor deve ser flexível e identificar as dificuldades que os alunos apresentam. (Professor 11, Anexo 3).

A educação de jovens e adultos para mim é algo essencial. Essencial para uma parte da população que não teve condições de estudar por diversos motivos, na idade que é dita como esperada ou adequada; eu vejo assim, que a educação é essencial para todas as pessoas, então ninguém deveria ficar excluído do acesso a ela, do direito a

educação. Então se nós ainda temos uma parcela da população que não deu conta de estudar na idade correta, a EJA se faz necessária. (Fabiana Zoratto, 2019, Anexo 3).

No terceiro bloco de perguntas, os professores responderam sobre as dificuldades encontradas para trabalhar na EJA e aspectos essenciais para que os jovens e adultos possam concluir sua escolarização básica. Sobre as dificuldades encontradas para trabalhar com a modalidade de jovens e adultos, a grande maioria relatou não ter encontrado problemas.

DOC 30:



Possíveis Limitações Relatadas pelo Professor que Trabalha com a EJA

Fonte: TOMIM, 2019.

Apesar da expressividade de respostas “não”, é possível inferir que os professores sentiram-se constrangidos em responder essa questão. É comum ouvir nos “corredores” da escola que a EJA não é mais como era antes. Comenta-se que mudou o perfil dos alunos, que antes eram pessoas com mais idade, e que atualmente são menores de dezoito anos que estudam na escola. Também a questão referente a metodologias de ensino. Até algum tempo atrás, as metodologias voltavam-se para adultos. Atualmente, o professor se vê numa situação bastante complexa, não sabendo qual metodologia mais adequada para se trabalhar com adolescentes e jovens recém saídos das escolas seriadas. Porém, ressaltamos que essa temática -

sobre a metodologia empregada no ensino da EJA não é nosso objeto de estudo nesta pesquisa - mas que é necessária que seja estudada, para que se possa compreender melhor as teias que envolvem o ensino na EJA.

Também vou destacar como dificuldade, muitas vezes, a falta de preparo do professor para trabalhar com a educação de jovens e adultos, nós não temos muitos cursos específicos para isso, para preparar o professor que está chegando, lembrando que as APEDs são sempre professores PSS, então nós temos uma rotatividade muito grande de profissionais durante o ano, e pouco tempo para que eles estudem as diretrizes da EJA, para que eles entendam e aprimore suas estratégias de ensino e a forma de como tratar o aluno, porque nós temos que ter um trato diferenciado, desde a maneira como nós o acolhemos, a maneira como nós trabalhamos, a maneira como avaliamos, então penso que a maior dificuldade é entender a especificidade da EJA. (Josiane Bernini Jorente Martins, 2019, Anexo 3).

Outra situação que as vezes a gente vê enquanto gestor, é quando nós temos aquele profissional que pode trabalhar só aqui, com dedicação exclusiva, mas acredito que não é uma necessidade só nossa. Aqui essa necessidade se agrava um pouco mais, pelo fato de ser uma modalidade diferente, então quando esse profissional tem várias escolas ele acaba não pertencendo a nenhuma, então quando temos um profissional fixo na escola acaba facilitando muito, primeiro o convívio que nós temos com os profissionais da escola, o convívio com os alunos, a forma e a disponibilidade para se reunir e discutir ações para melhorar mais nossa escola, então isso é algo que a gente pensa que poderia ser melhorado. (Antonio Marcos Carrillo Garcia, 2019, Anexo 3).

Perguntamos ainda aos professores sobre qual o perfil que deve possuir o profissional que trabalha na EJA. Observamos a preocupação existente entre esses profissionais para melhor atender os alunos jovens e adultos nessa modalidade de ensino e, quanto maior é o tempo de atuação nessa forma de ensino, mais convicto é o professor sobre a necessidade de comprometimento educacional e principalmente social ao acolher novamente essa parcela de pessoas que se ausentaram dos espaços escolares por longo período.

Ter sensibilidade e paciência, uma vez que irão trabalhar com pessoas trabalhadoras, que ocupam seu espaço de tempo de descanso para adquirir conhecimento. (Professor 7, Anexo 3).

O que é um professor preparado? Não é apenas um professor que domina sua disciplina, mas que domina a didática, a capacidade de transpor um conhecimento científico complexo, para algo com

significado, concreto para o aluno e fazendo isso, conhecendo esse aluno, porque o nosso aluno aqui, pela faixa etária dele ele já tem uma vivência, ele já possui conhecimentos, não sistematizado como aquele em que a escola vai apresentar para ele, mas ele já possui conhecimentos. Então o professor alinha esse conhecimento trazido pelo aluno e avança para um conhecimento mais complexo, e para isso nós utilizamos aqui na EJA diversas metodologias, temos todo o apoio da equipe pedagógica, diretiva, para a aquisição de materiais pedagógicos, aparelhos tecnológicos que contribuem na diversificação metodológica, e desde coisas simples como a produção de uma maquete com materiais recicláveis até o uso de um projetor multimídia na sala. Então nós também vamos inserindo o aluno ao mundo tecnológico que ele também vai precisar na sua vida pessoal e profissional. (Fabiana Zoratto, 2019, Anexo 3).

Realmente o perfil do professor, se é que podemos assim postular, deve contemplar várias especificidades, dentre as principais que podemos destacar, é quanto sua postura dialógica frente aos seus alunos e não autoritária. É oportuno lembrar o que Paulo Freire fala sobre o autoritarismo do professor. Para ele, o autoritarismo não se manifesta somente por ações repressivas do professor, mas, pode estar presente na “vigilância doentia sobre os educandos, na falta de respeito à sua criatividade, à sua identidade cultural. Na falta de acatamento à maneira de estar sendo dos alunos das classes populares, na maneira como os adverte e censura.” (FREIRE, 1996, p. 72). Por isso que o professor da EJA precisa estar ciente quanto sua parcela de responsabilidade sobre a permanência ou não desse sujeito em suas aulas, uma vez que se o aluno percebe a superioridade, a intolerância e excessivo controle por parte do professor, acaba desanimando e também desistindo dos estudos.

Ser professor na EJA é ir além do que você aprendeu na sua faculdade, do que você estudou em uma especialização, porque a cada dia são desafios diferentes e que você precisa vencer, que precisa buscar estratégias, para que o aluno compreenda e consiga aprender o que é transmitido a ele, e toda essa forma de explicação e metodologia do professor é importante, porque são alunos que já passaram por muitas dificuldades em suas vidas, e não dá para desistir. (Alice Dadalt, 2019, Anexo 3).

O professor precisa gostar do que faz. Saber a diferença que há entre um aluno da EJA e os demais. (Professor 3, Anexo 3).

O professor deve estar bem preparado, motivado, acolhedor e acima de tudo respeitar a individualidade de cada um. (Professor 7, Anexo 3).

É através do diálogo que as trocas de informações e experiências de vida realizados dentro da sala de aula, em que a sinceridade e franqueza de ambos, vai além do processo de ensino sistematizados das diversas disciplinas transformando tanto o professor que ensina e aprende, quanto ao aluno que aprende e ensina. Ao refletir para então disseminar a proposição de mudanças de atitudes no que se refere a educação de adultos, pensada para além dos bancos escolares, como afirmam Freire e Macedo (1994, p. 7), que a educação escolar deve ser “um projeto político no qual homens e mulheres afirmam seu direito e sua responsabilidade não apenas de ler, compreender e transformar suas experiências pessoais, mas também de reconstruir sua relação com a sociedade mais ampla”.

Dentre as principais atitudes de mudanças que podemos associar ao pensamento de Freire (1994), talvez esteja a própria mudança de atitudes dos professores ao se depararem com o desafio de contribuir com o processo de escolarização dos adultos, muitos vícios pedagógicos por vezes deixam de existir, somente pelo fato de conhecer essa realidade educacional vivenciada dentro do CEEBJA. Vejamos o que dizem alguns dos entrevistados sobre essas mudanças.

Eu comecei em 2012, então esse ano completa 8 anos que estou na EJA, eu não tinha o conhecimento quando entrei aqui, não sabia como funcionava, qual era o público, para mim foi tudo uma grande satisfação. Eu tenho um perfil de bastante dedicação em assimilar a parte teórica e desenvolver na prática da melhor maneira possível, mas acredito que o aprendizado é constante, eu penso como Paulo Freire que a gente está a todo tempo aprendendo nesse processo, e quando a gente se coloca na condição de aprendiz, junto com o nosso aluno, mas com a responsabilidade de estar mediando essa construção de conhecimento, isso torna o processo ensino e aprendizagem algo muito gratificante. (Fabiana Zoratto, 2019, Anexo 3).

O professor deve ser atencioso com os alunos, entendendo suas dificuldades como idade, tempo que ficou sem estudar, para garantir que ele permaneça na escola. Além disso, na forma de atendimento individual o professor tem que ser muito ágil para preencher fichas, avaliar, conhecer o conteúdo fundamental e médio e garantir o atendimento até de 20 alunos numa mesma turma. (Professor 31, Anexo 3).

Perfil diferenciado, onde deve se ter uma maior dedicação para com os alunos, em virtude dos mesmos estarem muitas vezes, após um bom tempo afastamento, voltando ao espaço escolar, trazendo uma grande bagagem cultural e histórica de vida. (Professor 33, Anexo 3).

Cabe também citar Dewey (1979), quando se refere sobre a importância da ação pedagógica do professor, que, quanto mais ele conhecer as experiências vivenciadas por seus alunos, no que diz respeito aos interesses, desejos e propósitos de vida, melhor compreenderá e conseguirá implementar suas ações pedagógicas. Somando-se as ações pedagógicas e a formação contínua do professor para o exercício de sua profissão, é importante reafirmar, que a formação integral do ser humano deve ser compromisso de todos os envolvidos com a educação de jovens e adultos, para poder realmente mudar as vidas dessas pessoas que por um longo período ficaram à margem de suas conquistas educacionais.

Ainda com relação ao perfil do professor que trabalha com a EJA, elencamos algumas respostas na tentativa de identificarmos a dimensão pedagógica e afetiva desse profissional no CEEBJA.

Eu vejo assim que a minha carreira hoje eu estou prestes a completar 20 anos no magistério, eu penso que eu não podia passar por essa grande experiência profissional de educar sem ter o acesso a EJA, porque a satisfação que eu sinto em vir trabalhar nessa escola, em participar da construção do conhecimento, desses jovens e desses adultos, das nossas senhoras, dos nossos senhores, os pais de família que estão aqui, é uma troca enriquecedora na minha vida, então é um ambiente de trabalho onde é contagiante nós estarmos aqui em um grupo de docentes comprometidos, e também em um grupo discente com o anseio de aprender, então eu penso em encerrar a minha carreira no magistério sem ter que deixar a EJA. (Fabiana Zoratto, 2019, Anexo 3).

Eu estou em função agora, não estou na sala de aula, mas durante muitos anos estive atuando na sala de aula; e a gente aprende todos os dias; eu como pessoa com o que mais aprendi e que marcou a minha vida é a perseverança; perseverança de ver pessoas que trabalham o dia inteiro, que tem uma casa para cuidar, mas que deixam e veem estudar. Perseverança de pessoas que tentam mudar onde elas estão por meio da educação. Como profissional, isso exigiu que se buscassem novas metodologias, novas estratégias, no processo de ensino, porque você atrair a atenção de um adolescente, do jovem lá no ensino comum é uma situação, você conseguir despertar o interesse de um adolescente ou de um jovem que está na EJA, mas ainda ou de um adulto ou um idoso, nós precisamos de estratégias diferentes. Então, eu cresci como pessoa e como profissional trabalhando na educação de jovens e adultos. (Josiane Bernini Jorente, 2019, Anexo 3).

Que enquanto pedagogo deve estar trabalhando unido com a direção, buscando ajudar a escolar crescer. Que o prazer é com que os alunos aprendam e os professores se sintam bem. Que ser pedagogo acha que é mais importante que o professor em si na sala, pois precisa

aprender todas as disciplinas, tendo um olhar diferente, além de parceria com a gestão. Devendo toda a equipe estar entrosada. Que cada profissional faça sua parte e tudo bem feito. Que possui um grande amor pela profissão, levando para toda a vida. (Marli Moreira, 2019, Anexo 3).

O professor precisar ter um diferencial também, repensar a cada dia sua forma de ensinar, e acreditar que há possibilidade do aluno aprender realmente, avançar nos seus estudos e ter sucesso na sua vida, é o que a gente percebe aqui com os alunos que estudam, e já estudaram aqui, que concluíram seus estudos e comentam as mudanças que ocorreram em suas vidas, é gratificante demais. (Alice Dadalt, 2019, Anexo 3).

Para ser professor da EJA, é preciso dedicação, em empenho naquilo que precisa ser feito. Compreensão para lidar com pessoas das mais diversas idades e tato na resolução de conflitos referentes as disparidades entre idade e série. Disposição em realizar trabalhos que proporcionem motivação a busca do conhecimento científico. (Valdecir Ferreira do Reis, 2019, Anexo 3).

Como professor gostar de trabalhar com jovens e adultos, acreditar que possa colaborar no desenvolvimento do indivíduo por meios de incentivos, paciência, motivação e um bom relacionamento professor/aluno. (Professor 36, Anexo 3).

O profissional que atua na EJA deve ser aquele que se apaixona todos os dias pelos resultados obtidos e acredita na educação. (Professor 32, Anexo 3).

Gostar do que faz. (Professor 3, Anexo 3).

Ainda não sou capaz de definir um perfil, no entanto o professor deve ter bastante paciência e deve se delongar sobre os temas propostos, para que o aluno possa compreender, buscando entender seu ritmo. (Professor 8, Anexo 3).

Nos depoimentos supracitados é visível a emoção existente através das palavras desses professores, entendem a EJA para além de conteúdos curriculares, mas sim como forma de vida. Contudo, percebemos que existem maiores reflexões sobre a vida e perfil do professor do CEEBJA que necessitam ser revisitadas, pelo fato da falta de formação continuada que aborde essa modalidade de ensino, principalmente aos professores que estão em início de carreira profissional e acabam conseguindo suas primeiras experiências na EJA, algo ainda desconhecido por muitos. Com a intenção de decidir e definir nosso estudo, estendemos a pesquisa para identificar o perfil dos alunos do CEEBJA, objeto de nossa próxima seção.

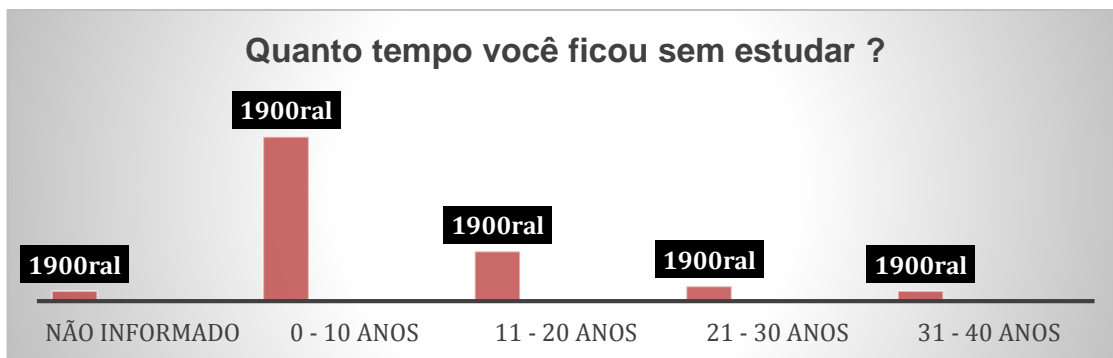
3.3.4. Perfil dos alunos que estudam no CEEBJA Assis Chateaubriand

Não podemos pensar educação sem conhecermos seus atores principais, os professores e os alunos. No caso dos professores traçamos o perfil sobre sua formação, tempo de trabalho e experiência e suas perspectivas educacionais para essa modalidade de ensino. Quando realizamos a pesquisa de campo, providencialmente decidimos conhecer um pouco mais sobre a identidade dos alunos que estudam no CEEBJA, obviamente que por amostragem, pois há mais de mil alunos matriculados. Na pesquisa de campo, os alunos foram abordados de forma aleatória, quando se encontravam no refeitório, ou em sala de aula. Destacamos que os alunos das APEDs não participaram da coleta de dados.

Após a abordagem e havendo o consentimento por parte do aluno, explicamos individualmente o objetivo da pesquisa, e entregamos o questionário para ser respondido. Todos os alunos entrevistados devolveram o questionário preenchido e para surpresa da pesquisadora, no momento que entregavam o questionário agradeciam a possibilidade de poder participar dessa atividade, dizendo que nunca haviam sido convidados para participar de uma pesquisa em que suas informações contribuíssem para um trabalho de mestrado.

As questões apresentadas no questionário foram divididas em categorias, que dizem respeito ao período de tempo que os alunos ficaram sem estudar, sua idade, se estão no Ensino Fundamental ou no Ensino Médio. Optamos por realizar a pesquisa por amostragem, e o número de alunos entrevistados chegou a meia centena.

DOC 31:



Tempo que o aluno ficou sem estudar

Fonte: TOMIM, 2019.

Os alunos que participaram da pesquisa, quando questionados sobre o tempo em que ficaram fora dos espaços escolares, disseram que foram os anos mais longos de suas vidas. Muitos relataram que voltar a estudar seria um propósito de vida. Como podemos observar no Gráfico 8, a grande maioria, 33 alunos entrevistados, responderam que sua ausência escolar se deu por volta de dez anos. Uma de estudantes responderam que ficaram entre onze e vinte anos, 3 discentes de 21 a 30 anos e 2 educandos disseram ter ficado mais de trinta nos sem frequentar os espaços escolares e dois entrevistados não quiseram informar. É visível a necessidade que os alunos sentem em retornar aos estudos, certamente na busca de um emprego melhor, em sua própria qualidade de vida e de seus dependentes ou pelo simples fato de poder concluir uma fase da vida que ficou para trás.

Um dos objetivos da EJA é dar oportunidade para aqueles que não concluíram sua escolarização em sua idade série, é difícil falar em tempo correto, porque o que é correto para um não é para outro. Então tem diversas pessoas que deixaram de estudar por um tempo adequado, eles têm essa segunda chance. Então a EJA, ela é isso, ela é uma segunda chance, pode ser até para jovens que foram fazer intercambio fora do país e vieram com uma defasagem de série, como para pessoas que não estudaram na infância, juventude, na adolescência, então a EJA tem essa função. (Antonio Marcos Carrillo Garcia, 2019, Anexo 3).

Muitas vezes vinculamos o estudar com o emprego em si, mas eu vejo que hoje temos muitos alunos que são empresários, que são bem-sucedidos financeiramente, economicamente ou profissionalmente, conseguiram ter suas vidas, cuidar de seus filhos mesmo sem ter um curso superior, e não tem nem o ensino médio, mas vem para o CEEBJA pela sensação e necessidade de aprender. (Josiane Bernini Jorente Martins, 2019, Anexo 3).

Voltar estudar me ajudou muito a amadurecer como pessoa e voltar a sonhar com novas possibilidades de ter um futuro melhor. (Aluno 18, Anexo 3).

Está me dando oportunidade continuar meus estudos e gosto dessa escola o que tem profissionais que ensina com amor e dedicação. (Aluno 10, Anexo 3).

Com relação a faixa etária dos alunos entrevistados:

DOC 32:



Faixa etária dos alunos do CEEBJA Assis Chateaubriand entre os anos de 2017 e 2018

Fonte: TOMIM 2019.

No Gráfico 9, podemos observar que a quantidade de adolescentes e jovens matriculados no CEEBJA tem aumentado. Os dados coletados apontam que a maioria está entre 15 e 35 anos, cenário bem diferente daquele apresentado há vinte anos atrás, quando os alunos possuíam idade mais avançada. É sabido que no cenário de ensino da EJA o perfil dos alunos que buscam nessa modalidade de ensino a oportunidade de concluírem seu processo de escolarização, mudou radicalmente nos últimos anos. Em décadas anteriores, os alunos de EJA eram os adultos e idosos, em sua grande maioria, pessoas que não haviam tido nenhum contato com o processo de escolarização.

É bem misto. A gente tem aqui no mínimo de idade de 15 anos, e eu tive alunos com mais de 65 anos, próximo a 70 anos. É misturado, mas percebemos uma crescente participação dos adolescentes. (Fabiana Zoratto, 2019, Anexo 3).

Atualmente, os alunos que se matriculam na EJA, são adolescentes e jovens com idade e série defasadas que não concluíram o Ensino Fundamental. Os alunos menores de dezoito anos estão sendo inseridos na Educação de Jovens e Adultos por determinação judicial através da possibilidade de serem matriculados ao completar quinze anos no Ensino Fundamental. Na maioria das vezes esses alunos estão em conflito com a lei, são obrigados frequentar a escola e serem assistidos pela Rede de Proteção, e são enviados ao CEEBJA.

Os alunos adolescentes hoje assim classificado, são os que frequentam o CEEBJA, tem a idade mínima de 15 anos, em alguns casos com a determinação judicial em que essa idade é de 14 anos e que a escola precisa aceitar. (Marli Moreira, 2019, Anexo 3).

Pelo fato de serem alunos menores de dezoito anos e que já estão em idade série defasadas nas escolas seriadas do Ensino Fundamental, seu ingresso na educação de jovens e adultos é inevitável. Muitas vezes aguardada ansiosamente pela escola de origem e quando esse aluno atinge a idade mínima para ingressar na EJA, recebe como se fosse um convite discreto da escola de origem para fazer imediatamente sua transferência, quase sempre com a justificativa que na educação de jovens e adultos ele terá oportunidade de trabalho, que a escola é mais bonita, dentre outras.

Antes a idade mínima na EJA era de 18 anos, tanto para Ensino Fundamental quanto para Ensino Médio, mas final de 2010 houve uma mudança na orientação, através das mudanças na LDB, passando a idade mínima para 15 anos no Ensino Fundamental e 18 anos para o Ensino Médio. Com isso mudou um pouco o perfil, mudou um pouco a forma de trabalhar, então esse profissional que tem que entender aquele adulto, ele tem que entender esse jovem, esse adolescente, então ele tem que ter um jogo de cintura um pouco maior, muito desses menores, as vezes são menores em situação de risco, em situação de vulnerabilidade social são menores infratores, então nós temos menores envolvidos com a drogadição, envolvidos com crimes sexuais, com furto, com tráfico de drogas, temos tudo isso na escola, menores e maiores, mas o que acaba nos tomando mais tempo são os menores. (Antonio Marcos Carrillo Garcia, 2019, Anexo 3).

Quando a matrícula desse aluno é efetivada na EJA, ele recebe orientações e acompanhamento individualizado pela equipe diretiva e pedagógica sobre seus direitos e deveres enquanto aluno do CEEBJA. É perceptível que esses adolescentes tentam reproduzir as ações intimidadoras trazidas através de suas experiências vivenciadas na escola de origem, para então garantir seu *status* de aluno indisciplinado e por vezes violento no novo local de estudos. Também é demorado o processo de adaptação da grande maioria dos alunos menores de dezoito anos nessa nova modalidade de ensino e conseqüentemente no novo local em que se encontra reinserido. É uma escola que possui normas e regras que devem ser seguidas por todos seus alunos, independentemente de sua idade.

Quando o aluno vem de outra escola, eles trazem a solicitação de vaga. Estando a documentação toda correta, matricula-se, vindo já matriculado da secretaria, para um primeiro contato com os pais. Que nesse contato, preferencialmente venha o responsável e o aluno, não apenas um deles. Caso o pai trabalhe, solicitam que venha em outro momento, porque o primeiro contato, e a primeira entrevista com a família é importante, pelo menos para que aqueles que demonstre que queira que o filho estudasse, dando atenção nas ligações quando precisasse ligar, por exemplo se o filho estiver passando mal ou comportamento inadequado. (Marli Moreira, 2019, Anexo 3).

O aluno é tratado de forma igual, independente da sua idade, fazendo que todos tenham o conhecimento científico. Muitas vezes esse alunos menores chegam na escola e já tem raiva da disciplina e do professor, pois é o mesmo professor da escola que ele estudava. (Marli Moreira, 2019, Anexo 3).

Para garantir que o aluno com essa nova faixa etária possa receber o conhecimento científico das disciplinas curriculares, o trabalho pedagógico realizado no CEEBJA também foi se modificando e se adaptando aos adolescentes e jovens, de modo garantir o sucesso escolar do aluno:

Em meio à uma sociedade excludente que marginaliza àqueles que não se adaptam ao que se é imposto como correto e convencional, o CEEBJA preocupado com respeito às diferenças multiculturais, propõe linhas de ações voltadas ao respeito do outro em sua individualidade, credo, crença, opção sexual, pois somente podemos ser respeitados em nossa individualidade a partir que respeitamos as diferenças e individualidades dos outros. (PPP, 2017, p.17).

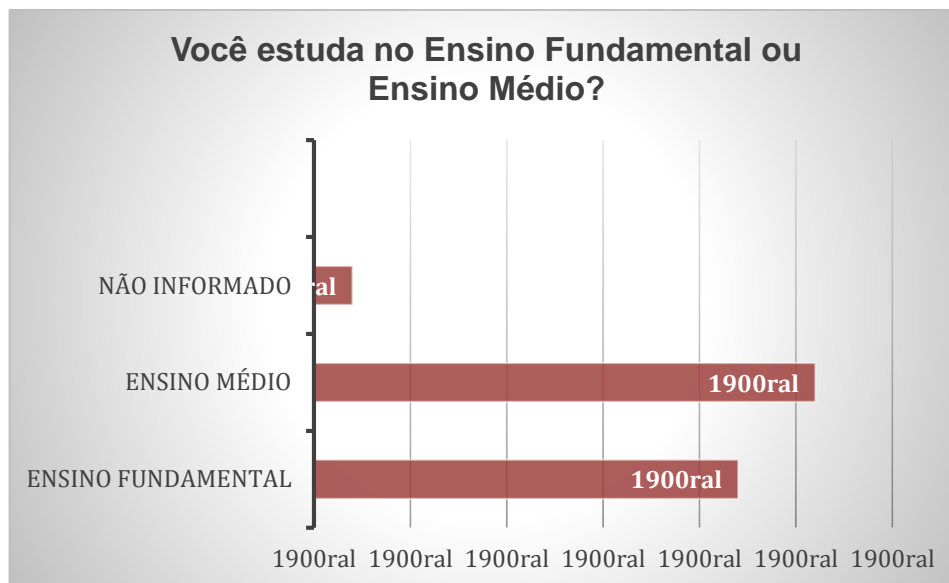
Para ilustrar o que o PPP do CEEBJA contempla, é através do simples fato de acolher o aluno na escola, independentemente de sua idade, enxergando nele, suas potencialidades educacionais e de vida. A partir do momento que efetiva sua matrícula o aluno é um ser humano que possui os mais diversos sonhos e possibilidades profissionais que deseja ser realizados, por isso sua individualidade e sua especificidade são respeitados na totalidade, como se nesse momento iniciasse uma nova vida, esquecendo ou reparando alguma lacuna que foi deixada para trás.

É característica dessa Modalidade de Ensino a diversidade do perfil dos estudantes, com relação à idade, ao nível de escolarização em que se encontram, à situação socioeconômica e cultural, às ocupações e a motivação pela qual procuram a escola. Os estudantes são adolescentes, jovens e adultos, com idade bastante variada. Desse grupo fazem parte estudantes inclusos da educação especial, menores em cumprimento de medidas socioeducativas, estudantes trabalhadores que não tiveram acesso à escolarização na idade própria ou não tiveram possibilidade de continuar seus estudos por tais razões: disparidade idade-série, necessidade de trabalhar, desinteresse pelos estudos, repetências sucessivas por não adaptação às práticas escolares, ausência de estímulo ao processo de escolarização, desavenças entre professor/aluno, casamento prematuro, gestação na adolescência, evasão escolar e condição sociocultural. (PPP, 2017, p. 2017).

Como descrito no PPP, é uma escola que trabalha com perfis de alunos totalmente diversificados, que proporciona o acesso, e busca garantir a permanência do aluno para que ele conclua sua escolarização básica. Mais que conteúdos disciplinares existe a preocupação também em ampliar o universo de saberes adquiridos pelos alunos possibilitando que possa intervir em seu meio social.

Perguntamos aos alunos em qual nível estudavam. E as respostas:

DOC 33:



Nível de Ensino que o Aluno Frequenta no CEEBJA

Fonte: Autora 2019.

A maioria dos entrevistados respondeu estar cursando o Ensino Médio, totalizando 26 alunos, no Ensino Fundamental 22 alunos e 2 dos entrevistados não responderam o que foi questionado. Concluímos com esses dados, que os alunos possuem maior nível de escolaridade quando retomam seus estudos.

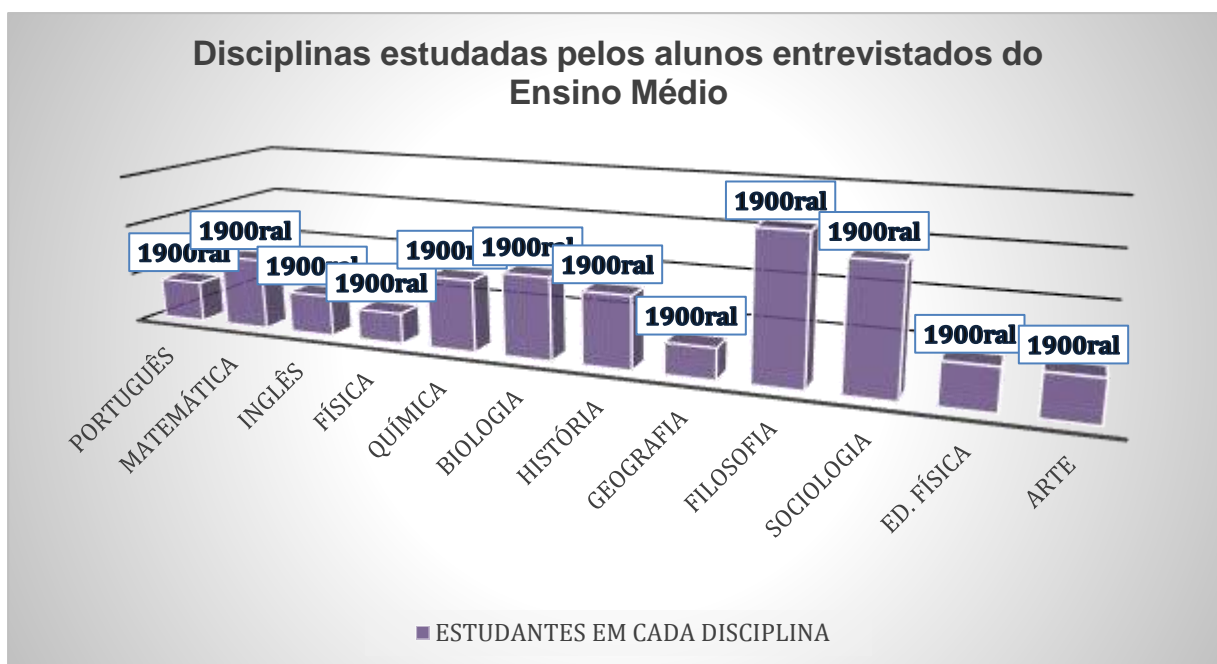
A educação é uma tarefa social total [...] o simples fato de ser membro da comunidade implica estar sempre em processo de se educar. [...] a sociedade requer do indivíduo, durante sua existência [...] em cada etapa de sua vida distintas capacidades de ação e de trabalho. (PINTO, 1987, p.69).

Além de uma tarefa pedagógica a educação de jovens e adultos possui essa característica de ser uma tarefa social em que o indivíduo não escolarizado não pode desfrutar de alguns benefícios que a sociedade em que ele está inserido proporciona aos demais membros, seja no trabalho ou no lazer.

Essa escola ajuda a gente ser alguém na vida e arrumar uma profissão melhor fazer faculdade e dar esse exemplo para nossos filhos. (Aluno 45, Anexo 3)

Na sequência perguntamos “Quais as disciplinas que os alunos do Ensino Médio estão cursando nesse anos letivos de 2019?” e “Quais foram as disciplinas concluídas por eles?”. Obtivemos as seguintes respostas:

DOC 34:



Disciplina que os alunos escolheram para estudar no Ensino Médio no CEEBJA Assis Chateaubriand.

Fonte: TOMIM 2019.

A disciplina com maior número de matriculados é Filosofia, seguida por Sociologia. São duas disciplinas com carga horária de 64 horas, sendo esse o motivo da escolha dos educandos, bem como, por serem temas curriculares que se aproximam com suas experiências de vida e suas reflexões sobre o mundo que os cerca. Já trazem consigo as marcas de uma sociedade excludente por natureza, voltar para escola é uma forma de reescreverem suas histórias menos marginalizados e com autoestima necessária para enfrentar os problemas da vida.

[...] existe um tipo de homem que cada forma de educação visa formar é variável com a respectiva constituição social. [...] o tipo de homem que cada sociedade deseja formar é aquele que serve para desenvolver ao máximo as potencialidades econômicas e culturais dessa forma social. (PINTO, 1987, p. 77).

No caso da Educação de Jovens e Adultos, a educação é pensada como fundamental para essas pessoas poderem sentir que são importantes, capazes e produtivas socialmente. A sociedade como um todo, precisa formar pessoas que também contribuam para o desenvolvimento social, econômico e cultural desse

agrupamento de pessoas e, por isso a importância de uma educação que atenda nas necessidades dos alunos dessa faixa estaria.

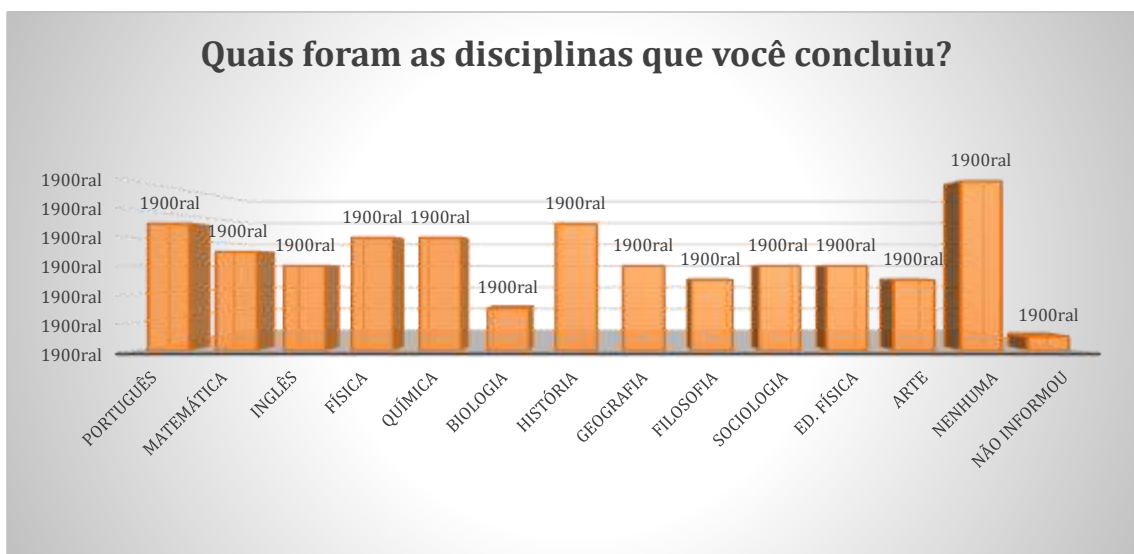
Aqui estou estudando para ter um futuro melhor. (Aluno 31, Anexo 3).

Porque precisamos de estudos para qualquer profissão atualmente. (Aluno 40, Anexo 3).

Para o mercado do trabalho e muito importante através do estudo posso conseguir uma profissão melhor da atual e crescer dentro da empresa onde trabalho. (Aluno 48, Anexo 3).

Como na EJA os alunos cursam até quatro disciplinas durante o semestre e cada um tem seu tempo de aprendizagem, é bastante difícil computarmos os dados que comprovem a quantidade de alunos que concluíram cada nível de ensino. Os dados sobre essa informação é disponibilizada na página do Departamento de Educação de Jovens e Adultos do Estado do Paraná, na plataforma da Secretaria da Educação de Jovens e Adultos (SEJA), em que estão registradas todas as informações sobre a vida escolar dos alunos. Porém, o acesso a essa plataforma é restrito a secretária da escola. Somente ela tem autorização para acessar os dados dos alunos do CEEBJA. Então, em nossa pesquisa, adicionamos uma questão a mais que é, quantas disciplinas o aluno conseguiu concluir desde sua matrícula nessa escola. Vejamos os dados coletados:

DOC 35:



Disciplinas concluídas pelos alunos entrevistados que cursam o Ensino Médio

Fonte: Elaborado por TOMIM, a partir dos dados da pesquisa.

Sabendo que ao efetivar a matrícula o aluno tem prazo de dois anos para concluir a disciplina escolhida, os resultados sobre a conclusão da escolarização ainda têm muito o que melhorar. Para que haja êxito da fato, é necessário que todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem se comprometam pelo sucesso escolar dos alunos. Observamos que muitos educandos não concluíram sequer uma disciplina. Esse dado nos causou surpresa, entre os entrevistados, 12 deles, não conseguiram concluir nenhuma das disciplinas, sendo mais uma problemática que deverá ser objeto de outras possíveis pesquisas. Segundo relatos da pessoas que recebem instrução dos alunos:

Reprovei muito na escola que eu estudava. (Aluno 2, Anexo 3).

Porque é a realização do meu sonho em poder voltar estudar com a conclusão dos meus estudos aqui, vou poder fazer uma faculdade. (Aluno 6, Anexo 3)

Sim. Pois eu procurei para o término dos meus estudos mais rápido. (Aluno 13, Anexo 3).

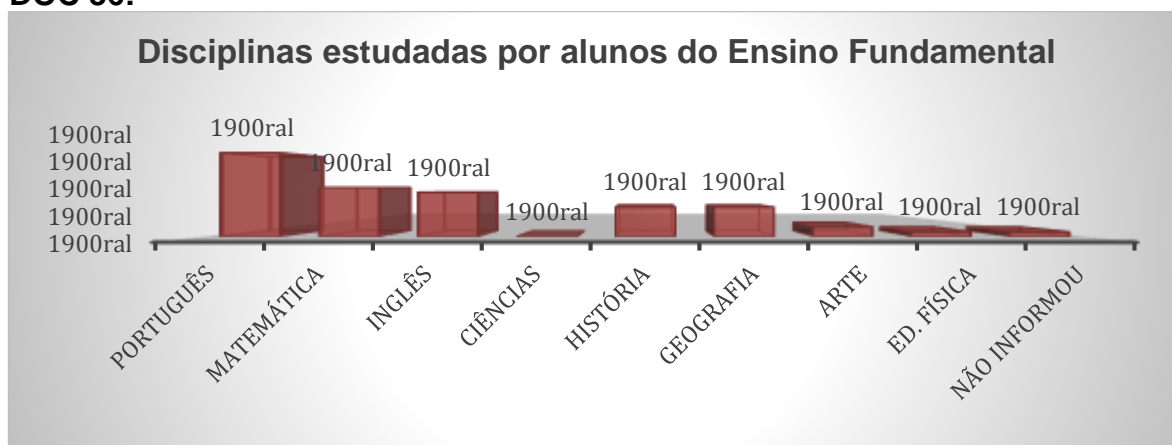
Para procurar melhoria de trabalho. (Aluno 32, Anexo 3)

Pois contribui para a minha formação como cidadão brasileiro, que luta por aprendizado e melhorar de emprego e profissão. (Aluno 27 Anexo 3).

Porque com a finalização desse curso pretendo terminar o segundo grau para seguir faculdade. (Aluno15, Anexo 3)

Sobre os alunos que declararam estar frequentando o Ensino Fundamental perguntamos “quais disciplinas estão frequentando”.

DOC 36:



Disciplinas escolhidas pelos alunos do Ensino Fundamental no 1º Semestre de 2018

Fonte: Elaborado por TOMIM, a partir dos dados da pesquisa.

Nessa questão, duas situações devem ser esclarecidas. A primeira, por que a disciplina de Ciências não foi escolhida? Porque essa disciplina, em 2018, somente foi ofertada no período matutino? E, mesmo assim, a procura foi muito aquém do esperado e a turma não foi aberta. No segundo semestre de 2018 a disciplina foi ofertada no período noturno, na forma de atendimento coletivo e a demanda de procura deverá ser maior do que a atual.

A segunda situação diz respeito a disciplina de Português, que possui o maior número de alunos estudando. Isso porque no ato da matrícula, quando se questiona com qual disciplina, gostaria de iniciar os estudos, a grande maioria aponta Português, pelo fato de estarem há muito tempo fora da escola, essa disciplina dará embasamento para as demais disciplinas.

No geral, Matemática e Inglês, são bastante procuradas também, por possuírem uma carga horária muito mais extensa que as outras disciplinas e estas estão sendo ofertadas no “Atendimento Coletivo”, forma de atendimento que o aluno consegue melhor desempenho quando cursada em grupo. Essa é a opinião dos próprios alunos.

É evidente que se necessita aprender os elementos básicos do saber letrado, as primeiras letras, a escrita, os rudimentos da matemática, mas este saber, ainda que fundamental e indispensável, só vale por seu significado instrumental, por aquilo que possibilita o educando para chegar a saber [...] é preciso que a sociedade tenha preparado todo o elenco de oportunidades de saber para ser adquirido pelo alfabetizando depois de determinada sua alfabetização. (PINTO, 1987, p. 85).

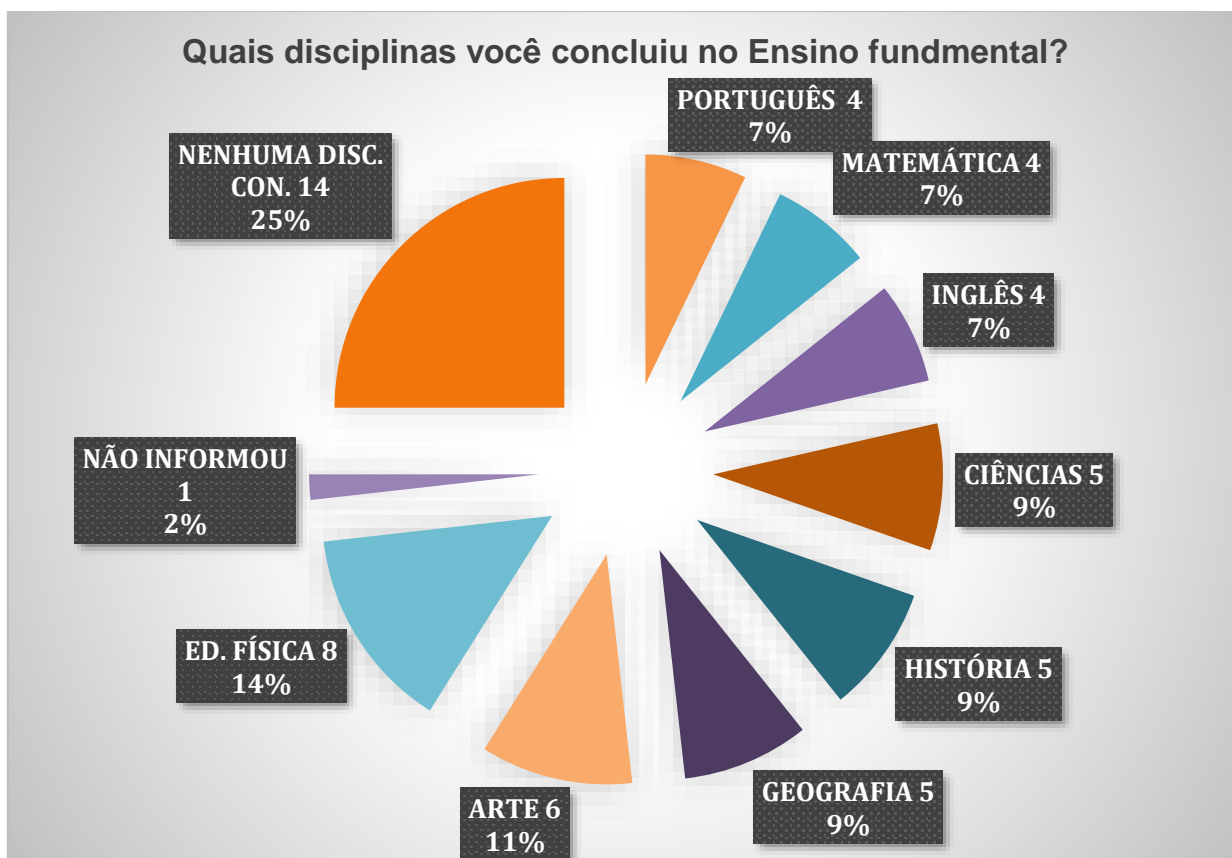
A EJA, deve ter em vista os objetivos reais que devem ser alcançados por seus alunos, no momento em que eles retomam seus estudos. Uma situação de obstáculo é que por vezes a sociedade não valoriza o aluno adulto que conclui sua escolarização. São alunos que almejam empregos melhores, com qualidade de vida melhor, sair do anonimato social. Os elementos básicos do saber letrado ainda não servem de garantia para o sucesso pessoal e profissional desses alunos. Como veremos mais adiante, um número expressivo de alunos do CEEBJA está sem trabalho remunerado.

Porque ajuda aqueles que ficaram para trás e querem terminar mais rápido e pretendo terminar para eu ter um futuro melhor. (Aluno 44, Anexo 3).

Eu penso em ter uma profissão um serviço melhor para dar uma vida melhor para meus filhos. (Aluno 48, Anexo 3).

Também questionamos os alunos do Ensino Fundamental, se já haviam concluído alguma disciplina, as respostas foram as mais variadas:

DOC 37:



Disciplinas concluídas por alunos do Ensino Fundamental do CEEBJA Assis Chateaubriand Fonte: Elaborado por TOMIM, a partir dos dados da pesquisa.

Nessa questão destaca-se o grande número de alunos que não concluíram uma disciplina sequer. Há duas hipóteses para esse fato: a primeira, porque se trata de alunos recém-chegados na escola; a segunda, é que os alunos possam estar desistindo das disciplinas em que se matricularam. Essa seria uma outra temática a ser pesquisada em momento oportuno, visto que aqui, nosso objetivo é conhecer

quem são os alunos do CEEBJA e, como fizemos a pesquisa por amostragem, seria necessário ampliar essa pesquisa para todos os alunos que frequentam a escola.

Essa questão causa grande preocupação entre os educadores que trabalham no CEEBJA. Os alunos são matriculados, é organizado um cronograma das disciplinas que o aluno estará frequentando durante o semestre, o que mais seria necessário realizar para mudar os dados estatísticos levantados por essa questão?

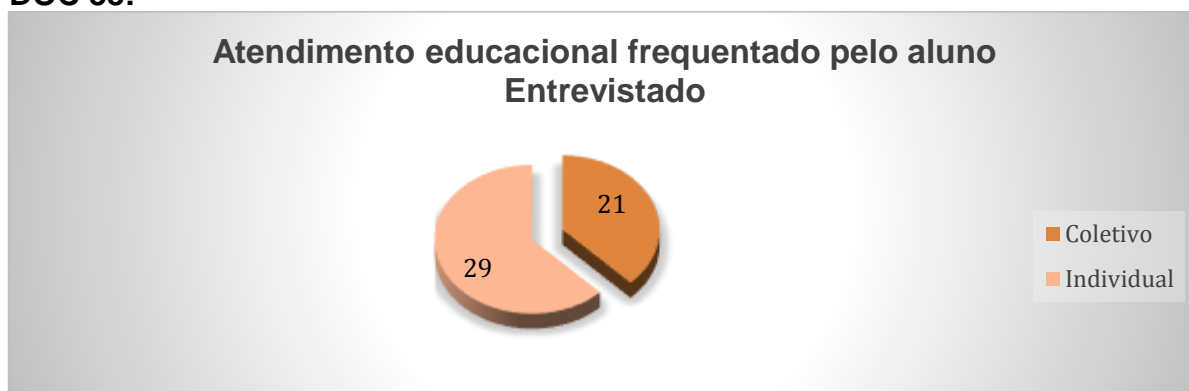
Eu penso que a EJA consegue acolher melhor o aluno, nós conseguimos criar um vínculo afetivo pedagógico com o nosso aluno com maior facilidade do que na forma regular de atendimento nas outras escolas, que o aluno que chega para nós ele teve alguma dificuldade de aprendizagem ou na sua vida pessoal que afetou sua aprendizagem, a sua escolaridade. (Alice Dadalt, 2019, Anexo 3).

A escola se preocupa com ações pedagógicas para além da sala de aula que estimule o aluno permanecer na escola, exemplo disso são os Jogos Escolares do CEEBJA, Visitas de Campo, Festa Junina, Noite de Talentos, Concurso de Redação e o evento mais esperado por todos, a Formatura. (Antonio Marcos Carrillo Garcia, 2019, Anexo 3).

Nesse ano de 2019, desenvolvemos o Projeto Baú da Leitura, todas as salas de aula possuem um baú com livros literários e semanalmente os alunos param suas atividades disciplinares para desenvolverem o hábito da leitura como deleite. (Elenir Simonelli, 2019, Anexo 3).

Destacamos agora a forma de atendimento que o aluno escolheu para estudar no CEEBJA Assis Chateaubriand, dentro da amostragem de pesquisa realizada.

DOC 38:



Forma de Atendimento em que o Aluno Estuda no CEEBJA Assis Chateaubriand

Fonte: TOMIM, 2019.

Os dados acima nos sugerem que a maioria dos alunos matriculados no CEEBJA mais preferem o “Atendimento Individual” do que o “Atendimento Coletivo”. Na realidade, os alunos quando se matriculam, podem frequentar as aulas tanto no

“Atendimento Individual” quanto no “Atendimento Coletivo”, simultaneamente. Para que isso seja possível, é levado em conta o cronograma das disciplinas do semestre que estão sendo ofertadas. O “Atendimento Coletivo” é feito geralmente em dois ou três dias por semana, de acordo com a disciplina escolhida, se o aluno quiser frequentar mais aulas semanais, completa sua carga horária no Atendimento Individual, dessa forma é respeitado o tempo disponível de cada aluno.

A pesquisa de campo se mostrou um momento ímpar, no qual foi possível caracterizar com maior profundidade o CEEBJA, refletir e analisar quem são os atores de transformação social incutidos dentro dos espaços escolares. Constatamos que há um grupo de professores que, diante de suas limitações, procura desempenhar seu papel educativo e transformador de vidas utilizando a educação escolar como instrumento. De acordo com o PPP da escola:

Considerado o perfil dos alunos de EJA, bem como suas necessidades particulares de aprendizagem, a escola oferta o ingresso, busca garantir a permanência e a conclusão de uma escolarização formal, numa perspectiva democrática, justa e comprometida com a superação de preconceitos e desigualdades. Tem-se o compromisso de ampliar o universo de saberes para que o estudante possa mudar a qualidade de suas intervenções sociais. (PPP, p. 21).

O PPP apresenta a característica do seu alunado, também suas perspectivas quanto ao objetivo educacional proposto, em que a concretização do processo educativo não se esgota ao término das disciplinas curriculares, pelo contrário, como são adultos almeja-se que eles consigam inicialmente transformar suas vidas e conseqüentemente o mundo que os cerca.

O CEEBJA de Assis Chateaubriand, promove dentro dos espaços escolares além de suas atividades pedagógicas curriculares, outras possibilidades educacionais que envolvem a educação de jovens e adultos, ampliando ainda mais suas ações educacionais.

3.5. Outras possibilidades educativas no CEEBJA

O CEEBJA da cidade de Assis Chateaubriand, além de ofertar a educação básica para jovens e adultos, reserva outras possibilidades educacionais que desenvolvidas também dentro dessa escola, podendo ser citados os Exames *on line*,

a Educação Especial, como modalidade de ensino dentro da EJA e Cursos de Língua Estrangeira Moderna (LEM).

3.5.1 O Exames *on line* realizados no CEEBJA

O CEEBJA também aplica Exames *on line*, ofertados pela SEED, no laboratório de informática, por meio de edital próprio. As provas são realizadas na Escola, no laboratório de informática, contando com a presença do coordenador da EJA do Núcleo Regional de Educação e de um pedagogo do CEEBJA. Esses exames são realizados em dois momentos de cada semestre de acordo com oferta da SEED.

O estudante pode efetuar sua inscrição para concorrer a uma vaga e atingindo a média mínima para aprovação, que é de - seis pontos - pode concluir o ensino fundamental e ou médio. É necessário ter idade mínima 15 anos completos para a conclusão do Ensino Fundamental e, para a conclusão do Ensino Médio, idade mínima de dezoito anos completos, não estar cursando a disciplina ofertada no Exame *on line*.

Os interessados em participar a prova *on line*, preenchem requerimento na secretaria da escola. São selecionados os alunos portadores de alguns pré-requisitos determinados pela Escola, tais como: quando falta apenas uma disciplina para concluir um nível de ensino; a impossibilidade de frequentar a Escola por motivos de trabalho (como o caso de caminhoneiros ou trabalhadores sazonais) que se ausentam da escola por determinado período.

3.5.2. A Educação Especial dentro da Educação de Jovens e Adultos no CEEBJA Assis Chateaubriand

A Educação Especial tem suas atividades garantidas dentro do CEEBJA, para estudantes com necessidades especiais de aprendizagem. Há oferta de atendimento complementar especializado, normatizado por instruções próprias da SEED, por meio da Sala de Recursos Multifuncional - Tipo I, com atendimento no período vespertino e noturno, que atende estudantes com deficiência intelectual comprovada por laudo médico anterior aos dezoitos anos de idade. A Sala de Recursos Multifuncional - Tipo II, é ofertada para estudantes com Deficiência Visual (cegos, surdos-cegos e baixa visão), com atendimento no período vespertino. Nas salas de aulas do atendimento

Individual e ou Coletivo, alunos com surdez e deficiência físico-neuromotora, são acompanhados e atendidos por professores de apoio de comunicação alternativa.

O acolhimento dos portadores de deficiência é realizado no CEEBJA constantemente. Muitas dessas pessoas estavam dentro de suas casas sem ao menos socializar-se com outras pessoas ou em outra escola de Educação Especial. De acordo com a professora:

Sou professora, trabalho no CEEBJA desde abril de 2005, quando assumi o primeiro concurso de educação especial do estado do paraná, desde então assumi o concurso atuando como interprete de libras. De início comecei a trabalhar com alunos surdos adultos em uma turma de EJA fase 1, um aluno que tinha desistido de estudar quando criança ainda, por motivos de não conseguir se comunicar com os professores, porque na época em que ele estudava não se fazia o uso da língua de sinais, havia uma proibi o para a língua de sinais, e nessa época era oralismo. Também frequentam alunas que na fase da adolescência estudavam na escola comum e não tinham intérprete na época, devido ao que eu citei, que a língua de sinais não tinha aprova o, sendo apenas o oralismo, a metodologia utilizada por esses professores   que alguns acabavam desistindo, principalmente adolescentes, porque na escola comum   mais difícil, você não consegue ter esse contato direto, porque as salas o número de alunos   maior, já na EJA   um número menor de alunos, então você consegue conhecer os alunos. (Alice Dadalt, 2019, Anexo 3).

Desde 2006, o CEEBJA recebe matrículas de alunos com deficiência auditiva de outras cidades da região, como Formosa do Oeste, Iracema e Brasilândia do Sul.

O professor da educa o especial estabelece articula o com os professores das diversas disciplinas curriculares, contribuindo com serviços pedagógicos, acessibilidade e estratégias que promovem a inclusão dos estudantes nas atividades escolares.[...] Com a finalidade de promover a educa o para a transforma o social, considera-se fundamentos da dignidade humana, igualdade de direitos, reconhecimento e valoriza o das diferenças e das diversidades: laicidade do estado, democracia, transversalidade, vivência, globalidade e sustentabilidade socioambiental. (Projeto Político Pedagógico, 2017, p. 30).

De acordo com o PPP, há articula o total entre o professor de Educa o Especial com os professores das disciplinas curriculares para que juntos possam inserir o aluno com deficiência no meio escolar.

Aos poucos foram sendo inseridos novos alunos portadores de outras deficiências, tornando o CEEBJA um centro de referência para essa demanda

específica de alunos. Esses alunos, em primeiro lugar, sentem-se acolhidos numa escola de adultos, que valoriza suas potencialidades, sem distinção e discriminação que já possam ter sofrido. Esses alunos vislumbram a possibilidade de concluir seus estudos básicos, levando em consideração o seu tempo de aprendizagem, para também serem inseridos no mercado de trabalho.

O que é percebido na educação de jovens e adultos para surdos aqui onde eu atuo, como interprete, é que a possibilidade desse aluno conseguir aprender, conseguir uma oportunidade no mercado de trabalho, concluindo seus estudos, que ele não conseguia nas outras escolas comuns, ele tem a opção do ensino fundamental, ele vem quando tem condições, que trabalham em linhas de produção na cidade, no mercado, então para eles há essa facilidade de frequentar o individual, às vezes não consegue assistir as 4 aulas, mas ele tem a possibilidade de concluir, de vir estudar e ter contato com outros alunos, que percebemos que na EJA ocorre a incluso, a gente consegue perceber isso pela metodologia com os alunos, os professores se preocupam em saber se o aluno surdo está aprendendo, e percebem quais sinais ele pode utilizar para tentar explicar, e ele vai trançando estratégias para ele se comunicar com o surdo.(Alice Dadalt, 2019, Anexo 3).

Estou estudando aqui para eu ter um futuro melhor, diferente do que é minha vida hoje. (Aluno 46, Anexo 3).

Essa escola me ajudou muito amadurecer como pessoa e a sonhar com novas possibilidades de ter um futuro melhor. (Aluno 26, 2019, Anexo 3).

Para que os alunos possam aprender os conteúdos curriculares, materiais pedagógicos são preparados para cada uma das especificidades desses alunos, com recursos disponibilizados pela escola, em parceria com os professores da Educação Especial. Também são adquiridos materiais didáticos para melhor aprendizagem dos alunos portadores de deficiências que estudam no CEEBJA. Para todos os alunos da escola são disponibilizados materiais pedagógicos preparados pelos professores das disciplinas ofertadas na escola, assim que detectada a necessidade do aluno, por esse recurso, e contribuindo assim com o processo de ensino e aprendizagem.

3.5.3 Centro de Línguas Estrangeiras Modernas CELEM

O CEEBJA oferta como atividade extracurricular a Língua Espanhola, através do Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM), regulamentado pela

Resolução Secretarial nº 3904/2008, ofertado somente na organização coletiva. Em 2018 foi implantado no CEEBJA o curso de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), para alunos da escola e comunidade em geral.

3.6. As instalações físicas do CEEBJA

Com a autorização de funcionamento o Centro de Ensino Supletivo (CES), iniciou seus trabalhos educacionais na Avenida Tupãssi, nº 2670, um prédio comercial, onde hoje estão instaladas uma farmácia e uma loja de roupas, permanecendo nesse local por aproximadamente dois anos.

DOC 39:



Primeiro prédio do CEEBJA em Assis Chateaubriand. Fonte:
Google Maps

Posteriormente o CES, trasladou-se para a Avenida Tupãssi, 2.749, esquina com a rua Vale do Piquiri, centro da cidade:

DOC 40:



Segundo endereço do CEEBJA em Assis Chateaubriand

Fonte: Google Maps

O CEEBJA, mudou suas instalações novamente no ano de 2005, para a rua Brasília nº 45 Centro Cívico, esse novo endereço era um local um tanto inadequado. Era o prédio de um antigo hospital desativado, que após reformas tornou-se a nova sede dessa escola, justificado pelo fato de ser um aluguel mais barato, que o Estado estava disposto pagar.

DOC 41:



Prédio do antigo hospital onde funcionava o CEEBJA em 2005

Fonte: Arquivos CEEBJA (2013).

A escola funcionou nesse lugar por vários anos, sem perspectiva de mudança de endereço, segundo relatos dos professores que trabalharam na época.

Em 2016 um empresário de Assis Chateaubriand construiu um prédio para abrigar a instalação do CEEBJA.

Nesse novo local os estudantes relatam que antes, nunca tiveram a oportunidade de estudar em uma escola bonita, organizada, preocupada com o bem estar dos alunos e sua aprendizagem.

DOC 42:



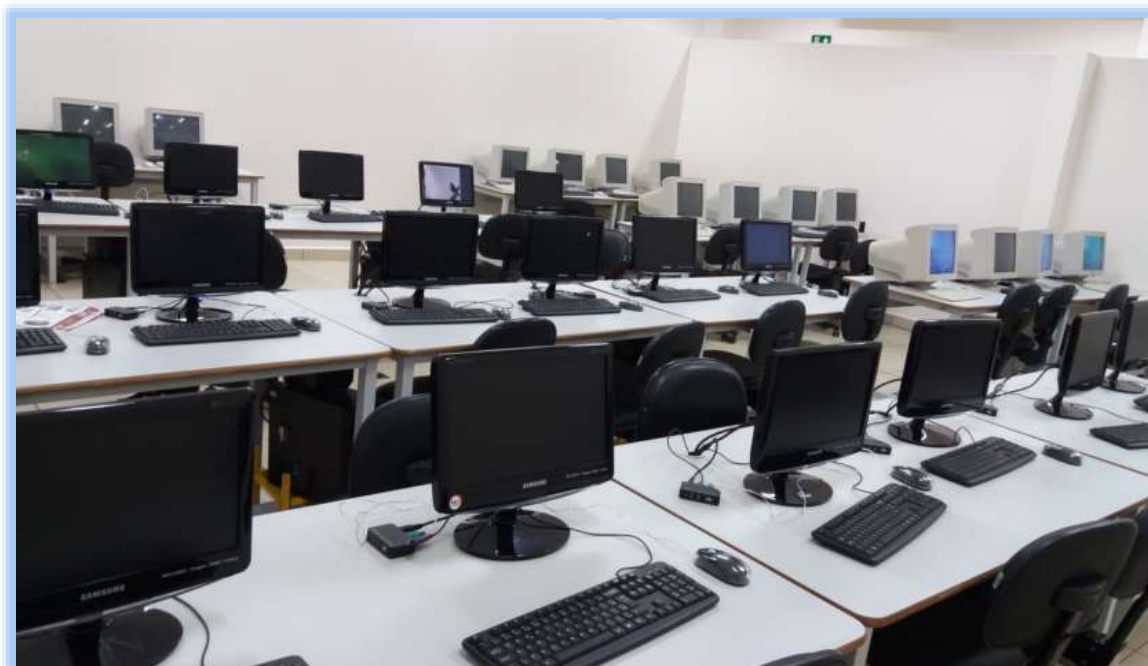
Prédio do atual endereço do CEEBJA

Fonte: Arquivo do CEEBJA

A instituição funciona em modernas e amplas instalações em prédio locado com um mil e duzentos metros quadrados, com dois pisos, nos quais estão distribuídas: depósito de merenda, sala de direção e direção auxiliar, secretaria, coordenação, laboratório de informática, laboratório de ciências, química, física, biologia, biblioteca, depósito de materiais de limpeza, banheiros, salas de aula, sala da equipe pedagógica, sala de hora-atividade, cozinha e refeitório. (Projeto Político Pedagógico, 2017, p.11).

DOC 43:

Secretaria do CEEBJA Fonte: CEEBJA Assis Chateaubriand

DOC 44:

Laboratório de Informática do CEEBJA Assis Chateaubriand
Fonte: CEEBJA Assis Chateaubriand

DOC 45:**Laboratório De Ciências: Química, Física e Biologia**

Fonte: CEEBJA Assis Chateaubriand

DOC 46:**Biblioteca do CEEBJA**

Fonte: CEEBJA Assis Chateaubriand

DOC 47:**Refeitório do CEEBJA**

Fonte: CEEBJA Assis Chateaubriand

Nosso objetivo em mostrar essas fotos é apresentar o interior da Escola. Quando os alunos foram entrevistados, alguns deles reforçaram a impressão sobre a escola:

Estudo nessa escola por que aqui é da hora! (Aluno 31).

Nessa escola tem comida gostosa. (Aluno 6).

Estudar no CEEBJA é sentir que estamos num lugar muito diferente que uma escola. (Aluno 1).

Mesmo com essa proposição de acolhimento aos alunos jovens e adultos, existe preocupação com a evasão e outras problemáticas que podem interferir negativamente nessa modalidade de ensino. Na próxima seção refletiremos sobre essas dificuldades e outros fatores que acabam interferindo para realização plena da EJA, com todo aparato tecnológico e pessoal existente, em particular nessa escola.

3.7 A evasão e outras problemáticas existentes na Educação de Jovens e Adultos no CEEBJA Assis Chateaubriand

Observamos nessa modalidade de ensino, nos últimos anos, que mesmo tendo um atendimento educacional específico, é visível a quantidade de alunos matriculadas, que não completaram o processo de formação básica da EJA. E isso ocorre não por um único, mas vários motivos. Essa constatação deixa aqueles diretamente envolvidos com a EJA, bem como os demais profissionais que atuam no campo educativo, apreensivos e cientes de que é necessário propor algumas mudanças nesse cenário. No caso do CEEBJA Assis Chateaubriand, não é diferente, no início do ano letivo a procura por vagas e efetivação de matrículas superam as expectativas, as turmas são preenchidas rapidamente. Passados alguns meses do ano letivo, são observadas desistências por inúmeros fatores, as pessoas adultas que se evadem da EJA em sua maioria são por problemas de saúde, trabalho, família, dentre outros. Já os adolescentes e jovens deixam de frequentar a escola por motivo de trabalho, saúde, gravidez precoce e, infelizmente, pelo contato direto com a marginalidade.

Mesmo dispondo de meios para contatar novamente os alunos evadidos, esse trabalho realizado por professores, equipe pedagógica e gestores, nem sempre é exitoso. A exceção são os alunos menores de dezoito anos, que são obrigados legalmente a frequentar a escola, sob pena de responsabilização de seus pais. Diante dessa problemática da evasão e a não continuidade dos estudos por jovens e adultos alguns fatores além dos relacionados, é pertinente algumas reflexões sobre um desses fatores de desistência, e que dificilmente aparece quando o aluno é questionado, que talvez seja a metodologia utilizada pelos professores da EJA.

Geralmente os professores que trabalham em escolas seriadas são os mesmos que lecionam na EJA. Dessa forma, acabam repetindo a mesma metodologia que, de certo modo, assusta e desanima o aluno que ficou por anos afastado da escola. Mesmo tendo ficado longe do espaço escolar por longo período, acaba se deparando com a mesma forma de ensino que no passado contribuiu para sua desistência.

Hoje a gente vem tendo alguns problemas, nós tivemos alguns problemas no passado que foram sanados e estão tendo alguns problemas hoje. Na verdade, a EJA ela não é padronizada enquanto federação, não são todos os estados que tem a mesma organização, digo que aqui no estado do Paraná nós somos modelo de uma EJA inclusiva, acho que aqui no Paraná a gente cumpre com essa função social da EJA, enquanto formação, não criticando os outros estados, mas essa organização que temos aqui é um tanto quanto diferente do

que nos outros estados, acho que a gente cumpre essa função. (Antonio Marcos Carrillo Garcia, 2019. Anexo 3).

A educação de jovens e adultos para mim é algo essencial. Essencial para uma parte da população que não teve condições de estudar por diversos motivos, na idade que é dita como esperada ou adequada; eu vejo assim, que a educação é essencial para todas as pessoas, então ninguém deveria ficar excluído do acesso a ela, do direito a educação. Então se nós ainda temos uma parcela da população que não deu conta de estudar na idade correta, a EJA se faz necessária. (Fabiana Zoratto, 2019. Anexo 3).

É percebido na educação de jovens e adultos para surdos aqui onde eu atuo, como interprete, é que a possibilidade desse aluno conseguir aprender, conseguir uma oportunidade no mercado de trabalho. (Alice Dadalt, 2019. Anexo 3).

É importante destacar que a questão curricular e, de metodologias de ensino, não é propósito dessa pesquisa. Nosso objetivo foi apresentar a constituição da EJA em Assis Chateaubriand, a começar pelas ações desenvolvidas pelo MOBREAL, pelo projeto Brigadas do Trabalho e as ações do Paraná Alfabetizado. Também apresentamos o CEEBJA, procurando caracterizar o perfil do corpo discente que o frequenta, além das impressões dos docentes que lá atuam.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui apresentada teve como ponto de partida um estudo realizado sobre a evasão na EJA, durante o período de formação continuada do Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE), nos anos de 2016/2017. Após a conclusão desse estudo, senti a necessidade de aprofundar os conhecimentos dessa modalidade de ensino ofertada, como se constituiu no município de Assis Chateaubriand. Ao iniciar o processo de pesquisa que culminou nessa dissertação, tínhamos como objetivos principais:

- Conhecer a história da EJA no município de Assis Chateaubriand, região Oeste do Estado do Paraná, desde sua colonização na década de 60 até 2018;
- Refletir sobre a EJA como possibilidade educativa no município.

Para atingir os objetivos propostos, foi necessário conhecer como foi constituída historicamente a educação de adultos no Brasil, para compreender os diversos momentos que essa modalidade de educação desenvolveu no Brasil. Suas prioridades, principais objetivos e até mesmo a inviabilização de realização de programas educacionais para adultos frente as legislações vigentes e, principalmente, com as formas de governos e suas prioridades de cada momento histórico do Brasil, na proposição de educação escolar que pudesse atender a população brasileira.

Buscamos as principais raízes teóricas e filosóficas da educação pensada para o povo, principalmente homens e mulheres analfabetas, ou que chegaram a ingressar na escola mas não conseguiram concluir sua escolarização, com a finalidade de interpretar e compreender como as condições educacionais existentes no país interferiu positiva ou negativamente para que a educação de adultos também pudesse chegar em lugares mais distantes dos grandes centros populacionais, como foi o caso de Assis Chateaubriand.

Em termos didáticos, dividimos a pesquisa em capítulos, para atingirmos o objetivo proposto. No Capítulo I, analisamos como o caráter dualista da educação foi uma tônica no Brasil, a tal ponto que, não havia preocupação em desenvolver uma proposta educativa que de fato resolvesse os problemas da população econômica, social e educacionalmente desassistida. Ou seja, a educação escolar não foi garantida para que um grande número de pessoas pudesse acessá-la.

Importante observar que se as crianças não conseguiam participar do processo de escolarização, quanto mais o adulto que já há muito tinha passado da idade escolar. Para pessoas que necessitam trabalhar para sustentar a família, dos seus, que possuem histórias de vida marcadas pela discriminação social e sem perspectiva de frequentar a escola e a possibilidade de estudar era quase nula

Como consequência, foram se distanciando do processo de escolarização e formando um significativo contingente de analfabetos. Vários programas de tentativa de superação do analfabetismo foram colocados em prática, levando em consideração a ótica governamental vigente e, mesmo assim, não conseguiram atingir aos propósitos educacionais que se esperava.

Na década de 1960 Paulo Freire propõe uma pedagogia educacional que leva voz ao oprimido, através de uma educação politizada, da educação para o adulto marginalizado por décadas de nossa história educacional. E o sentido da educação escolar era precedido do conhecimento de mundo que esse indivíduo possuía. Estar na escola, teve caráter transformador nas vidas dessas pessoas, que conseguiam refletir sobre o mundo que fazia parte e podendo, de alguma forma, opinar nas decisões práticas de seu cotidiano.

Entretanto o país toma outros rumos em sua forma de governo, desfazendo possibilidades educativas para além dos bancos escolares propostas por Freire, propondo um mecanismo educacional que escolarizasse, mas que não contribuísse com sua formação crítica.

No segundo Capítulo realizamos estudos sobre a legislação que contempla a EJA. Compreendemos como a forma de governo influencia diretamente na concepção de educação e, conseqüentemente, no marco legal da educação. Este é responsável e delimita como deve ser, na prática, a educação escolar, o que as ações pedagógicas devem contemplar em sala de aula, à luz de quais valores e ideologias que os alunos deveriam ter acesso.

No Capítulo III apresentamos, brevemente, a história do município de Assis Chateaubriand. Ao estabelecer um paralelo entre a história educacional brasileira, e a constituição da EJA em Assis Chateaubriand. Percebemos como a região, por fatores econômicos e políticos, sofreu com a estagnação em vários aspectos.

Ao iniciar o trabalho de campo, sobre a constituição da EJA em Assis Chateaubriand, tínhamos a hipótese que era algo recente, que a história da EJA no município se desenvolveu mais acentuadamente após a Lei 9.394/96. Essa hipótese

se desenhava por não haver registros de formas anteriores dessa modalidade de educação. Sequer documentos que pudessem comprovar sua existência. Era como se a EJA realizada no município anteriormente a esse período não houvesse existido. A partir daí, surgiram outras hipóteses. Por isso ampliamos o recorte temporal da pesquisa pois, inicialmente, a intenção era pesquisar o período pós aprovação da Lei 9.394/96. Com vistas a descortinar uma história adormecida e praticamente esquecida no tempo, fez-se necessário ampliar o período de análise, para as ações desenvolvidas a partir do período de colonização do município.

Ao iniciarmos as pesquisas locais sobre a EJA, nos deparamos com um fato inesperado. Não havia fontes documentais a serem pesquisadas no município de Assis Chateaubriand. Não descobrimos documentos de sua existência. O material à disposição era restrito e muito recente. Algumas fontes foram remanejadas para vários lugares e se perderam; outros acometidos num incêndio do prédio da prefeitura.

Como alternativa metodológica, optamos por recorrer a pessoas que vivenciaram a experiência da EJA em Assis Chateaubriand, no início do processo de colonização. Após contatos com familiares dessas pessoas que ainda residem nessa cidade obtivemos informações do domicílio de antigos moradores da cidade e fomos visitá-los e pedir informações.

Nos deparamos com uma série de notícias, um conjunto de conhecimentos que se contradiziam com os conhecimentos prévios que tínhamos sobre a temática pesquisada. Dessa forma, elencamos os principais programas educativos para jovens e adultos desenvolvidos, para então, tentarmos responder à problemática da pesquisa.

O primeiro modelo educativo para jovens e adultos implantado no município de Assis Chateaubriand, foi o MOBREAL. Mesmo que nacionalmente os princípios educacionais fossem contestados, em nossa região o MOBREAL, foi adotado pela comunidade. Foram desenvolvidas atividades educacionais, sociais, culturais e da área da saúde para toda a população chateaubriandense, tanto na sede do município quanto nas localidades mais distantes, beneficiando milhares de pessoas que aqui residiam. Pelas informações coletadas, podemos considerar que as ações desenvolvidas pelo MOBREAL foram exitosas.

Uma das ações diferenciadas do MOBREAL em Assis foi a implantação de pré-escolas, para atender as crianças pequenas. Os professores tinham acesso a cursos de aperfeiçoamento profissional e planejamentos semanais. De forma similares

enquanto o MOBRAL nacional perdia forças, em Assis também houve o encerramento das atividades do MOBRAL.

Outro projeto que atuou no âmbito da EJA foram as Brigadas do Trabalho, que oportunizou as pessoas carentes, por meio de parcerias com Instituições de Ensino Superior locais, acesso a instrução e a continuidade de seus estudos.

De forma similar, o Programa Paraná Alfabetizado contemplou uma parcela da população. Entretanto, a maior parte dos alunos não prosseguiram com os estudos. As possibilidades educativas das escolas eram restritas. Os alunos facilmente desistiam de frequentar as classes e, aqueles os alunos que permaneciam, possuíam grande dificuldade de aprendizagem. O professor nem sempre dava conta de contribuir com a aprendizagem do aluno, por esse e outros motivos, o educando permanecia muito tempo no Programa e o professor vinculava esse tempo com um caráter afetivo, quase de posse desse aluno.

Ficava-se muito tempo com o aluno na tentativa de escolarização e até mesmo um sentimento de posse do professor frente ao seu aluno para que esse não deixasse de frequentar as aulas. Não por conta da continuidade dos estudos, mas para garantir o salário do professor ao final do mês!

Por fim analisamos o CEEBJA. A intenção de ouvir alunos, professores e gestores, era verificar como a escola se organizou, e qual o atendimento ofertado para a EJA em Assis Chateaubriand.

A EJA sofreu com ações de governos, a proximidade da oferta de ensino à distância, pois havia em entendimento de que essa modalidade é extremamente onerosa, pois o público alvo é egresso das escolas seriadas. Num entendimento superficial, a percepção de que esse aluno representa um gasto duplicado. É uma visão simplista e obtusa, que desconsidera as variáveis complexas da EJA, de quais os reais motivos que levam os alunos ao fracasso escolar.

É evidente que a EJA precisa fazer um movimento de autorreflexão, acerca da evasão, metodologias específicas e outras questões. Há de se concordar que a EJA possui ainda muitas fragilidades que devem ser revistas, a começar por metodologias de ensino ultrapassados, que são desenvolvidas por muitos professores em sala de aula. Essa problemática envolve muito mais que simplesmente metodologias de ensino, está em jogo também a formação acadêmica desses profissionais, com cursos aligeirados de formação, em que os profissionais estão saindo sem o preparo mínimo para atuar em sala de aula.

Não podemos simplesmente deixar de ofertar essa modalidade de ensino, ou coloca-la em condições impraticáveis. Se o aluno teve tentativas fracassadas de sucesso em sua escolarização seriada, seja no Ensino Fundamental ou Ensino Médio, é para a escola de adultos que ele consegue superar essas adversidades. Então onde que está a fragilidade? As escolas seriadas sofrem com o alto índice de reprovadas, e o que se constata na EJA é o alto índice de evasão. São problemáticas aparentemente diferentes, porém, com mais semelhanças do que diferenças.

Outro fator constatado durante a pesquisa foi a mudança radical do perfil dos alunos, principalmente em relação a idade mínima para começar a frequentar as escolas de EJA. Os alunos com idade inferior a dezoito anos são direcionados para a escola de EJA, quando possui histórico de repetências consecutivas, casos recorrentes de indisciplinas e, principalmente, se estão envolvidos com a marginalidade. Mesmo que a escola possua condições de readaptar esse aluno ao processo de escolarização, existe a problemática do reencontro do aluno com seus ex-professores da escola seriada, pelo fato do mesmo professor atuar nas escolas de EJA e nas escolas seriadas de onde eles estudavam. É possível constatar que existam alguns conflitos com consequências no aprendizado do aluno novamente.

Ao finalizar essa etapa da pesquisa, ainda nos deparamos com muitas fragilidades que implicam seriamente no sucesso dessa modalidade de ensino que se constitui numa possibilidade educativa para a população chateaubriandense. Podemos também destacar o acesso as fontes históricas. Um povo sem registro é um povo sem história, muito há ainda o que pesquisar sobre essa temática nessa localidade, principalmente conseguir com que fontes vivas, ou seja, pessoas que de alguma forma contribuíram com a Educação de Jovens e Adultos, nesse município, possam registrar suas memórias. Mesmo que para isso, dependam de pesquisadores em educação para fazê-lo, como condição de deixar seu legado de conhecimentos guardados através da escrita retratando a educação local e brasileira. Percebemos, que há lacunas que devem ser pesquisadas, principalmente quanto as possibilidades educativas, que em parte atendem aos objetivos para a qual foi criada. Mas precisa avançar muito para além do que está sendo feito dentro das escolas.

Acreditamos que a educação de adultos foi e, continuará sendo uma forma de empoderamento dos sujeitos que a frequentam, num movimento de construção e reconstrução da trajetória escolar. Por fim, quem conhece o que a educação pode

fazer na vida, sempre ere buscar, cada vez mais, essa fonte inesgotável que é o conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ASSIS CHATEAUBRIAND. PREFEITURA MUNICIPAL. **Plano Municipal de Educação de Assis Chateaubriand**. Disponível em documento de arquivo. Acesso: maio 2018.

AMOP. Associação dos Municípios do Oeste do Paraná. **Mapa Político**. Disponível em: <www.ampr.org.br/ampr> Acesso: 19. Mai. 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A ECONOMIA DAS TROCAS SIMBÓLICAS** - Introdução, Organização e Seleção: Sergio Miceli. Editora Perspectiva. 2ª edição. São Paulo, 1987.

BRANDÃO, Carlos R. *O que é educação*. 33 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BRANDÃO, Carlos R. **O que educação popular**. Editora Brasiliense Ltda. São Paulo, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. – Jorge Zahar. Editora. Rio de Janeiro, 2001.

BEISIEGEL, Celso Rui. **Política e Educação Popular, (A teoria e a Prática de Paulo Freire no Brasil)**. 2ª edição. São Paulo, Editora Ática, 1989.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Estado e educação popular**. – Brasília: Liber Livro Ed., 2004.

BRASIL. MEC. Ministério da Educação Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade Diretoria de Políticas de Educação de Jovens e Adultos. **Princípios, Diretrizes, Estratégias e Ações de Apoio ao Programa Brasil Alfabetizado: Elementos para a Formação de Coordenadores de Turmas e de Alfabetizadores**.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10022-diretrizes-principios-pba-secadi&category_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192

Acesso em: 02. Ago. 2019.

BRASIL. **Constituição de 1891**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>>. Acesso em: 30. jan. 2019.

_____. **Constituição de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>

_____. **Lei de Diretrizes e Bases de 1961a**. Disponível em: <www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>. Acesso em: 01. mai. 2018.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases de 1961b**.

Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/.../lei/.../lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaoorig...>

Acesso em: 22. Mai. 2019.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192.

Acesso em: 08. Jul. /07/2018

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei n. 9.394/96**. Brasília, 1996.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Diretoria de Políticas de Educação de Jovens e Adultos. Legislação Vigente para EJA - Confitea Brasil + 6 – Mec. 2016.

Disponível em:

http://confinteabrasilmais6.mec.gov.br/images/documentos/legislacao_vigente_EJA.pdf >.

Acesso em: 23. mar. 2018.

BRASIL. MEC. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **DECRETO Nº 6.093, DE 24 DE ABRIL DE 2007**.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10023-decreto-6093-24-abril-2007-secadi&category_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192

Acesso: 03. Ago. 2019.

BRASIL. MEC. **MANUAL OPERACIONAL DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO**. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/brasilalfabetizado/pba_passoapasso.pdf >

Acesso em: 04/08/2019.

_____. **Plano nacional de educação**. nº 010172, de 09 de janeiro de 2001.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>.

Acesso em: 17. abr. 2019.

_____. MEC - **CONFINTEA's Breve Histórico**. Ministério da Educação Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECADI Diretoria de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos – DPAAEJA Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Sala 205.

Disponível em:

< http://confinteabrasilmais6.mec.gov.br/images/documentos/breve_historico.pdf >.

Acesso em: 06. abr. 2019.

CONFINTEA, **Histórico das Observatórios da Educação**. <http://www.observatoriodaeducacao.org.br/index.php?view=article&id=386%3Ahistor>

<http://confinteabrazilmais6.mec.gov.br/images/documentos/legislacao_vigente_EJA.pdf>

Acesso em 26. Mar. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução n. 01 de 5 de julho de 2000.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Presidente: Francisco Aparecido Cordão. Diário Oficial da União. Brasília, 2000.

CUNHA, L.A.; GÓES, M. de. – **O Golpe na Educação.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1986.

DEWEY, John. **COMO PENSAMOS. Como se relaciona o pensamento reflexivo com um processo educativo: uma reexposição.** Nova tradução e notas de Haidée Camargo Campos. – 4ª edição – Ed. Nacional. São Paulo, 1979.

DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de adultos. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 112, p. 939-959, jul.-set. 2010.

Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

Acesso em: 19. fev. 2018.

DI PIERRO, M. C. HADDAD, S. **Escolarização de jovens e adultos.** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Organização não-governamental Ação Educativa. Nº 4. 2000.

DI PIERRO, MARIA CLARA. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 112, p. 939-959, jul.-set. 2010.

Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

Acesso em: 08. ago. 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa** / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, (Coleção Leitura). – 1996.

Disponível em:

<http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/4%20Freire_P_%20Pedagogia%20da%20autonomia.pdf>.

Acesso em: 06. Ago. 2017.

_____, Paulo. **Alfabetização: leitura da palavra leitura do mundo** / Paulo Freire, Donald Macedo: tradução Lólio Lourenço de Oliveira. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. 2ª Reimpressão – 1994.

_____, Paulo. **Educação e Mudança** / Paulo Freire; prefácio Moacir Gadotti; tradução Lilian Lopes Martin. – 34. Ed ver. e atual. – São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GADOTTI, Moacir. **A escola e o professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar** / Moacir Gadotti. – 1. Ed. – São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação.** São Paulo. [on line]. 2000, vol. 14, n.2, p.03-11. Acesso em: 25. ago. 2016.

GHIRALDELLI Júnior, Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 2001. – 2. Ed. Ver. – (Coleção Magistério. 2º grau. Série Formação do Professor).

HADDAD, Sérgio. DI PIERRO, MARIA CLARA. **Escolarização de jovens e adultos**. Revista Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ago. Nº 14. 2000.
Disponível em: < www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07.pdf >.
Acesso em: 17. ago. 2017.

IRELAND, T. D.; SPEZIA, C. H. (Orgs.), Educação de adultos em retrospectiva: 60 anos de CONFINTEA / organizado por Timothy Denis Ireland e Carlos Humberto Spezia. – Brasília: UNESCO, MEC, 2012. 276 p..
Disponível em:
<www.unesco.org/.../adult_education_in_retrospective_60_years_of_confintea_pdf/>.
Acesso em: 13. mar. 2019.

IRELAND, T. D. **Desafios e perspectivas para a América Latina**. Apresentação. Brasília.
Disponível em: <<http://www.mec.es/educa/rieja/>>.
Acesso em: 22. mar.2019.

JANNUZZI, G. S. de M. **Confronto pedagógico: Paulo Freire e MOBRAL**. 3ª ed. – São Paulo: Cortez: Autores associados, 1987.

LÚCIO. Claudiney Benedito. **Assis Chateaubriand História e.../ Assis Chateaubriand**, Pr. Cislén, 2004.

MAIOR. Laércio Souto. História do município de Assis Chateaubriand: o encontro das duas correntes migratórias na última fronteira agrícola do Estado do Paraná. 1996. Assis Chateaubriand.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação - SEED. **Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos**. – Curitiba. SEED, 2006.

PARANÁ. **Programas e Projetos - Paraná Alfabetizado**.
Disponível em:
<<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=62>>.
Acesso em: 20. fev. 2018.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e Educação de Adultos/ Vanilda Pereira Paiva**. Temas Brasileiros – II. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (IBRADES), São Paulo: Edições Loyola: 1987.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Paulo Freire e o Nacionalismo-Desenvolvimentista / Vanilda Pereira Paiva**. Coleção Educação e Transformação. Volume 3. – Editora Civilização Brasileira S.A. – Edições UFC. Rio de Janeiro, 1980.

PAIVA, Jane. MACHADO, Maria Margarida. IRELAND, Timothy. **Educação de Jovens e Adultos: uma memória contemporânea, 1996-2004**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação:

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=657-vol1ejaelt-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em 06. Abr. 2019.

PINTO, Alvaro Vieira. **Sete Lições sobre Educação de Adultos**: introdução e entrevista de Dermeval Saviani e Betty Antunes de Oliveira: versão final revista pelo autor. – 7ª ed. – São Paulo: Cortez: Autores Associados. 1991. (Coleção Educação Contemporânea).

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO CEEBJA. Assis Chateaubriand, 2018. Disponível em: <http://www.asdceebjaassischateaubriand.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/4/200/47771/arquivos/File/PPP2017.pdf> >. Acesso em: 02. jun. 2018.

Plano Municipal de Educação de Assis Chateaubriand

Disponível em: https://drive.google.com/open?id=1mnMATc_SNiDSbly0XaS9k301niCumPx1 > Acesso em: 04. Ago. 2019.

SESI/UNESCO- **Conferência Internacional sobre Educação de Adultos – CONFINTEA** – (V: 1997: Hamburgo, Alemanha): Declaração de Hamburgo: agenda para o futuro. Brasília: Sesi/UNESCO,1999. 67 p. (Série Sesi/UNESCO – Educação do Trabalhador; 1).

SOARES, L. e RODRIGUES SILVA, F. **Educação de Jovens e Adultos: preparando a VI CONFINTEA e pensando o Brasil**. Disponível em: http://www.reveja.com.br/revista/2/artigos/REVEJ@_2_Leo_Fernanda.htm >. Acesso em:12. fev. 2019.

TÁCITO, Caio. **Constituição (1988)**. – 3. ed. – Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. 192 p. – (**Coleção Constituições brasileiras; v. 7**). Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/139952/Constituicoes_Brasileiras_v7_1988.pdf >. Acesso em 08 jul. 2018.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. 2 ed. Revista e ampliada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

UNESCO. Nairobi, 1976. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Disponível em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/339> > Acesso em: 06. abr. 2019.

ANEXO Nº 1

QUESTIONÁRIO UTILIZADO NAS ENTREVISTAS COM OS ALUNOS

Caros Alunos do CEEBJA:

Estou realizando uma pesquisa para Mestrado em Educação na UNIOESTE /Cascavel – Turma: 2017/2019, com o objetivo de conhecer quem são os alunos do

CEEBJA Assis Chateaubriand - PR. Para que isso possa se concretizar, solicito sua preciosa colaboração respondendo o questionário abaixo.

Informo ainda, que os dados coletados serão incluídos na dissertação do mestrado e sua identidade não será revelada. O projeto possui o seguinte tema: **A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE ASSIS CHATEAUBRIAND: constituição histórica e possibilidades educativas.**

Desde já, agradeço sua valiosa contribuição e, coloco-me à disposição para quaisquer dúvidas.

Solange Rodrigues Tomim

- 1 – Você Estuda no: () Ensino Fundamental () Ensino Médio
- 2 – Quantos anos você ficou sem estudar? (___) anos.
- 3 – Você estuda no () Coletivo () Individual
- 4 – Quais as Disciplinas que você estuda?
- 5 – Quais as disciplinas que você concluiu?
- 6 – Você quer prosseguir nos estudos? () Sim () Não
- 7 – Você Gosta de estudar nessa escola? () Sim () Não Por que?
- 8 - Você acredita que a EJA contribuiu com sua formação pessoal e profissional?
Sim () Não ()
- 9 – Atuação profissional: _____
- 10 – Quantos anos você tem? (_____) anos.

A educação é: [...] um projeto político no qual homens e mulheres afirmam seu direito e sua responsabilidade não apenas de ler, compreender e transformar suas experiências pessoais, mas também de reconstruir sua relação com a sociedade mais ampla. (FREIRE; MACEDO, 1994, p. 7).

ANEXO Nº2

QUESTIONÁRIO UTILIZADO NAS ENTREVISTAS COM PROFESSORES

Caros Professores:

Estou realizando uma pesquisa para Mestrado em Educação na UNIOESTE /Cascavel – Turma: 2017/2019, com o objetivo de conhecer o perfil dos professores

que trabalharam na Educação de Jovens e Adultos no município de Assis Chateaubriand - PR. Para que isso possa se concretizar, solicito sua preciosa colaboração respondendo o questionário abaixo.

Informo ainda, que os dados coletados serão incluídos na dissertação do mestrado e sua identidade não será revelada. A temática da pesquisa é: **A EJA NO MUNICÍPIO DE ASSIS CHATEAUBRIAND: constituição histórica e possibilidades educativas.**

Desde já, agradeço sua valiosa contribuição e, coloco-me à disposição para quaisquer dúvidas.

Solange Rodrigues Tomim

- 1 – Disciplina (s) de formação: _____
- 2 – Especialização: () Pós Graduação () Mestrado () Doutorado
- 3 – Disciplina de atuação no CEEBJA: _____
- 4 – Forma de Atendimento ao Aluno: () Coletivo () Individual
- 5 – Tempo que trabalha com a EJA?
() de 1 a 5 anos () de 5 a 10 anos (_____)anos
- 6 – Você gosta de trabalhar com essa Modalidade de Ensino?
() Sim () Não () Parcialmente
- 7 – Você possui limitações para trabalhar com a EJA?
() Sim () Não () Às vezes
- 8 – Caso você tenha respondido “sim” ou “às vezes”, elenque quais suas principais dificuldades:
() Metodologia () Disparidade de idade entre os alunos da sala
() Falta de Experiência Profissional () Materiais Didáticos
Outros: _____
- 9 – Quais aspectos você considera essenciais, para que os alunos da EJA/CEEBJA possam concluir seus estudos?
() Metodologia específica () Materiais Didáticos
Forma de Atendimento () Individual () Coletivo
() Vontade de concluir a escolarização básica
() Oportunidade de conseguir um trabalho melhor
- 10 – Qual deve ser o perfil do professor que trabalha com a Educação de Jovens e Adultos?

A educação é: [...] um projeto político no qual homens e mulheres afirmam seu direito e sua responsabilidade não apenas de ler, compreender e transformar suas experiências pessoais, mas também de reconstruir sua relação com a sociedade mais ampla. (FREIRE; MACEDO, 1994, p. 7)

ANEXO Nº3: DEGRAVAÇÃO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS

Degravação Marcos

Solange: Qual é o seu nome? Qual sua formação? E quanto tempo você trabalha aqui na EJA?

Marcos: Antonio Marcos Camilo Garcia, minha formação é licenciado em ciências e matemática, com especialização em didática e metodologia de ensino, especialização para educação em cidadania, especialização em educação especial inclusiva. Tempo de trabalho na EJA, esse ano completa 20 anos.

Solange: Qual a sua função dentro da EJA? Qual o cargo que você desempenha aqui dentro do CEEBJA?

Marcos: Atualmente estou como gestor, como diretor do ceebeja.

Solange: Você trabalhou como professor?

Marcos: Trabalhei como professor nas disciplinas de matemática, física. Trabalhei como professor de aped de ciências, biologia, química, física. Fui coordenador de aped, fui diretor auxiliar e hoje como diretor.

Solange: Marcos, quando você iniciou, há 20 anos atrás, como que era a forma de atendimento aos alunos do ceebjá?

Marcos: Na época, na verdade, não era ceebjá, a gente chamava de ces, que era centro de estudo supletivo, então na época era uma escola totalmente a distância, o aluno vinha apenas fazer prova, não era presencial, era só a distância.

Solange: E tinham muitos alunos?

Marcos: Tinha, o colégio nosso aqui tinha muitos alunos. Em número de alunos, com certeza, em determinados momentos era a maior escola do núcleo de educação.

Solange: E quando que o ceebjá deixou de ser a distância e passou a ser presencial?

Marcos: Acredito que em 2005/2006, não sei precisar a data. Mas era final de 2005, início de 2006, nós passamos a ser o ceebjá, só que nesse meio de tempo, nós passamos a ser semipresencial, nós saímos do ces e passamos para cead- centro de educação a distância- ele era semipresencial, o aluno tinha que fazer 30% da carga horária presencial e 70% da carga horária era a distância. Depois final de 2005, não lembro a data, passamos a ser totalmente presencial.

Solange: Quando passa a ser presencial, quais as diferenças? Você acha que melhorou o atendimento ao aluno jovem e adulto? E quais foram as principais conquistas dessa forma de atendimento presencial?

Marcos: No primeiro momento, quando passou a ser presencial, a gente viu algo como muito negativo, porque houve uma queda muito grande no número de alunos da escola, então era uma escola muito grande, tinha muitos alunos que só iam lá fazer prova, e a partir do momento que passou a ser presencial, essas pessoas desistiram e pararam de frequentar a escola, na época o ceebeja até fechou dois turnos, fechou o turno da manhã e da tarde, ficando só o turno da noite, e nós abrimos aped- que é a ação pedagógica descentralizada, nós abrimos duas apeds aqui dentro da seed, abrimos uma de manhã e outra aped atarde. E a escola só funcionada presencial no turno da noite. Manhã e tarde era aped. Então houve uma queda muito grande em números de alunos, por isso. Depois com o passar dos anos, a escola foi se organizando, foi sendo mais atrativa, e os alunos retomaram seus estudos. Com o passar do tempo, a gente foi elaborando um material, nós não tínhamos um material,

porque a escola mudou para o presencial, mas não foi feito um planejamento para isso, então os professores foram elaborando um material didático, e ela passou a ser mais atrativa para os alunos. Com essa escola atrativa, os alunos frequentando cotidianamente a escola, nós observamos uma melhoria na qualidade de ensino, no processo de aprendizagem, porque antes a escola era uma mera certificadora, a gente fazia uma certificação em massa, tinha aluno que vinha concluía o ensino fundamental em um dia, concluía o médio em outro, mas aí a escola parou com isso, o aluno tinha realmente o seu tempo de escola. Então o aluno passou a ter um tempo de escola, aquele tempo de aprendizagem, aquele tempo de socializar com os demais indivíduos, aprender a viver em sociedade, além do processo pedagógico que é a questão de conteúdo. Então a escola passou a ser uma escola realmente.

Solange: Você diz que houve essa reorganização da escola e dos materiais, hoje nós continuamos a fazer esse chamamento? Como é esse chamamento dos alunos para se matricularem na escola?

Marcos: Para matricular na escola, nossa escola tem várias ações, nós divulgamos a escola. Um dos objetivos da eja é dar oportunidade para aqueles que não concluíram sua escolarização em sua idade série, é difícil falar em tempo correto, porque o que é correto para um não é para outro. Então tem diversas pessoas que deixaram de estudar por um tempo adequado, eles têm essa segunda chance. Então a eja, ela é isso, ela é uma segunda chance, pode ser até para jovens que foram fazer intercambio fora do país e vieram com uma defasagem de série, como para pessoas que não estudaram na infância, juventude, na adolescência, então a eja tem essa função. E nós como educadores nós temos que divulgar, temos que fazer com que a escola seja atrativa para a comunidade, atrativa organizando a escola de forma administrativa, pedagógica, para que ela possa acolher esses alunos, então esse acolhimento se dá, primeiramente, por uma ampla divulgação, então nós utilizamos os meios de comunicação, nós utilizamos rádio, jornal escrito, utilizamos as redes sociais, utilizamos carros de som sempre ao início de cada semestre, quando começa turmas novas da organização coletiva, e nós fazemos também nossa panfletagem. A panfletagem tem algumas características, ela é a distribuição de panfletos informativo com informações sobre a escola, até com uma foto da escola, localização, horário de atendimento, e com ela tem dois objetivos: primeiro é levar o conhecimento para a comunidade de que existe essa escola, como ela funciona, e essa panfletagem podem ser feitas com equipes, com distribuição comercial, e nós temos uma panfletagem pedagógica, onde os colaboradores da escola, os professores, os funcionários, equipe pedagógica e direção saem a rua e distribuem esses panfletos. Digo que é uma panfletagem pedagógica porque nós atingimos dois objetivos que é fazer a divulgação da escola, esse profissional que está entregando o panfleto ele sabe sobre o funcionamento da escola, pode parar e explicar para aqueles que tiverem interesse, e o profissional começa a sentir melhor o que é a realidade da escola, o que é a realidade dos nossos alunos, porque ele vê onde o aluno mora, vê as dificuldades que essas pessoas tem, e quando esse aluno retorna para a escola e volta com aquele nome, querendo falar com aquela pessoa que o chamou, que entregou o panfleto. Esse profissional que faz essa panfletagem ele trabalha diferente aqui dentro da escola, isso nós já observamos ao longo dos anos, por isso que insistimos muito nessa divulgação, ele faz o trabalho diferente porque ele começa a receber o aluno. Esse

profissional que vai lá no sol quente, as vezes no frio, as vezes na chuva, correndo de cachorro, então ele sente a dificuldade, então ele atende melhor esse aluno, quando retorna para a escola. Um dos problemas que nós temos aqui, a gente chama do perfil do educador da eja, as vezes o profissional que trabalha na escola seriada, na escola normal, ele tem um aluno que está ali obrigado, e o professor atende de uma maneira, geralmente eles têm uma idade inferior, são adolescentes, mas na eja não, na eja a maioria são adultos. E o adulto quando vem para cá, ele não tem só a escola para se preocupar, ele tem família, tem trabalho, tem um monte de outras atividades, então esse adulto tem que ser tratado de forma diferente, pois esse adulto não aceita ser tratado como criança, esse adulto você tem que desempenhar outras funções com ele, você tem que ser um pouco terapeuta, psicólogo, conciliador, então esse profissional tem que ter essa atividade diferenciada, e quando o professor sai panfletar ele sente tudo isso e ele atende diferente esse aluno quando ele retorna para a escola.

Solange: Inicialmente a eja era voltada para alunos com idade mais avançada, e hoje, dado o perfil do professor e que ele vai na panfletagem e acaba conhecendo quem são os alunos, qual é a faixa etária dos alunos matriculados?

Marcos: Antes a idade mínima na eja era de 18 anos, tanto para ensino fundamental quanto para ensino médio, mas final de 2010 houve uma mudança na orientação, através das mudanças na LDB, passando a idade mínima para 15 anos no ensino fundamental e 18 anos para o ensino médio. Com isso mudou um pouco o perfil, mudou um pouco a forma de trabalhar, então esse profissional que tem que entender aquele adulto, ele tem que entender esse jovem, esse adolescente, então ele tem que ter um jogo de cintura um pouco maior, muito desses menores, as vezes são menores em situação de risco, em situação de vulnerabilidade social, são menores infratores, então nós temos menores envolvidos com a drogadição, envolvidos com crimes sexuais, com furto, com tráfico de drogas, então temos tudo isso na escola, menores e maiores, mas o que acaba nos tomando mais tempo são os menores. O professor tem que ter essa visão, e a escola também, para fazer a abordagem correta e individual, para entender a situação de cada aluno e poder contribuir com ele, na vida dele e no cotidiano dentro da escola.

Solange: E para você, o que é a educação de jovens e adultos?

Marcos: A educação de jovens e adultos, a gente pode analisar de várias formas, pensando quanto profissional, a educação de jovens e adultos é uma realização, é algo que realiza o profissional, você tem um público que quer aprender, que quer estudar, pessoas que tem um foco na vida, então isso realiza a gente que está trabalhando, é um trabalho humano. Ela foge daquele cotidiano, ela não é um trabalho voluntário, porque a gente recebe para isso, mas é como as ações que a gente pratica as vezes no clube de serviço, é um trabalho social, a gente contribui com a sociedade, você se sente como agente transformador da vida das pessoas, pessoas essas estão em uma situação um quanto delicado, pessoas essas que em algum momento teve esse direito cessado, então na eja você consegue realizar tudo isso, você se sente bem, se sente mais humano, é uma realização trabalhar aqui.

Solange: Quando a eja é transformada em modalidade de ensino com LDB, ela passou por várias transformações, hoje quais as dificuldades observadas para essa modalidade de ensino? Não em questão de escola, mas questão de legislação?

Marcos: Hoje a gente vem tendo alguns problemas, nós tivemos alguns problemas no passado que foram sanados e estão tendo alguns problemas hoje. Na verdade, a eja ela não é padronizada enquanto federação, não são todos os estados que tem a mesma organização, digo que aqui no estado do Paraná nós somos modelo de uma eja inclusiva, acho que aqui no Paraná a gente cumpre com essa função social da eja, enquanto formação, não criticando os outros estados, mas essa organização que temos aqui é um tanto quanto diferente do que nos outros estados, acho que a gente cumpre essa função. Claro que nós temos desafios a serem superados, um dos desafios que posso dizer é um material didático próprio, pois já estamos há mais de 3 anos sem receber material didático do ensino médio, então nós usamos recursos do fundo rotativo, os professores elaboram o próprio material, nós estamos com certeza suprimindo essa necessidade, mas se viesse esse material, esse tempo que os professores gastam em casa para fazer esses materiais, poderia ser usado de outra forma, se tivesse um material didático próprio, oportuno, melhoraria muito a qualidade do ensino. Nós tivemos outros problemas no passado que hoje foram sanados, que nós não éramos presencial não recebíamos recursos, não recebíamos merenda, e hoje a escola é um exemplo, só escutam os elogios dos alunos sobre a organização, a merenda, acho que essa parte didática do material ela pesa um pouco. Outra situação que as vezes a gente vê enquanto gestor, é quando nós temos aquele profissional que pode trabalhar só aqui, com dedicação exclusiva, mas acredito que não é uma necessidade só nossa. Aqui essa necessidade se agrava um pouco mais por a gente ser uma modalidade diferente, então quando esse profissional tem várias escolas ele acaba não pertencendo a nenhuma, então quando temos um profissional fixo na escola acaba facilitando muito, primeiro o convívio que nós temos com os profissionais da escola, o convívio com os alunos, a forma e a disponibilidade para se reunir e discutir ações para melhorar mais nossa escola, então isso é algo que a gente pensa que poderia ser melhorado.

Degração Laércio Pereira de Andrade

AF que é o programa de alfabetização funcional. Esse programa visava alfabetizar o alfabeto, aquele que só assinava com o dedo, que não sabia escrever o nome. Era recrutado os alunos. A Solange queria ser professora de alfabetização do mobrau. A Solange morava na fazenda São Pedro. Ela recrutava os alunos daquela região, trazia a lista. Nos municípios existiam umas estruturas ligadas ao governo federal, porque ele que repassava as verbas de pagamento das pessoas, dos monitores que davam aula no mobral. Eles eram funcionários e recebiam do governo federal. Era uma verba de auxílio. O professor não era formado, qualquer pessoa que sabia ler e escrever, ou que tivesse o mínimo de conhecimento poderia alfabetizar. Não havia exigência de documento. Nas prefeituras havia um ou dois funcionários que eram os coordenadores. Eles ajudavam a coordenar o programa no município. Isso começou

na década de 70. Nesta época o Brasil foi campeão e deu toda uma alavancada no país. “Pra frente Brasil” era o chavão da época. O programa da Alfabetização Funcional vem sozinho por praticamente uns três, quatro anos. O Monitor ou Alfabetizador era pago por aluno, sendo chamado por “cabeça”. Citando um exemplo, era R\$10,00 reais por aluno, então a cada aluno recebia 10,00 reais. Se tivesse 30 alunos, recebia R\$300,00 reais no mês. Quanto mais aluno você tivesse, mais dinheiro você recebia. As turmas eram formadas de 20 e no máximo 25 alunos, ou de 15 a 25 alunos. O material se baseava no Paulo Freire. Que a primeira palavra que trabalhava era tijolo, e continuava a palavra geradora, ou seja, a palavra geradora era tijolo. Com isso ia de criatividade de cada monitor trabalhar nessa aula. Tinha professores que levavam o tijolo, outros só escreviam a palavra no quadro. Cada alfabetizador tinha sua criatividade, mas o método estava lá, o chamava de palavra geradora. Vinha também um material impresso, tipo de uma cartilha, onde começa a ler as sílabas, as palavras, iam juntando as sílabas. Por exemplo, iam falando o que poderia escrever com a letra ‘t’ ou com a letra ‘j’. Era o que era utilizado no processo de alfabetização. O prazo para ficar com o aluno era de 5 anos. Em 6 meses você trabalha e o aluno teria que aprender o mínimo de conhecimento. Que passados 6 meses tinha a formatura, dava um diploma para o aluno. Tinha bolo e festa. Que quando entrou no mobrau na década de 80, ainda tinha mais de 80 lampiões a gás, porque as escolas rurais não tinham energia elétrica. Que eram aqueles lampiões com bujãozinho pequeno. Que ficavam encarregados de comprar o botijão. Que era um trabalho árduo. Que o mobrau já tinha uma estrutura pronta. Que na escola funcionava a primeira serie a quarta série. Que a noite funcionava o mobrau. Que tinham turmas em Tupãssi, Jotaesse, Bragantina, Jotaesse. Que a sede era em Assis e depois iam para municípios ao redor. Que pode citar como professor do mobrau que virou professor do município foi o Aparecido Enoquio, ele foi aluno e depois se tornou professor do mobrau. E depois ele virou professor do município. Ele virou professor do município porque ele fez o projeto “apronte”. Que primeiro começa o Logus, que era um projeto do governo federal, destinado ao professor leigo. Era uma preparação para quem estava em sala de aula. Esse Logus era correspondente ao supletivo. Com o passar, viram que só o ler e escrever poderia agregar mais coisas, com isso o mobrau começa a expandir para outros programas paralelos. Então veio o PAS, programa de saúde, ele visava dar palestras para a população sobre controle de natalidade, já que na época não existia pílula. Essas palestras eram dadas por enfermeiros, pessoas da saúde, na sala de aula, sendo um conhecimento a mais que agregava naquelas pessoas. Que não eram só pessoas de idade, também tinham jovens. Que eles informavam sobre programas de saneamento, natalidade, verminoses, enfim saúde em geral. Tinha alimentação também, levavam nutricionistas, ou alguém que entendia alguma coisa. Depois tinha um programa que se chamava PAC, programa de ação cultural, sendo também dentro do mobrau. Que esse programa visava desenvolver a cultura, que procuravam pessoas que cantava, gostava de teatro, tocava instrumentos. Eles organizavam também festivais para as pessoas cantarem. Que tinham também o ‘domingo alegre’, sendo que em um domingo jogavam futebol, peteca, bets, cantava. Que levavam toda a estrutura necessários para essas comunidades e lá eles também ajudavam. O dinheiro para isso vinha do Banco do Brasil, sendo do governo federal. Que no município tinha uma comissão, chamava comissão do mobrau. Que o professor Ivo Marche era o

presidente. Que fazia toda a prestação de conta. Que tinha recibo. Que solicitava o dinheiro e vinha. Que em 80 começaram com o programa pré-escolar. Que o programa de educação integrada surge em 1973, PEI. Ao alfabetizar o aluno, ele ia para o programa de educação integrada, destinado para alunos que tinha até o 4 ano incompleto, ele teria 1 ano para concluir essas series, iniciava com 14 anos. Que esse programa preparar para o aluno ir para as series finais. Que tiveram muitas turmas e eram turmas numerosas. Que você recebia o diploma com as notas e valia para todos os lugares. Que tinha um texto gerador com método. Que pegava uma palavra, por exemplo, trânsito. Que com essa palavra teria que planejar aulas de português, matemática e conhecimento gerais, e ciências. Que tudo isso era feito através do texto gerador. Que vinha um cartaz com coisas relacionadas ao trânsito para cada sala. Que todo final de semana, o professor tinha que fazer planejamento. Que tinha planejamento quinzenal. Que no programa de educação integrada melhorou, porque os municípios começaram a registrar os professores. Que eram registrados como professores de educação integrada. Que esse programa vinha todo o material para ser trabalhado, e para o aluno também vinha um material impresso. Que esse programa começou em 73 e milhares de pessoas passaram por ele. Que o programa de educação integrada foi o início da educação de jovens e adultos oficialmente, porque tinha pareceres do governo estadual e federal. Que o programa correspondia do primeiro ao quarto ano, em uma turma única, não sendo separados. Que tinham 5 turmas, em média com 20 a 30 alunos, só na escola Nelita. Que tiveram uma turma de educação integrada no Chato. Além disso, tinha salas nos distritos de Bragantina, Encantado, Nice. Que o material era relacionado ao tema gerador e poderia ser utilizado em um ano. Ao final recebiam um diploma, válido em qualquer lugar. Que no ano de 80 que começou o pré-escolar, sendo criado pelo mobral. Que o governo utilizou a estrutura do mobral e entrou na educação infantil, até então chamada de pré-escolar. Que começaram a organizar as turmas de pré escolar, eram cinco anos. Que as crianças com até 7 anos incompletos entravam no primeiro ano. Que abriram uma turma no provopar, depois abriram outra no Nelita. Que em 82 foram expandido mais, com turmas até em Terra Nova, sendo assim implantado em todo o município. Com isso a prefeitura assumiu o professor, sendo dividido os custos, e o professor reconhecido como professor do município. Toda a estrutura e a logística é do mobral, mas o vínculo era com a prefeitura, porém era bem separado, o mobral era federal e a prefeitura auxiliava. Quem em 83 assumiu a supervisão regional do mobral. Que Assis era considerado o polo, coordenando Assis, e cidades como Nova Aurora, Formosa, Tupãssi e Jesuitas. Que em 84, já se expandiu mais, indo até Nova Cantum, Campina da Lagoa, Ubiratã. Que seu papel era ir no município, conversar com o prefeito, para informar sobre quantas turmas teriam, e quantos professores seria necessário contratar, fazendo aquela articulação, além de organizar os cursos e dar o apoio pedagógico. Os polos eram Assis, Goioere, Umuarama, Cianorte e Cruzeiro do Oeste. Que todo o mês tinha uma reunião em Curitiba com os coordenadores, sendo obrigatório fazer um planejamento do que fariam no mês, com isso vinha a verba. Que isso veio até 1985. Que em 85 o Sarney extinguiu o mobral. Então se buscar na história o mobrau finaliza em 1985. Que substituir o mobral, Sarney cria a fundação educar. Que Sarney deixou os coordenadores finalizar tudo até 1986. Que a Fundação Educar passa a ser tudo do município. Que a história do mobral vem de 1970 a 1985. Que com a fundação educar o objetivo era passar a obrigação para os municípios.

Que antes o mobral ficava separado, depois com a fundação educar ficou tudo junto. Que acabou a estruturação do mobral, sendo cada município responsável por sua educação. Que era uma estrutura muito bem organizada. Que o material do mobrau não cita o militarismo, mas pelo contrário, tenta formar o cidadão. Que o pré-escolar era elaborado, trabalhando coordenação motora, tema gerador. Que a primeira coisa do pré-escolar era socializar as crianças, deixar ela se soltar. Que depois se tratava questões amplas. Que em último era tratado a coordenação motora. Que o trabalho do pré-escolar era muito bonito. O mobrau mandava muito jogos e matérias para as turmas. Que a crítica sobre o mobrau vai existir, mas o que na região o que as pessoas queriam era aprender a ler e escrever. Que quando passou para a Fundação Educar era a fase um hoje. Depois a secretaria estadual de educação assumiu também. Que em 86/87 começa a surgir a pedagogia da libertação. Que antes se escrevesse a palavra errado, se marcava de vermelho e corrigia a palavra. A lei 4024 é a que organiza a educação em primeiro, segundo, terceiro e quarto ano, depois vem o primeiro, segundo, terceiro e quarto no do ginásio. Que para entrar no primeiro ano do ginásio tinha uma admissão. Se você fizesse os primeiros anos do primário mas não passasse na prova, não poderia cursar o primeiro ano do ginásio. Que com a lei 5692 já se organizou melhor, primeira a quarta série, quinta série a oitava, e o segundo grau. Que essa lei vem carregada de muito curso técnico, como saúde, contabilidade, administração, o magistério. Que nesse período a eja fica meio embaraçado. Que volta em 1994 o CES, centro de estudo supletivo. Que tiraram a fase 1 do ceebja, passando ao município a responsabilidade, porém ficou defasado.

Degração: Josiane Bernini Jorente Martins

Solange: Quanto tempo faz que você atua na educação de jovens e adultos, especificamente o ceebja?

Josiane: Na verdade atua há 21 anos, mas que quando começou ainda era o CES, depois foi CEAD e agora tem a organização e denominação de CEEBJA.

SOLANGE: E hoje, qual é a função que você desempenha dentro do ceebja?

Josiane: Sou diretora auxiliar e coordenadora da aped.

Solange: O que é a APED?

Josiane: A APED são as ações pedagógicas descentralizadas, ou seja, são turmas que estão funcionando em outras localidades que não sejam na sede. No caso do nosso município, nós temos as turmas funcionando nos municípios de formosa, Jesuítas, Tupãssi, Iracema do Oeste, Brasilândia, e no distrito de Encantado.

Solange: Como que é feita a contratação desses professores?

Josiane: Os professores são todos professores estaduais, então quando tem a necessidade de contratar, porque vai iniciar uma nova disciplina, é enviado um requerimento de distribuição de aulas para o núcleo regional de educação; eles fazem um edital, uma chamada pública para que os professores daquela disciplina

compareçam e de acordo com o município que o professor se inscreveu ele vai pegar aula, geralmente são professores PSS, a única exceção são os professores QPM, que pegam a aula na condição de aula extraordinária. Nas apeds não possuem nenhum professor efetivo.

Solange: Como que são escolhidas as disciplinas para essas localidades?

Josiane: No início quando propõem a abertura da turma, nós propomos um cronograma. Entretanto, nós temos algumas situações em que o aluno já cursara uma ou outra disciplina, então fazemos uma consulta, enviamos um link, todos os alunos recebem em seus celulares, ou no grupo do whatsapp, e com isso os alunos optam, fazendo suas escolhas pela disciplina que necessitam cursar. Também fazem uma verificação, não sendo só a vontade do aluno, mas sim de acordo com a necessidade da turma. Por exemplo, todos os alunos precisam de história, são ofertadas aulas de história, se algum aluno já cursou história, há possibilidade de mudar para outra disciplina, que nenhum outro aluno daquela sala tenha cursado.

Solange: E o grupo de alunos que frequentam, geralmente são pessoas que ficaram muito tempo fora da sala de aula, quem são esses alunos?

Josiane: Penso que podemos classificá-los como uma diversidade. Nós temos alunos que ficaram muito tempo fora da sala de aula, por diversos motivos pessoais e profissionais, e estão retornando para a escola. Mas na escola temos também adolescentes, que também tiveram alguma dificuldade e não conseguiram terminar, ou tiveram sucesso na progressão nas escolas comuns, e quando eles fazem 15 anos, já podem vir para o ensino fundamental, fazendo a opção de estudar na escola de jovens e adultos.

Solange: E qual é a tua visão sobre o que é a educação de jovens e adultos?

Josiane: Para mim, a educação de jovens e adultos, ela é uma oportunidade, a palavra que eu resumiria é oportunidade; em outro dia, eu dizia que nós ajudamos jovens e adultos a realizar um sonho, seja ele o sonho de um emprego melhor, seja o sonho de ter mais conhecimento, ou simplesmente, mas não menosprezando, o fato de poder dizer que tem o ensino médio, que concluiu o ensino médio, mas hoje realmente observa que é o sonho de ir para o ensino superior, os nossos alunos saem da educação de jovens e adultos, e estão ingressando nas universidades.

Solange: Então a EJA é uma oportunidade da pessoa de ter uma qualidade de vida, de ter uma perspectiva de vida melhor?

Josiane: Penso que sim em todos os aspectos. Muitas vezes vinculamos o estudar com o emprego em si, mas eu vejo que hoje temos muitos alunos que são empresários, que são bem-sucedidos financeiramente, economicamente ou profissionalmente, conseguiram ter suas vidas, cuidar de seus filhos mesmo sem ter um curso superior, e não tem nem o ensino médio, mas vem para o CEEBJA pela sensação e necessidade de aprender.

Solange: Como que você se sente, ao longo desses 20 anos, sendo professora da EJA? É uma escolha sua estar na Educação de Jovens e Adultos, e o que é para você

quanto profissional, essa modalidade de ensino? O que você aprendeu ao longo desses 20 anos?

Josiane: eu estou em função agora, não estou na sala de aula, mas durante muitos anos estive atuando na sala de aula; e a gente aprende todos os dias; eu como pessoa com o que mais aprendi e que marcou a minha vida é a perseverança; perseverança de ver pessoas que trabalham o dia inteiro, que tem uma casa para cuidar, mas que deixam e veem estudar. Perseverança de pessoas que tentam mudar onde elas estão por meio da educação. Como profissional, isso exigiu que se buscassem novas metodologias, novas estratégias, no processo de ensino, porque você atrair a atenção de um adolescente, do jovem lá no ensino comum é uma situação, você conseguir despertar o interesse de um adolescente ou de um jovem que está na eja, mas ainda ou de um adulto ou um idoso, nós precisamos de estratégias diferentes. Então, eu cresci como pessoa e como profissional trabalhando na educação de jovens e adultos.

Solange: quais as principais dificuldades de que você observa dentro da educação de jovens e adultos? Você diz a respeito da metodologia, seria uma das coisas que faz com que repensemos a nossa prática, como que você vê a questão dessas possíveis dificuldades que existem? Quais as fragilidades?

Josiane: Nós temos, como dizia no início, uma diversidade muito grande de alunos. Nós tivemos uma experiência, em uma das apeds, de ter um aluno mais novo de 16 anos e um mais velho de 80 anos, então a diferença em uma mesma sala de aula, é um desafio para o professor poder atender as necessidades desses dois grupos, vamos assim dizer, que tem interesses diferentes, então o professor tem que saber trabalhar. Também vou destacar como dificuldade, muitas vezes, a falta de preparo do professor para trabalhar com a educação de jovens e adultos, nós não temos muitos cursos específicos para isso, para preparar o professor que está chegando, lembrando que as apeds são sempre professores PSS, então nós temos uma rotatividade muito grande de profissionais durante o ano, e pouco tempo para que eles estudem as diretrizes da EJA, para que eles entendam e aprimore suas estratégias de ensino e a forma de como tratar o aluno, porque nós temos que ter um trato diferenciado, desde a maneira como nós o acolhemos, a maneira como nós trabalhamos, a maneira como avaliamos, então penso que a maior dificuldade é entender a especificidade da eja.

Solange: Como que o professor da APED faz a hora atividade dele? Ele faz a hora atividade concentrada ou ele faz a hora atividade dele lá na aped?

Josiane: Todos os professores, independente do município ou na localidade que ele atua, a hora atividade é concentrada, aqui na escola é toda sexta-feira nas duas primeiras aulas no noturno, porque as apeds, no nosso CEEBJA são todas noturnas. O professor tem 8 aulas de cada disciplina, então cada professor tem que cumprir 2 horas atividades semanais, e essas duas horas são realizadas na sede, com o acompanhamento da equipe pedagógica, da coordenação e também da direção. Nesse momento, além do professor utilizar para preparar os materiais, é o contato que ele tem com a sede para buscar ajuda e quando necessário até trocar uma ideia com

o professor da educação especial, com os pedagogos para aprimorar o atendimento nas apeds,

Degração Fabiana Zoratto

Solange: Qual é seu nome e sua formação professora?

Fabiana: Meu nome é Fabiana Martins Martins Zorato. Minha graduação é em geografia e eu tenho duas especializações, uma em didática e a outra em educação especial.

Solange: Você atua no coletivo ou no individual aqui no CEEBEJA?

Fabiana: Nas duas formas de atendimento.

Solange: O que é a educação de jovens e adultos para você?

Fabiana: A educação de jovens e adultos para mim é algo essencial. Essencial para uma parte da população que não teve condições de estudar por diversos motivos, na idade que é dita como esperada ou adequada; eu vejo assim, que a educação é essencial para todas as pessoas, então ninguém deveria ficar excluído do acesso a ela, do direito a educação. Então se nós ainda temos uma parcela da população que não deu conta de estudar na idade correta, a EJA se faz necessária.

Solange: Você diz de jovens e adultos, qual é o perfil de idade dos seus alunos? Quem são os seus alunos em termos de idade? Você tem mais jovens, mais adolescentes ou mais adultos?

Fabiana: É bem misto. A gente tem aqui no mínimo de idade de 15 anos, e eu tive alunos com mais de 65 anos, próximo a 70 anos. É misturado, mas percebemos uma crescente participação dos adolescentes.

Solange: E por que eles em sua maioria buscam a EJA?

Fabiana: Eu penso que a EJA consegue acolher melhor o aluno, nós conseguimos criar um vínculo afetivo pedagógico com o nosso aluno com maior facilidade do que na forma regular de atendimento nas outras escolas, que o aluno que chega para nós ele teve alguma dificuldade de aprendizagem ou na sua vida pessoal que afetou sua aprendizagem, a sua escolaridade. Então quando ele chega pra nós, nós temos que identificar essa dificuldade que ele teve, se for de aprendizagem a gente vai fazer uma intervenção pedagógica, avaliando as potencialidades e valoriza-las com o aluno, mas as vezes o nosso aluno teve dificuldade pessoal, não porque ele teve dificuldades em aprender e ai esse aluno chega com a auto estima baixa, com receio se agora ele pode ainda dar conta, então quando nós o acolhemos aqui e dizemos para ele que ele pode, e que ele esta em um lugar onde ele vai aprender e será atendido na forma que necessita, eu acredito que seja isso que ele precisa, por isso ele vem pra ca e acaba difundido na comunidade de como foi bom estudar na eja.

Solange: Então você acredita que o CEEBEJA é uma escola diferente das outras?

Fabiana: Com certeza, ela é para um público específico e possui suas características específicas para esse público.

Solange: Quais as ações pedagógicas efetivas que você acredita que fazem esse diferencial? O que acontece aqui dentro, além das atividades pedagógicas que você percebe que o aluno é acolhido? Existem outras atividades para além da sala de aula, que são desenvolvidas aqui?

Fabiana: Sim, são muitas situações que aqui que se torna um contexto favorável para a educação do jovem e do adulto. Vou começar pela primeira que é uma combinação entre a pessoa que tem vontade de estudar, que ela está madura para isso, aliado a um profissional que está capacitado cientificamente, graduado, mas que também esteja comprometido com a aprendizagem do seu aluno. Quando nós juntamos isso, um aluno que quer aprender e um professor comprometido com a aprendizagem eu vejo que é uma fórmula eficiente, uma fórmula que vai dar certo. O que é um professor preparado? Não é apenas um professor que domina sua disciplina, mas que ele domina a didática, a capacidade de transpor um conhecimento científico complexo, para algo com significado, concreto para o aluno, e fazendo isso conhecendo esse aluno, porque o nosso aluno aqui, pela faixa etária dele ele já tem uma vivência, ele já possui conhecimento, não sistematizado como aquele em que a escola vai apresentar para ele, mas ele já possui conhecimento. Então o professor ele alinha esse conhecimento trazido pelo aluno e avançam para um conhecimento mais complexo, e para isso nós utilizamos aqui na EJA diversas metodologias, temos todo o apoio da equipe pedagógica, diretiva, para a aquisição de materiais pedagógicos, aparelhos tecnológicos que contribuem na diversificação metodológica, e desde coisas simples como a produção de uma maquete com materiais recicláveis até o uso de um projetor multimídia na sala. Então nós também vamos inserindo o aluno ao mundo tecnológico que ele também vai precisar na sua vida pessoal e profissional.

Solange: E o que é para você, Fabiana, a educação de jovens e adultos? Como que você foi inserida na educação de jovens e adultos? Você tem a experiência da educação seriada, como que você foi inserida na educação de jovens e adultos? Quando você começou?

Fabiana: Eu comecei em 2012, então esse ano completa 8 anos que estou na EJA, eu não tinha o conhecimento quando entrei aqui, não sabia como funcionava, qual era o público, para mim foi tudo uma grande satisfação. Eu tenho um perfil de bastante dedicação em assimilar a parte teórica e desenvolver na prática da melhor maneira possível, mas acredito que o aprendizado é constante, eu penso como Paulo Freire que a gente está a todo tempo aprendendo nesse processo, e quando a gente se coloca na condição de aprendiz, junto com o nosso aluno, mas com a responsabilidade de estar mediando essa construção de conhecimento, isso torna o processo ensino e aprendizagem algo muito gratificante.

Solange: E como pessoa hoje, como que você se sente? Então você cresceu como pessoa a partir do momento em que você começou a trabalhar aqui?

Fabiana: Muito, eu vejo assim que a minha carreira hoje eu estou prestes a completar 20 anos no magistério, eu penso que eu não podia passar por essa grande experiência profissional de educar sem ter o acesso a EJA, porque a satisfação que eu sinto em

vir trabalhar nessa escola, em participar da construção do conhecimento, desses jovens e desses adultos, das nossas senhoras, dos nossos senhores, os pais de família que estão aqui, é uma troca enriquecedora na minha vida, então é um ambiente de trabalho onde é contagiante nós estarmos aqui em um grupo de docentes comprometidos, e também em um grupo com o anseio de aprender, então eu penso em encerrar a minha carreira no magistério sem ter que deixar a eja.

Degração Professora Alice Dadalt

Sou a professora Alice, trabalho no CEEBEJA desde abril de 2005, quando assumi o primeiro concurso de educação especial do estado do paraná, desde então assumi o concurso atuando como interprete de libras no centro de atendimento para jovens e adultos de Assis Chateaubriand.

De início comecei a trabalhar com alunos surdos adultos em uma turma de EJA fase 1, um aluno que tinha desistido de estudar quando criança ainda, por motivos de não conseguir se comunicar com os professores, porque na época em que ele estudava não se fazia o uso da língua de sinais, havia uma proibição para a língua de sinais, e nessa época era oralismo.

Este aluno ele não conseguia se comunicar oralmente, era por gestos, gestos que ele criou com a família e com as pessoas mais próximas. Sou formada em pedagogia, também com especialização em educação especial, especialização em psicopedagogia, também conclui uma graduação em letras libras, e passei a atuar no ceebeja, com alunos surdos da eja fase1 e também com alunos da fase fundamental, alunos de 6 ao 9 ano e ensino médio, do primeiro ao terceiro ano.

Alunos que faziam na época o individual, porque quando assumi em 2005 era uma modalidade que nós trabalhávamos com mais alunos. Nessa modalidade eram mais alunos na sala, tinha também mais de um professor, era o que favorecia o trabalho com esses alunos.

Desde 2006, mais ou menos, passou a frequentar também alunos de outras cidades, por saberem que em Assis tinha o CEEBEJA e tinha interpretes ajudando. Então alunos de outras cidades passaram a frequentar o ceebeja também, alunos de Formosa do Oeste, Iracema, Brasilândia do Sul e alunos que deixaram de estudar também na fase da infância e adolescência.

Um desses alunos foi aluno de Instituto de Educação que funcionava como internato para crianças surdas, e então ele estudou na fase da infância nesse instituto de educação, que era localizado em Mallet, próximo a Curitiba, e depois que ele saiu desse instituto, ainda na infância, o relato tido por ele que foi mais ou menos com 11 anos de idade ele deixou de estudar nesse instituto e passou a estudar em uma escola próxima a casa dele com a família, porque nesse instituto em forma de internato ele não ficava com a família, ele ficava isolado por vários meses e retornando na época de férias. Então ele depois de 12, 13 anos ele relata que deixou de estudar também nessa escola próximo a casa dele. Que deixou de estudar mais ou menos no 6 ano,

que na época era a 5 série. Então ele deixou de estudar, e voltou a estudar na fase adulta com 36 anos no CEEBEJA, ele vinha três vezes por semana, porque tinha um trabalho e deixava o trabalho, então só conseguia frequentar três vezes. Esse aluno concluiu o ensino fundamental, o ensino médio no ceebja. Durante os seus estudos no ensino médio, ele fez inscrição de um concurso de uma prefeitura próxima a Assis e conseguiu a aprovação, passou e está trabalhando até hoje com trabalho em serviços gerais, porque ele já tinha o fundamental. Ele concluiu o ensino médio e foi fazer o curso técnico, este ano ele comentou que tentará o ENEM e fará uma faculdade.

Além desses alunos já citados, também frequentam alunas que na fase da adolescência estudavam na escola comum e não tinham interprete na época, devido ao que eu citei, que a língua de sinais não tinha aprovação, sendo apenas o oralismo, a metodologia utilizada por esses professores.

Essas alunas, algumas delas engravidaram na adolescência e se evadiram, deixaram de estudar, e retornaram só na fase adulta quando os filhos eram maiores, crescidos, retornaram ao CEEBJA pelo fato de ter profissionais interpretes, a facilidade de estudar anoite, e conseguir manter o seu trabalho e seus afazeres domésticos. Algumas alunas voltaram com 40 e poucos anos, outras com 30 e poucos anos e continuam estudando, concluíram o fundamental, estão no médio, demonstram muita satisfação por estudar na escola, pela aceitação dos professores, as metodologias utilizadas com os alunos surdos, o professor tenta transmitir de forma que todos entendam, através do visual por vídeos.

Na disciplina de história, por exemplo, a professora vai falar de um conteúdo, ela demonstra com partes de filmes, que facilita muito para o surdo, a questão do visual, mas também favorecendo o surdo com o visual a professora auxilia o entendimento dos outros alunos ouvintes, porque todos conseguem apreender juntos, mas de uma forma com que ninguém está perdendo, porque o surdo consegue aprender o conteúdo, fica fácil de entendimento, mas para os alunos ouvintes, é muito prazerosa essa forma. Quando aluno comenta que fez o ensino fundamental e médio no CEEBEJA, e relata que a intenção é ter um curso superior e melhorar a vida dele, é porque esses alunos no caso dos surdos, que já passaram pela escola eles sempre estão em contato, e por ser uma escola localizada no centro da cidade e de fácil acesso, eles passam conversam, fizeram uma amizade com os professores, é uma relação muito bonita.

O que é percebido na educação de jovens e adultos para surdos aqui onde eu atuo, como interprete, é que a possibilidade desse aluno conseguir aprender, conseguir uma oportunidade no mercado de trabalho, concluindo seus estudos, que ele não conseguia nas outras escolas comuns, ele tem a opção do ensino fundamental, ele vem quando tem condições, que trabalham em linhas de produção na cidade, no mercado, então para eles há essa facilidade de frequentar o individual, as vezes não consegue as 4 aulas, mas ele tem a possibilidade de concluir, de vir estudar e ter contato com outros alunos, que percebemos que na EJA ocorre a incluso, a gente consegue perceber isso pela metodologia com os alunos, os professores se preocupam em saber se o aluno surdo está aprendendo, e percebem quais sinais ele pode utilizar para tentar explicar, e ele vai trançando estratégias para ele se comunicar

com o surdo. É gratificante de perceber que está havendo comunicação entre professor e aluno, esse é o objetivo da educação de surdos, até porque o interprete não pode quebrar esse vínculo professor e aluno, ele tem que participar, transmitir o contudo do português para a língua de sinais, mas sem interferir nessa relação professor e aluno. Ser professor na EJA é ir além do que você aprendeu na sua faculdade, do que você estudou em uma especialização, porque a cada dia são desafios diferentes e que você precisa vencer, que precisa buscar estratégias, para que o aluno compreenda e consiga aprender o que é transmitido a ele, e toda essa forma de explicação e metodologia do professor é importante, porque são alunos que já passaram por muitas dificuldades em suas vidas, e não dá para desistir e o que a gente percebia é que alguns acabavam desistindo, principalmente adolescentes, porque na escola comum é mais difícil, você não consegue ter esse contato direto, porque as salas o número de alunos é maior, já na eja é um número menor de alunos, então você consegue conhecer os alunos, as vezes saber até das dificuldades que eles enfrentam em suas vidas e conseguir perceber e ver o aluno como um ser, que necessita de atenção, de uma forma diferenciada, de alunos surdos ou com outras deficiências, e que o professor precisar ter um diferencial também , repensar a cada dia sua forma de ensinar, e acreditar que há possibilidade do aluno aprender realmente, avançar nos seus estudos e ter sucesso na sua vida, é o que a gente percebe aqui com os alunos que estudam, e já estudaram aqui , que concluíram seus estudos e comentam as mudanças que ocorreram em suas vidas, é gratificante demais.

QUESTÕES ABERTA DOS ALUNOS

Porque eu quero fazer um curso de vigilante.

Vai me ajudar num emprego melhor

Para oportunidades de trabalho.

Vou ganhar melhor e ter oportunidade de trabalho.

Para terminar meus estudos.

Sim. Pois eu procurei para o término dos meus estudos mais rápido.

Para procurar melhoria de trabalho.

Pois contribui para a minha formação como cidadão brasileiro, que luta por aprendizado e melhorar de emprego e profissão.

Porque com a finalização desse curso pretendo terminar o segundo grau para seguir faculdade.

Quero fazer curso para uma profissão melhor.

Vou concluir o ensino médio.

Porque eu vou concluir o ensino médio e partir para o ensino superior.

Para que eu possa prosseguir para meus estudos.

Para um futuro com oportunidades de trabalho melhor e um bem estar na vida.

Porque a EJA me proporcionou poder estudar novamente e ao concluir minha meta pessoal para que a partir que eu concluir a EJA eu possa me especializar ainda mais na minha profissão.

Porque ela dá a chance de realizar um sonho que é fazer uma faculdade.

Através do estudo que estudamos aqui podemos conseguir um emprego melhor.

É muito bom termos oportunidade de aprender cada dia mais.

Sim. Me fez voltar a acreditar em mim mesma, me fez crescer muito e assim que eu voltei comecei a fazer técnica em enfermagem e estou terminando agora junto com o ensino médio.

Porque é a realização do meu sonho em poder voltar estudar com a conclusão dos meus estudos aqui, vou poder fazer uma faculdade.

Porque são ótimos professores, ótimos funcionários que nos ajudam e incentivam todos os dias para prosseguir.

Porque estou em busca da aprovação em concurso público que exige o segundo grau, pela falta de tempo por consequência do trabalho, a EJA mudará meu caminho profissional.

Porque me motiva a continuar estudando.

Ela me ajudou muito na realização dos meus projetos como retirar minha CNH.

Pretendo um curso superior.

Me ajudou muito amadurecer como pessoa e a sonhar com novas possibilidades de ter um futuro melhor.

Sim contribuiu porque ajudou para eu poder terminar meus estudos.

Porque com os estudos completos posso me aperfeiçoar melhor na minha profissão.

Está me dando oportunidade continuar meus estudos e gosto dessa escola o que tem profissionais que ensina com amor e dedicação.

Para o mercado do trabalho e muito importante através do estudo posso conseguir uma profissão melhor da atual e crescer dentro da empresa onde trabalho.

Novas amizades e conhecimentos.

Novas amizades e aprendizados.

Porque aqui encontro uma ótima oportunidade para concluir meus estudos.

Porque precisamos de estudos para qualquer profissão atualmente.

Porque é uma chance de terminar meus estudos e fazer faculdade.

Ela importante para todos.

Você termina mais rápido e é bom.

Porque essa escola é da hora.

Porque foi um meio de estudar e trabalhar e com professores ótimos que aqui tem.

Não respondeu.

Porque eu tenho que estudar para ir para Portugal.

Para terminar o fundamental mais rápido.

Eu estou atrasado nos estudos.

Porque ajuda aqueles que ficaram para trás e querem terminar mais rápido e pretendo terminar para eu ter um futuro melhor.

Porque reprovei de série.

Aqui estou estudando para ter um futuro melhor.

Porque minha mãe mandou.

Eu penso em ter uma profissão um serviço melhor para dar uma vida melhor para meus filhos.

Porque a escola ajuda a gente ser alguém na vida e arrumar uma profissão melhor fazer faculdade e dar esse exemplo para nossos filhos.

Porque sonho terminar os estudos ainda fazer um curso de enfermagem.

Não respondeu.

QUESTÕES ABERTAS PARA OS PROFESSORES

10 – Qual dever ser o perfil do professor que trabalha com a Educação de Jovens e Adultos?

Ser dinâmico com metodologias diferenciadas a se adequar com a realidade do aluno.

O professor tem que ser flexível, levar o aluno a pensar, usar-se de metodologia diferenciada de maneira que o aluno participe e interage de forma a desenvolver suas potencialidades.

Deve ser flexível, pois os alunos são trabalhadores, tem idades muito diferenciadas e histórias de vida singulares.

Deve ser dinâmico, criativo, paciente e gostar de explicar várias vezes se for necessário.

Gostar do que faz.

Saber a diferença que há entre um aluno da EJA e os demais.

O professor deve estar bem preparado, motivado, acolhedor e acima de tudo respeitar a individualidade de cada um.

Ainda não sou capaz de definir um perfil, no entanto o professor deve ter bastante paciência e deve se delongar sobre os temas propostos, para que o aluno possa compreender, buscando entender seu ritmo.

Ter sensibilidade e paciência, uma vez que irão trabalhar com pessoas trabalhadoras, que ocupam seu espaço de tempo de descanso para adquirir conhecimento.

O professor precisa de uma metodologia apropriada ao público.

O professor que trabalha na EJA precisa ter paciência e uma metodologia diferenciada.

Metodologia diferenciada.

A modalidade de ensino deve ter um professor que consiga passar os conteúdos utilizando de várias metodologias para que possibilite a compreensão de todos pois a EJA, trabalha com várias idades. O professor deve ser flexível e identificar as dificuldades que os alunos apresentam.

Um professor deve ser dinâmico que tenha empatia, que monte sua aula pensando nas diferentes necessidades de seus alunos.

Profissional com dedicação e responsabilidade. Preferivelmente que ame educar e ensinar, pois tudo que fazemos com amor e dedicação, faz toda a diferença.

O profissional deve ser tranquilo, comunicativo, cativante e amigo dos alunos.

Dominar bem o conteúdo, pois exigem muitas mudanças de metodologias no decorrer do curso devido ser turma heterogênea ter bastante paciência ao lidar com os alunos que não tem os conhecimentos básicos de pré – requisitos para cursar a disciplina.

Comprometido, dedicado, participativo em diálogo aberto com os alunos. Conteúdo pedagógico bem elaborado onde o aluno absorva o mesmo com prazer e que demonstre entendimento.

O professor deve ser habilitado, comunicativo, paciente e criativo. Pois na educação de jovens e adultos temos vários tipos de situações com os alunos e idades diferentes.

Responsável, flexível com o planejamento e metodologia aplicada em sala de aula, respeitando as possíveis dificuldades que o aluno apresenta oportunizando o aprendizado.

Dinâmico e coerente.

Olhar diferenciado para as individualidades, identificar qual metodologia se adequa ao perfil dos alunos, considerando sua jornada de trabalho e dificuldades na realização das atividades escolares procurando seus meios para ajuda-los na superação dos mesmos.

Paciente criativo e conhecimento em relação a vida escolar do aluno. Dominar os conteúdos de forma a trabalhar de forma objetiva e sistematizada.

De educador disposto a encarar uma diversidade de alunos com necessidades de retomada da formação e com variadas dificuldades a serem superadas isto é, com perfil para grandes desafios.

Acredito que qualquer profissional de educação tem perfil para trabalhar com essa modalidade.

Conhecer a diversidade dos alunos do CEEBJA.

Um professor que tenha a sensibilidade de perceber no aluno de EJA um ser único e capaz de aprender os conteúdos das diferentes disciplinas. Um professor que ensine com alegria por gostar do que faz.

Ter formação disciplinar e compromisso com a formação humana ou o resgate humano do ser aluno de EJA. Porém, para que a EJA responda as demandas dos alunos são necessárias mudanças estruturais nessa modalidade de ensino, que ultrapassam a formação e a postura dos professores, definitivamente o grande “nó” da EJA não está nos professores.

Ter respeito pelo conhecimento que os alunos trazem, buscar metodologias diferenciadas e respeitando a diversidade e a forma de aprendizagem de cada indivíduo.

O profissional deve buscar formas de se qualificar para atender aos interesses dos alunos, com a finalidade de que se adaptem à realidade de cada turma.

O professor da EJA deve valorizar o saber trazido pela experiência de vida dos alunos, inovando na metodologia e no ensino.

O professor deve ser atencioso com os alunos, entendendo suas dificuldades como idade, tempo que ficou sem estudar, para garantir que ele permaneça na escola. Além disso, na forma de atendimento individual o professor tem que ser muito ágil

para preencher fichas, avaliar, conhecer o conteúdo fundamental e médio e garantir o atendimento até de 20 alunos numa mesma turma.

O professor de gostar dessa modalidade de ensino e compreender que o aluno que procura a EJA é evadido do ensino regular e vê no CEEBJA como última oportunidade de concluir seus estudos. Assim o professor deve acolher esse aluno de maneira especial e propiciar condições para seu desenvolvimento.

Perfil diferenciado, onde deve se ter uma maior dedicação para com os alunos, em virtude dos esmos estarem muitas vezes, após um bom tempo afastamento, voltando ao espaço escolar, trazendo uma grande bagagem cultural e histórica de vida.

O profissional que atua na EJA deve ser aquele que se apaixona todos os dias pelos resultados obtidos e acredita na educação.

Como professor gostar de trabalhar com jovens e adultos, acreditar que possa colaborar no desenvolvimento do indivíduo por meios de incentivos, paciência, motivação e um bom relacionamento professor/aluno.

O professor necessita ser observador e atencioso o bastante para permitir que todos os alunos tenham sucesso na construção de seus aprendizados. Atentando para a heterogeneidade acadêmica existente em sala de aula.

Pessoa calma, compreensiva e que dialogue com os alunos.

Dinâmico, receptivo, inovador.

Ser um professor especial, capaz de identificar o potencial de cada aluno.

Deve ser um professor comprometido com a aprendizagem que esteja disposto a conhecer as potencialidades e dificuldades do seu aluno e que esteja capacitado para identificar e transpor as dificuldades pedagógicas dos alunos.

Como trabalhamos com uma grande diversidade de alunos, precisamos estar abertos as novas experiências, ser acolhedor, melhorar a autoestima dos alunos, valorizar cada dia mais os alunos, respeitar as diferenças.

Professor que consiga compreender e respeitar as limitações de cada aluno. Aluno do CEEBJA tem o seu tempo de aprender a escrita e a leitura, mas seu conhecimento de vida e mundo, vai além da escola, o que vem a contribuir com a aprendizagem interdisciplinar.

ANEXO Nº4 PARECERES DO COMITÊ DE ÉTICA



**Pró-Reitoria de Pesquisa e
Pós-Graduação Comitê de
Ética em Pesquisa - CEP**



**Aprovado na
CONEP em
04/08/2000**

ANEXO I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Título do Projeto: **A EJA NO MUNICÍPIO DE ASSIS CHATEAUBRIAND: Reflexões sobre a constituição histórica e suas possibilidades educativas.**

Pesquisador responsável: Prof. Dr. *Adrian Alvarez Estrada* - (45) 99915-4541

Pesquisadora colaboradora: Solange Rodrigues Tomim – (44) 99950-0443

Convidamos ex-professores e professores atuantes na Educação de Jovens e Adultos – EJA, do município de Assis Chateaubriand, a participaram da pesquisa que tem como objetivo conhecer e contextualizar a constituição histórica da EJA no município de Assis Chateaubriand, situado no Oeste do Estado do Paraná.

Esperamos, com este estudo, contribuir com análises aprofundadas sobre a constituição histórica da EJA e as possibilidades educativas que essa modalidade de ensino possui, amparados legalmente pelas políticas nacionais que essa etapa de escolarização prioriza.

Para tanto, lançaremos mão de uma entrevista semi-estruturada, com utilização de gravação em áudio e posterior transcrição, com o objetivo de atingir o máximo de clareza nas descrições dos fenômenos políticos (sociais).

Durante a execução do projeto os entrevistados relatarão suas experiências vivenciadas na EJA, contribuindo para que as memórias dessa modalidade de ensino seja preservado.

Sua identidade não será divulgada e seus dados serão tratados de maneira sigilosa, utilizados apenas para fins científicos. O participante não pagará nem receberá para participar do estudo. Além disso, poderá cancelar sua participação na pesquisa a qualquer momento.

No caso de dúvidas ou da necessidade de relatar algum acontecimento, você pode contatar os pesquisadores pelos telefones mencionados acima ou o Comitê de Ética pelo número (45) 3220-3092. Este documento será assinado em duas vias, uma delas entregue ao sujeito da pesquisa. Declaro estar ciente do exposto e a participar da pesquisa.

Nome do participante:

(Assinatura)

Nós, Adrian Alvarez Estrada e Solange Rodrigues Tomim declaramos que fornecemos todas as informações do projeto ao participante.

Assis Chateaubriand, _____ de _____ de 20____.

UNIOESTE - CENTRO DE
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A EJA NO MUNICÍPIO DE ASSIS CHATEAUBRIAND: Reflexões sobre a constituição histórica e suas possibilidades educativas.

Pesquisador: Adrian Alvarez Estrada

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 79599417.0.0000.0107

Instituição Proponente: CCB Colegiado de Ciências Biológicas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.922.526

Apresentação do Projeto:

Reapresentação

Objetivo da Pesquisa:

Reapresentação

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Reapresentação

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Reapresentação

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

As pendências foram atendidas de acordo com as solicitações

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovação

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Declaração de Instituição e	Ciencia.pdf	26/09/2018 11:51:42	GABRIEL LUIZ BORGHETTI	Aceito

Endereço: RUA UNIVERSITARIA 2089

Bairro: UNIVERSITARIO

CEP: 85.819-110

UF: PR

Município: CASCAVEL

Telefone: (45)3220-3092

E-mail: cep.pppg@unioeste.br